



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA  
Núcleo de Apoio à Vítimas e Familiares

**DFD - DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA Nº 1039272**

0.0.0.

**1. ÁREA REQUISITANTE**

1.0.0. <b>Requisitante:</b>	1.0.0. Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais e Familiares - <b>NAVEF</b> , instituído no âmbito do Ministério Público do Estado de Roraima e vinculado ao <i>Programa Recomeçar - Rede de Cuidado, Orientação e Apoio às Vítimas de Crime</i> do Ministério da Justiça e Segurança Pública.		
1.0.0. <b>Responsável:</b>	1.0.0. Joaquim Eduardo dos Santos - Promotor de Justiça	1.0.0. <b>Matrícula:</b>	686
1.0.0. <b>Email:</b>	1.0.0. navef@mprp.mp.br	1.0.0. <b>Telefone:</b>	Ramal 473

1.0.0.

**2. DESCRIÇÃO SUCINTA DO OBJETO**

2.0.0. Aquisição de **mobiliários diversos e frigobar** para estruturação do Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais e Familiares - NAVEF no âmbito do Ministério Público do Estado de Roraima, com recursos do Termo de Convênio nº 974873/2025 - SENAPPEN/MJSP.

2.0.0.

**3. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

3.0.0. Em abril de 2025, o Ministério Público do Estado de Roraima apresentou a Proposta nº 220/2025 (doc. 1038025) para fins de financiamento do Programa Recomeçar - Rede de Cuidado, Orientação e Apoio às Vítimas de Crime do MJSP, com o objetivo de implementar e estruturar o Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes e Ato Infracionais e Familiares no MPRR.

3.0.0. Ato contínuo, com a aprovação da Proposta, foi celebrado Termo de Convênio nº 974873/2025 (doc. 1038069) com a Secretaria Nacional de Políticas Penais - SENAPPEN/MJSP, com repasse de valores destinados exclusivamente à estruturação física e de pessoal do NAVEF.

3.0.0. Nesse sentido, o presente documento busca assegurar a aquisição do material necessário à estruturação das salas de atendimento, com equipamentos próprios que propiciem o melhor acolhimento às pessoas vítimas de crimes/atos infracionais e seus familiares.

3.0.0.

**4. QUANTIDADES E ESTIMATIVA PRELIMINAR DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Longarina 3 lugares	2	und	R\$ 3.032,00	R\$ 6.064,00

2	Mesa Estação de Trabalho em L	6	und	R\$ 1.150,00	R\$ 6.900,00
3	Cadeira de Escritório Giratória	6	und	R\$ 1.159,00	R\$ 6.954,00
4	Cadeira de Escritório Fixa	12	und	R\$ 419,00	R\$ 5.028,00
5	Sofá 3 lugares	1	und	R\$ 2.197,00	R\$ 2.197,00
6	Poltrona Recepção/Escritório	2	und	R\$ 1.435,00	R\$ 2.870,00
7	Armário para escritório com 2 portas	1	und	R\$ 1.003,00	R\$ 1.003,00
8	Mesa redonda para reunião com 6 lugares	1	und	R\$ 1.216,00	R\$ 1.216,00
9	Balcão de Recepção/Escritório	1	und	R\$ 3.558,00	R\$ 3.558,00
10	Frigobar	1	und	R\$ 1.699,000	R\$ 1.699,00
				<b>VALOR TOTAL PRELIMINAR - R\$</b>	
				<b>37.489,00</b>	

4.0.0.

#### 5. DATA PRETENDIDA PARA CONCLUSÃO DA CONTRATAÇÃO

5.0.0. Estima-se que **até 31 de outubro de 2025** a contratação esteja concluída.

5.0.0.

#### 6. GRAU DE PRIORIDADE DA CONTRATAÇÃO E JUSTIFICATIVA

6.0.0. ( ) Baixo ( ) Médio ( X ) Alto

6.0.0. Em virtude do prazo de **até 60 (sessenta) dias**, admitida a prorrogação, para início do processo licitatório pelos órgãos e entidades públicas que receberem recursos da União em razão de convênios e contratos de repasse, nos termos do art. 52 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33/2023.

6.0.0.

#### 7. INDICAÇÃO DO(S) MEMBRO(S) DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO, SE FOR O CASO

7.0.0. Não se aplica.

#### 8. VINCULAÇÃO OU DEPENDÊNCIA COM OUTROS PROCESSOS

8.0.0. - Proc. 19.26.110001194.0000004/2025-71 - Aquisição de suprimentos de informática e televisor para o NAVEF/MPRR;

8.0.0. - Proc. 19.26.110001194.0000002/2025-81 - Aquisição de Veículos para o NAVEF/MPRR.

8.0.0. - Proc. 19.26.1000000.0005943/2025-33 - Contratação de Equipe Técnica para o NAVEF/MPRR.

#### 9. OUTRAS INFORMAÇÕES OU DOCUMENTOS RELEVANTES

9.0.0. - Proposta nº 220/2025 (doc. 1038025);

9.0.0. - Projeto Básico apresentado pelo Conveniente (doc. 1045417);

9.0.0. - Termo de Convênio nº 974873 celebrado entre a SENAPPEN/MJSP e o MPRR (doc. 1038069);

9.0.0. - Portaria nº 0979678 - PGJ, de 29/5/2025 (doc. 1039141).

9.0.0.



Documento assinado eletronicamente por **JOAQUIM EDUARDO DOS SANTOS, Promotor(a) de Justiça**, em 17/10/2025, às 16:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.mprrr.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.mprrr.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1039272** e o código CRC **A63ACF44**.

Av. Santos Dumont, nº 710 - Bairro São Pedro - CEP 69306-680 - Boa Vista - RR - [www.mprrr.mp.br](http://www.mprrr.mp.br)

19.26.110001194.0000003/2025-26

1039272v18

**Nº / ANO DA PROPOSTA:**

000220/2025

**OBJETO:**

Implantar e estruturar o Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais e Familiares no âmbito do Ministério Público do Estado de Roraima, vinculado ao programa Recomeçar.

**CARACTERIZAÇÃO DOS INTERESSES RECÍPROCOS:**

Os direitos da vítima encontram amparo legal na CF/88, Art. 4º, II, princípio da prevalência dos direitos humanos, um de seus fundamentos. A Resolução CNMP 243/2021, a vítima no âmbito do Ministério Público Brasileiro, compõe a política institucional na efetivação de seus direitos. Neste aspecto, o Ministério Público do Estado de Roraima, objetiva instituir uma política institucional, voltada ao atendimento das vítimas de crimes e atos infracionais e seus familiares na concretização de direitos.

**RELAÇÃO ENTRE A PROPOSTA E OS OBJETIVOS E DIRETRIZES DO PROGRAMA:**

Trata-se de Edital nº 4/2025, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Programa RECOMEÇAR – Rede de Cuidado, Orientação e Apoio às Vítimas de Crimes, objetivando criar núcleos ou centrais de atendimento às vítimas, compostas por equipes multidisciplinares, assistente administrativo e Promotor de Justiça, que atuará na coordenação. O Ministério Público do Estado de Roraima, propõe a criação e estruturação do Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais e seus Familiares.

**PÚBLICO ALVO:**

Às vítimas de crimes e atos infracionais e seus familiares.

**PROBLEMA A SER RESOLVIDO:**

Criação e estruturação do Núcleo de Atendimento às Vítimas e Familiares das Vítimas, sendo necessário a aquisição de equipamentos, mobiliários, materiais técnicos e administrativos, além da contratação de profissionais e qualificação de Membros e servidores que atuarão no programa.

**RESULTADOS ESPERADOS:**

Assegurar o acolhimento à vítima e seus familiares, com uma escuta qualificada, com o reconhecimento dos contextos traumáticos vivenciados, evitando a revitimização institucional, postura acolhedora, ética, empática, suporte humanizado, com o propósito de oferecer informações, orientações, proteção, assistência social, psicológica, jurídica e de saúde, bem como o ressarcimento, a participação, o acesso à justiça, a investigação da situação e a responsabilização dos autores do crime.

**1 - DADOS DO CONCEDENTE**

<b>CONCEDENTE:</b> 30000	<b>NOME DO ÓRGÃO/ÓRGÃO SUBORDINADO OU UG:</b> MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA		
<b>CPF DO RESPONSÁVEL:</b> ***.156.313-**	<b>NOME DO RESPONSÁVEL:</b> FLAVIO COSTA		
<b>ENDEREÇO DO RESPONSÁVEL:</b> INFORMAÇÃO DE ENDEREÇO NÃO DISPONÍVEL PARA PERFIL DE ACESSO LIVRE			<b>CEP DO RESPONSÁVEL:</b> *****-***



**2 - DADOS DO PROPONENTE**

<b>PROPONENTE:</b> 84.012.533/0001-83					
<b>RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE:</b> PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA DO ESTADO DE RORAIMA					
<b>ENDEREÇO JURÍDICO DO PROPONENTE:</b> AVENIDA SANTOS DUMONT, 710					
<b>CIDADE:</b> BOA VISTA	<b>UF:</b> RR	<b>CÓDIGO MUNICÍPIO:</b> 0301	<b>CEP:</b> 69306680	<b>E.A.:</b> Administração Pública Estadual ou do Distrito Federal	<b>DDD/TELEFONE:</b> 9536212972
<b>BANCO:</b> 001 - BANCO DO BRASIL SA		<b>AGÊNCIA:</b> 3797-4		<b>CONTA CORRENTE:</b>	
<b>CPF DO RESPONSÁVEL:</b> ***.558.839-**	<b>NOME DO RESPONSÁVEL:</b> FABIO STICA				
<b>ENDEREÇO DO RESPONSÁVEL:</b> INFORMAÇÃO DE ENDEREÇO NÃO DISPONÍVEL PARA PERFIL DE ACESSO LIVRE				<b>CEP DO RESPONSÁVEL:</b> *****_***	

#### 4 - DADOS DO EXECUTOR/VALORES

<b>VALOR GLOBAL:</b>	R\$ 1.776.406,76	
<b>VALOR DA CONTRAPARTIDA:</b>	R\$ 1.776,41	
<b>VALOR DOS REPASSES:</b>	Ano	Valor
	2025	R\$ 1.774.630,35
<b>VALOR DA CONTRAPARTIDA FINANCEIRA:</b>	R\$ 1.776,41	
<b>VALOR DA CONTRAPARTIDA EM BENS E SERVIÇOS:</b>	R\$ 0,00	
<b>VALOR DE RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO:</b>	R\$ 0,00	
<b>INÍCIO DE VIGÊNCIA:</b>	22/05/2025	
<b>FIM DE VIGÊNCIA:</b>	21/05/2027	
<b>VIGÊNCIA DO INSTRUMENTO:</b>	2027	

**6 - PLANO DE TRABALHO****Meta nº: 1**

<b>Especificação:</b> ESTRUTURAR O NÚCLEO DE ACOLHIMENTO AS VÍTIMAS PELO PROGRAMA RECOMEÇAR DO MPRR			
<b>Unidade de Medida:</b> UN		<b>Quantidade:</b> 1.0	<b>Valor:</b> R\$ 1.776.406,76
<b>Início Previsto:</b> 22/05/2025		<b>Término Previsto:</b> 21/05/2027	<b>Valor Global:</b> R\$ 1.776.406,76
<b>UF:</b>	<b>Município:</b>		<b>CEP:</b>
<b>Endereço:</b>			
<b>Etapas/Fase nº:</b> 1			
<b>Especificação:</b> Aprimorar o acolhimento às vítimas			
<b>Quantidade:</b> 1.0 UN		<b>Valor:</b> R\$ 1.243.879,81	<b>Início Previsto:</b> 22/05/2025
<b>Término Previsto:</b> 21/05/2027			
<b>Etapas/Fase nº:</b> 2			
<b>Especificação:</b> APRIMORAR OS EQUIPAMENTOS DO NÚCLEO DE ACOLHIMENTO ÀS VÍTIMAS			
<b>Quantidade:</b> 1.0 UN		<b>Valor:</b> R\$ 532.526,95	<b>Início Previsto:</b> 22/05/2025
<b>Término Previsto:</b> 21/05/2027			

**7 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO  
MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA**

MÊS DESEMBOLSO: Junho		ANO: 2025
META Nº: 1	VALOR DA META: R\$ 1.774.630,35	
DESCRIÇÃO: ESTRUTURAR O NÚCLEO DE ACOLHIMENTO AS VÍTIMAS PELO PROGRAMA RECOMEÇAR DO MPRR		
VALOR DO REPASSE:	R\$ 1.774.630,35	PARCELA Nº: 1

**8 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA DO ESTADO DE RORAIMA**

MÊS DESEMBOLSO: Junho		ANO: 2025
META Nº: 1	VALOR DA META: R\$ 1.776,41	
DESCRIÇÃO: ESTRUTURAR O NÚCLEO DE ACOLHIMENTO AS VÍTIMAS PELO PROGRAMA RECOMEÇAR DO MPRR		
VALOR DO REPASSE: R\$ 1.776,41		PARCELA Nº: 1

## 9 - PLANO DE APLICAÇÃO DETALHADO

DESCRIÇÃO DO BEM/SERVIÇO: Encargos INSS				
NATUREZA DA AQUISIÇÃO: Recursos do Instrumento			NATUREZA DA DESPESA: 339036	
ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO: Av. Santos Dumont, 710 - São Pedro				
CEP: 69306-680	UF: RR	MUNICÍPIO: 0301 - BOA VISTA		
UNIDADE: UN	QUANTIDADE: 1,00	V. UNITÁRIO:	R\$ 215.879,97	V.TOTAL: R\$ 215.879,97
OBSERVAÇÃO:				
DESCRIÇÃO DO BEM/SERVIÇO: Contratação de pessoal - assistente social				
NATUREZA DA AQUISIÇÃO: Recursos do Instrumento			NATUREZA DA DESPESA: 339036	
ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO: Av. Santos Dumont, 710 - São Pedro				
CEP: 69306-680	UF: RR	MUNICÍPIO: 0301 - BOA VISTA		
UNIDADE: UN	QUANTIDADE: 1,00	V. UNITÁRIO:	R\$ 293.713,50	V.TOTAL: R\$ 293.713,50
OBSERVAÇÃO:				
DESCRIÇÃO DO BEM/SERVIÇO: Contratação de pessoal - Assistente Administrativo				
NATUREZA DA AQUISIÇÃO: Recursos do Instrumento			NATUREZA DA DESPESA: 339036	
ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO: Av. Santos Dumont, 710 - São Pedro				
CEP: 69306-680	UF: RR	MUNICÍPIO: 0301 - BOA VISTA		
UNIDADE: UN	QUANTIDADE: 1,00	V. UNITÁRIO:	R\$ 146.859,34	V.TOTAL: R\$ 146.859,34
OBSERVAÇÃO:				
DESCRIÇÃO DO BEM/SERVIÇO: Contratação de pessoal - Analista Jurídico				
NATUREZA DA AQUISIÇÃO: Recursos do Instrumento			NATUREZA DA DESPESA: 339036	
ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO: Av. Santos Dumont, 710 - São Pedro				
CEP: 69306-680	UF: RR	MUNICÍPIO: 0301 - BOA VISTA		
UNIDADE: un	QUANTIDADE: 1,00	V. UNITÁRIO:	R\$ 293.713,50	V.TOTAL: R\$ 293.713,50
OBSERVAÇÃO:				
DESCRIÇÃO DO BEM/SERVIÇO: Contratação de pessoal - psicólogo				
NATUREZA DA AQUISIÇÃO: Recursos do Instrumento			NATUREZA DA DESPESA: 339036	
ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO: Av. Santos Dumont, 710 - São Pedro				
CEP: 69306-680	UF: RR	MUNICÍPIO: 0301 - BOA VISTA		
UNIDADE: UN	QUANTIDADE: 1,00	V. UNITÁRIO:	R\$ 293.713,50	V.TOTAL: R\$ 293.713,50
OBSERVAÇÃO:				
DESCRIÇÃO DO BEM/SERVIÇO: Smart TV 50 Polegadas				
NATUREZA DA AQUISIÇÃO: Recursos do Instrumento			NATUREZA DA DESPESA: 449052	
ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO: Av. Santos Dumont, 710 - São Pedro				
CEP: 69306-680	UF: RR	MUNICÍPIO: 0301 - BOA VISTA		
UNIDADE: UN	QUANTIDADE: 1,00	V. UNITÁRIO:	R\$ 2.636,45	V.TOTAL: R\$ 2.636,45
OBSERVAÇÃO:				
DESCRIÇÃO DO BEM/SERVIÇO: Impressora Multifuncional				
NATUREZA DA AQUISIÇÃO: Recursos do Instrumento			NATUREZA DA DESPESA: 449052	
ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO: Av. Santos Dumont, 710 - São Pedro				
CEP: 69306-680	UF: RR	MUNICÍPIO: 0301 - BOA VISTA		
UNIDADE: un	QUANTIDADE: 2,00	V. UNITÁRIO:	R\$ 4.740,23	V.TOTAL: R\$ 9.480,46
OBSERVAÇÃO:				
DESCRIÇÃO DO BEM/SERVIÇO: Balcão Recepção Escritório				
NATUREZA DA AQUISIÇÃO: Recursos do Instrumento			NATUREZA DA DESPESA: 449052	
ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO: Av. Santos Dumont, 710 - São Pedro				
CEP: 69306-680	UF: RR	MUNICÍPIO: 0301 - BOA VISTA		
UNIDADE: UN	QUANTIDADE: 1,00	V. UNITÁRIO:	R\$ 2.066,87	V.TOTAL: R\$ 2.066,87
OBSERVAÇÃO:				

DESCRIÇÃO DO BEM/SERVIÇO: Nobreak potência mínima de 600VA				
NATUREZA DA AQUISIÇÃO: Recursos do Instrumento			NATUREZA DA DESPESA: 449052	
ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO: Av. Santos Dumont, 710 - São Pedro				
CEP: 69306-680	UF: RR	MUNICÍPIO: 0301 - BOA VISTA		
UNIDADE: UN	QUANTIDADE: 6,00	V. UNITÁRIO:	R\$ 597,08	V.TOTAL: R\$ 3.582,48
OBSERVAÇÃO:				
DESCRIÇÃO DO BEM/SERVIÇO: Poltrona recepção/escritório				
NATUREZA DA AQUISIÇÃO: Recursos do Instrumento			NATUREZA DA DESPESA: 449052	
ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO: Av. Santos Dumont, 710 - São Pedro				
CEP: 69306-680	UF: RR	MUNICÍPIO: 0301 - BOA VISTA		
UNIDADE: UN	QUANTIDADE: 2,00	V. UNITÁRIO:	R\$ 912,30	V.TOTAL: R\$ 1.824,60
OBSERVAÇÃO:				
DESCRIÇÃO DO BEM/SERVIÇO: Veículo Picape 4x4 Automática				
NATUREZA DA AQUISIÇÃO: Recursos do Instrumento			NATUREZA DA DESPESA: 449052	
ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO: Av. Santos Dumont, 710 - São Pedro				
CEP: 69306-680	UF: RR	MUNICÍPIO: 0301 - BOA VISTA		
UNIDADE: UN	QUANTIDADE: 2,00	V. UNITÁRIO:	R\$ 229.663,33	V.TOTAL: R\$ 459.326,66
OBSERVAÇÃO:				
DESCRIÇÃO DO BEM/SERVIÇO: Armário Escritório 2 Portas				
NATUREZA DA AQUISIÇÃO: Recursos do Instrumento			NATUREZA DA DESPESA: 449052	
ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO: Av. Santos Dumont, 710 - São Pedro				
CEP: 69306-680	UF: RR	MUNICÍPIO: 0301 - BOA VISTA		
UNIDADE: UN	QUANTIDADE: 1,00	V. UNITÁRIO:	R\$ 1.119,46	V.TOTAL: R\$ 1.119,46
OBSERVAÇÃO:				
DESCRIÇÃO DO BEM/SERVIÇO: Frigobar				
NATUREZA DA AQUISIÇÃO: Recursos do Instrumento			NATUREZA DA DESPESA: 449052	
ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO: Av. Santos Dumont, 710 - São Pedro				
CEP: 69306-680	UF: RR	MUNICÍPIO: 0301 - BOA VISTA		
UNIDADE: UN	QUANTIDADE: 1,00	V. UNITÁRIO:	R\$ 1.529,06	V.TOTAL: R\$ 1.529,06
OBSERVAÇÃO:				
DESCRIÇÃO DO BEM/SERVIÇO: Computador Completo Ram ssd 240gb monitor Led 21 Hdmi				
NATUREZA DA AQUISIÇÃO: Recursos do Instrumento			NATUREZA DA DESPESA: 449052	
ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO: Av. Santos Dumont, 710 - São Pedro				
CEP: 69306-680	UF: RR	MUNICÍPIO: 0301 - BOA VISTA		
UNIDADE: un	QUANTIDADE: 6,00	V. UNITÁRIO:	R\$ 3.305,62	V.TOTAL: R\$ 19.833,72
OBSERVAÇÃO:				
DESCRIÇÃO DO BEM/SERVIÇO: Cadeiras Fixas				
NATUREZA DA AQUISIÇÃO: Recursos do Instrumento			NATUREZA DA DESPESA: 449052	
ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO: Av. Santos Dumont, 710 - São Pedro				
CEP: 69306-680	UF: RR	MUNICÍPIO: 0301 - BOA VISTA		
UNIDADE: UN	QUANTIDADE: 12,00	V. UNITÁRIO:	R\$ 692,40	V.TOTAL: R\$ 8.308,80
OBSERVAÇÃO:				
DESCRIÇÃO DO BEM/SERVIÇO: Cadeira com rodinhas				
NATUREZA DA AQUISIÇÃO: Recursos do Instrumento			NATUREZA DA DESPESA: 449052	
ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO: Av. Santos Dumont, 710 - São Pedro				
CEP: 69306-680	UF: RR	MUNICÍPIO: 0301 - BOA VISTA		
UNIDADE: un	QUANTIDADE: 6,00	V. UNITÁRIO:	R\$ 761,67	V.TOTAL: R\$ 4.570,02
OBSERVAÇÃO:				

DESCRIÇÃO DO BEM/SERVIÇO: Estação de Trabalho em L				
NATUREZA DA AQUISIÇÃO: Recursos do Instrumento			NATUREZA DA DESPESA: 449052	
ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO: Av. Santos Dumont, 710 - São Pedro				
CEP: 69306-680	UF: RR	MUNICÍPIO: 0301 - BOA VISTA		
UNIDADE: un	QUANTIDADE: 6,00	V. UNITÁRIO:	R\$ 1.927,22	V.TOTAL: R\$ 11.563,32
OBSERVAÇÃO:				
DESCRIÇÃO DO BEM/SERVIÇO: Cadeira tipo Longarina 3 lugares				
NATUREZA DA AQUISIÇÃO: Recursos do Instrumento			NATUREZA DA DESPESA: 449052	
ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO: Av. Santos Dumont, 710 - São Pedro				
CEP: 69306-680	UF: RR	MUNICÍPIO: 0301 - BOA VISTA		
UNIDADE: un	QUANTIDADE: 2,00	V. UNITÁRIO:	R\$ 2.174,63	V.TOTAL: R\$ 4.349,26
OBSERVAÇÃO:				
DESCRIÇÃO DO BEM/SERVIÇO: Mesa reunião redonda 6 lugares				
NATUREZA DA AQUISIÇÃO: Recursos do Instrumento			NATUREZA DA DESPESA: 449052	
ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO: Av. Santos Dumont, 710 - São Pedro				
CEP: 69306-680	UF: RR	MUNICÍPIO: 0301 - BOA VISTA		
UNIDADE: UN	QUANTIDADE: 1,00	V. UNITÁRIO:	R\$ 849,37	V.TOTAL: R\$ 849,37
OBSERVAÇÃO:				
DESCRIÇÃO DO BEM/SERVIÇO: Sofá de 3 lugares				
NATUREZA DA AQUISIÇÃO: Recursos do Instrumento			NATUREZA DA DESPESA: 449052	
ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO: Av. Santos Dumont, 710 - São Pedro				
CEP: 69306-680	UF: RR	MUNICÍPIO: 0301 - BOA VISTA		
UNIDADE: un	QUANTIDADE: 1,00	V. UNITÁRIO:	R\$ 1.486,42	V.TOTAL: R\$ 1.486,42
OBSERVAÇÃO:				

10 - PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO

NATUREZA DA DESPESA				
Código	Total	Recursos	Contrapartida Bens e Serviços	Rendimento de Aplicação
339036	R\$ 1.243.879,81	R\$ 1.243.879,81	R\$ 0,00	R\$ 0,00
449052	R\$ 532.526,95	R\$ 532.526,95	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL GERAL:		R\$ 1.776.406,76		

### 11 - DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova junto ao \_\_\_\_\_ para efeitos e sob as penas da Lei, que inexistem quaisquer débitos em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, que impeça a transferência de recursos oriundos das dotações consignadas nos orçamentos da União, na forma deste plano de trabalho.

Pede Deferimento,

\_\_\_\_\_  
Local e Data

\_\_\_\_\_  
Proponente

### 12 - APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE DO PLANO DE TRABALHO

**Aprovado**

\_\_\_\_\_  
Local e Data

\_\_\_\_\_  
Concedente  
(Representante legal do Órgão ou Entidade)

### 13 - ANEXOS

#### Comprovantes de Capacidade Técnica e Gerencial

**Nome do Arquivo:**

CAPACIDADE TÉCNICA GERENCIAL.pdf

#### Comprovação da Contrapartida

**Nome do Arquivo:**

Declaração de Contrapartida.pdf



## **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA**

### **PROJETO BÁSICO**

**PROGRAMA DE CRIAÇÃO DE CENTRAIS DE ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS  
DE CRIMES E ATOS INFRACIONAIS NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO  
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA VINCULADO AO PROGRAMA  
RECOMEÇAR**

**BOA VISTA/RR**

**ABRIL, 2025**





## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA

### ÍNDICE

1.	CONTEXTUALIZAÇÃO.....	04
2.	NOME DO PROJETO .....	04
3.	JUSTIFICATIVA .....	05
3.1	Público alvo.....	08
3.2	Objeto do projeto.....	09
4.	OBJETIVOS .....	09
4.1	. Objetivos gerais .....	09
4.2	Objetivos específicos .....	10
5.	ATIVIDADES .....	10
6.	METODOLOGIA E ESTRATÉGIA DE AÇÃO.....	11
7.	ESTRUTURA (CAPITAL HUMANO/EQUIPE MULTIDISCIPLINAR) .....	13
7.1	Capacitação da equipe técnica.....	13
8.	RESULTADOS ESPERADOS – REALIZAÇÕES QUE PERMITIRÃO A EXECUÇÃO DOS OBJETIVOS.....	14
8.1	Resultados esperados .....	15
8.2	Resultados quantitativos.....	15
8.3	Resultados qualitativos .....	15
9.	SUSTENTABILIDADE DO PROJETO .....	15
9.1	Como o projeto pretende interagir com políticas públicas .....	16



9.2	Como o Proponente pretende manter a Central de Atendimento a Vítimas de crimes após o término do convênio.....	16
10.	CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO .....	17
11.	DA PROPOSTA FINANCEIRA .....	21
12.	DOS RECURSOS POR NATUREZA DE DESPESA .....	25
13.	SISTEMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO .....	25
	ANEXO I – Memória de cálculo .....	27
	ANEXO II – Plano de Trabalho .....	27



## 1. CONTEXTUALIZAÇÃO

Trata-se de Edital nº 4/2025, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, o qual refere-se ao Programa RECOMEÇAR – Rede de Cuidado, Orientação e Apoio às Vítimas de Crimes.

Com o viés estruturante e de instalação, o programa tem por objetivo repassar valor do Fundo Penitenciário Nacional para criar núcleos ou centrais de atendimento às vítimas, todas compostas por equipes multidisciplinares minimamente integradas por um psicólogo, um assistente social, um bacharel em direito, um estagiário de nível superior e um Promotor de Justiça, que atuará na coordenação do centro. Além de ofertar capacitação aos profissionais que atuarão nos atendimentos.

O aludido programa pretende fortalecer a proteção integral às vítimas com apoio humanizado, oportunizando acesso à informação, orientação jurídica, reparação e acompanhamento psicológico, social e de saúde, através da consolidação das referidas centrais/núcleos.

**2. NOME DO PROJETO:** PROGRAMA DE CRIAÇÃO DE NÚCLEOS OU CENTRAIS DE ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS DE CRIMES NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA VINCULADO AO PROGRAMA RECOMEÇAR

## 3. SOBRE A ORGANIZAÇÃO

1. DADOS DA ORGANIZAÇÃO		
Nome da Organização e Sigla: MINISTÉRIO PÚBLICO DE RORAIMA - MPRR		
CNPJ: 84.012.533/0001-83		
Endereço: Av. Santos Dumont, 710		Bairro: São Pedro
Cidade: Boa Vista	UF: RR	CEP: 69.306-680
Telefone: (95) 3621-2900	E-mail: <a href="mailto:pgj@mprr.mp.br">pgj@mprr.mp.br</a>	
Telefone 2: (95) 3621-2980	Página eletrônica: <a href="http://www.mprr.mp.br">www.mprr.mp.br</a>	





## 2. RESPONSÁVEIS LEGAIS DA ORGANIZAÇÃO

**Nome completo:** FÁBIO BASTOS STICA

**CPF:** 716.558.839-68

**Cargo:** Procurador-Geral  
de Justiça

**Telefone:** (95) 3621.2900

## 3. COORDENADORES DO PROJETO

**Coordenador 01:** JOAQUIM EDUARDO DOS SANTOS

**Telefone:** 95 99144-6660

**E-mail:** joaquieduardo@mpr.mp.br

**Coordenador 02:**

**Telefone:**

**E-mail:**

## 4. JUSTIFICATIVA

A Secretaria Nacional de Políticas Penais, entre outras competências, é responsável pela gestão do Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN, conforme estabelecido pela Lei Complementar nº 79 de 1994. A Lei supracitada, prevê em seu inciso IX do Artigo 3º, a possibilidade de aplicação dos seus recursos em programas de assistência às vítimas de crime.

Já por meio da Portaria nº 429, de 30 de setembro de 2021, que altera a Portaria MJSP nº 821, de 31 de outubro de 2019 e regulamenta a estrutura regimental do Ministério da Justiça e Segurança Pública, elenca, na estrutura da Diretoria de Políticas Penitenciárias - DIRPP da Secretaria Nacional de Políticas Penais, as atribuições desta Divisão de Projetos e Inovação Social – DIPROS.

Nesse sentido, a DIPROS vem atuando para subsidiar as ações e planejamento entre as políticas penitenciárias abarcadas pela DIRPP/SENAPPEN, com destaque à competência específica de “fomento à implementação do Programa de Assistência às Vítimas de Crime”.



Emerge assim, o Programa RECOMEÇAR como uma iniciativa desta Senappen, mediante sua Diretoria de Políticas Penitenciárias - DIRPP, para possibilitar atenção integral às vítimas de crimes através do fortalecimento das Centrais ou Núcleos de Atendimento às Vítimas.

É por este motivo que o RECOMEÇAR, conforme previsão do Edital 4/2025, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, é uma iniciativa que se preocupa com os efeitos do crime sobre a vida da vítima, de seus familiares e da sociedade como um todo, mediante a necessidade de ampliar a articulação na efetivação de projetos, ações e atividades que possibilitem o restabelecimento da paz jurídica.

A implementação do RECOMEÇAR engendra por compreender que a efetivação da Justiça também perpassa pela atenção às vítimas diretas e dos seus familiares, pela ressignificação da dor e dos traumas, através do atendimento humanizado ofertado por servidores qualificados que articularão ao longo do percurso o acolhimento necessário para que as vítimas tenham acesso aos atendimentos básicos e encaminhamentos junto a rede de saúde e socioassistencial, além do acesso ágil às instâncias judiciais.

Verifica-se que os direitos da vítima encontram amparo legal na Constituição Federal/88, Art. 4º, II, princípio da prevalência dos direitos humanos, sendo a dignidade da pessoa humana um de seus fundamentos (Art. 1º, III), além do Art. 5º que estabelece no inciso XXXIII, o direito de todas as pessoas a receberem dos órgãos públicos, informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, ressalvadas aquelas que encontram-se em sigilo, sendo uma das garantias previstas nesta proposta. Vale mencionar ainda na Carta Constitucional, que a vítima da criminalidade merece especial proteção quantos aos seus direitos, inclusive o de reparação do dano decorrente do crime que sofreu, conforme disposto no Art. 245, reparação mínima, conforme assistência disposta em lei pelo poder público.

O Ministério Público Brasileiro, através da Lei nº 8.625/1993, Art. 1º, incumbido da defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis, e dentre a multiplicidade de suas atribuições definidas pela Constituição Federal/88, converge ainda para o desafio permanente de preservar direitos, tendo que atuar na defesa vigilante e permanente da ordem democrática e da segurança jurídica, sendo um elo importante com a sociedade, devendo promover medidas necessárias a efetivação dos direitos de interesse geral, atuando na diversidade das causas de natureza criminal e cível.





Com o advento da Resolução CNMP nº 243/2021, que dispôs sobre a Política Institucional de Proteção Integral e de Promoção de Direitos e Apoio às Vítimas, alterada pela Resolução nº 267/2023, que cria a Coordenadoria Nacional de Apoio às Vítimas (CNAV), observa-se que atenção a vítima no âmbito do Ministério Público Brasileiro ressurgiu como premissa basilar e norteadora de política institucional na efetivação plena de seus direitos.

Neste aspecto, no âmbito do Ministério Público do Estado de Roraima, é necessário reconhecer a importância de instituir uma política institucional, com a adoção de medidas destinadas a assegurar a atuação ministerial voltada ao acolhimento das vítimas de violência e à supressão da revitimização no âmbito institucional.

Sob esta ótica, a promoção dos direitos das vítimas, tem como pilar a guarda dos princípios constitucionais que tratam da prevalência dos direitos humanos, sendo a dignidade da pessoa humana um de seus fundamentos. O que denota ao Ministério Público zelar pela adequada aplicabilidade da legislação, reconhecendo a importância da efetivação do direito das vítimas no âmbito da persecução penal, procedimento e processo judicial, de forma que estes tenham a plena garantia de seus direitos.

A garantia dos direitos da vítima no processo penal, bem como o seu reconhecimento como sujeito do processo, leva necessariamente a análise dos limites e possibilidades de atuação da vítima em todas as etapas do processo penal, bem como, na concretização do acesso aos direitos de proteção e informações; contudo, não basta uma norma que defina os regramentos legais, para ter acesso aos direitos, para além disso, são necessárias a adoção de medidas que garantam efetividade e a concretização dos direitos fundamentais da vítima.

Neste viés, a Resolução CNMP nº 243/2021, colocou a vítima numa posição mais relevante no processo penal, garantido um tratamento equitativo, visando o direito a informação e o direito à rápida restituição e reparação.

Assim o Ministério Público de Roraima, tomou a iniciativa não apenas de intervir no conflito, com a reparação adequada e efetivação das sanções aplicadas judicialmente diante dos ilícitos, mas estendeu sua preocupação a concretização dos direitos das vítimas, diante do impacto da violência e das repercussões na vida da vítima e/ou de seu grupo familiar, a medida que desempenha um papel central, buscando atuar com qualidade, agilidade e eficiência.



Logo a presente iniciativa trata de assegurar o acolhimento à vítima e/ou seus familiares, com uma escuta qualificada, com o reconhecimento dos contextos traumáticos vivenciados, evitando a revitimização institucional, adotando preferencialmente uma postura acolhedora, ética, empática e com o reconhecimento do protagonismo da vítima em busca da melhor solução para garantia dos seus direitos.

Neste contexto, buscando concretizar ações efetivas, o Ministério Público do Estado de Roraima, propõe a criação do Núcleo de Atendimento às Vítimas e Familiares das Vítimas, buscando assegurar um suporte humanizado, para que não sejam tratados apenas como elementos de instrução processual, mas sim, atores importantes na busca pela justiça, pois são eles que suportam os impactos do crime, sentindo seus efeitos de maneira instantânea e permanente.

Busca-se com a criação do Núcleo de Atendimento às Vítimas e Familiares das Vítimas garantir o encaminhamento eficaz das vítimas aos órgãos da rede, de acordo com suas competências, com o propósito de oferecer informações, orientações, proteção, assistência social, psicológica, jurídica e de saúde, bem como o ressarcimento, a participação, o acesso à justiça, a investigação da situação e a responsabilização dos autores do crime.

Sem prejuízo de ofertar capacitação e formação continuada pelo o Núcleo de Atendimento às Vítimas e Familiares das Vítimas para aqueles profissionais que compõem a rede de saúde, socioassistencial e jurídica penal (CREA's, CRAS, varas dos Tribunais de Justiça, Delegacias, Sistema Prisional, etc.), focado na atenção integral a vítima de crimes e seus familiares.

#### **4.1. Público alvo**

Às vítimas de crimes e atos infracionais e seus familiares.

#### **4.2. Problema a ser resolvido:**

Criação e estruturação do Núcleo de Atendimento às Vítimas e Familiares das Vítimas, sendo necessário a aquisição de equipamentos, mobiliários, materiais técnicos e administrativos, além da contratação de profissionais e qualificação de Membros e servidores que atuarão no programa.





#### **4.3. Resultados esperados:**

Assegurar o acolhimento à vítima e seus familiares, com uma escuta qualificada, com o reconhecimento dos contextos traumáticos vivenciados, evitando a revitimização institucional, postura acolhedora, ética, empática, suporte humanizado, com o propósito de oferecer informações, orientações, proteção, assistência social, psicológica, jurídica e de saúde, bem como o ressarcimento, a participação, o acesso à justiça, a investigação da situação e a responsabilização dos autores do crime.

#### **4.4. Objeto do Instrumento:**

Implantar e estruturar o Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais e Familiares no âmbito do Ministério Público do Estado de Roraima, vinculado ao Programa RECOMEÇAR.

#### **4.5. Declaração de Capacidade Técnica e Gerencial:**

O Ministério Público do Estado de Roraima possui atualmente em sua estrutura administrativa e de recursos humanos, com equipe de profissionais que deverão atuar na execução da proposta, descritos conforme atos de nomeação, com atribuições para gestão, celebração, execução e prestação de contas, abaixo relacionados:

Diretor/Gerente/ Coordenador da área técnica – Dr. Joaquim Eduardo dos Santos – Promotor de Justiça

Assessoria Jurídica – Antônio Valdeci Nobles

Responsáveis técnicos pela elaboração do Projeto /Coordenação do Projeto – Ana Laura Menezes de Santana – Assistente Social

Gestão dos Convênios – Transferegov.br – Bairton Pereira Silva – Contador – Diretor Orçamentário Financeiro

Processo de Aquisição/Contratação – Ana Paula Veras de Paula – Responsável pelos encaminhamentos para licitação – Chefe de Divisão

Segue anexo os atos de nomeação.

### **5. OBJETIVOS**

#### **5.1. Objetivos geral:**





Implantar e estruturar o núcleo de atendimento às vítimas de crimes e atos infracionais e seus familiares, com espaço físico adequado, contratação e qualificação da equipe técnica especializada e multidisciplinar, objetivando o acolhimento humanizado das vítimas e familiares, assegurando acesso à justiça, tratamento equitativo, direito à informação sobre os seus direitos, proteção, reparação, encaminhamento para acolhimento psicológico, social e de saúde.

## **5.2. Objetivos específicos:**

- ✓ Criar o núcleo de atendimento às vítimas de crimes e de atos infracionais em local apropriado, com sala de acolhimento e equipamento próprio, para melhor servir os usuários;
- ✓ Adquirir o material necessário a estruturação das salas de atendimento;
- ✓ Contratar profissionais qualificados (Psicólogo, Assistente Social, bacharel em Direito, assistente administrativo e estagiário de nível superior), assegurando o atendimento e acompanhamento com atuação da equipe multidisciplinar;
- ✓ Garantir capacitação periódica às equipes multidisciplinares por meio de Cursos e /ou Seminários formatados pelos Ramos e Unidades dos Ministérios Públicos Estaduais e/ou demais parceiros.
- ✓ Articular e ampliar o atendimento através das parcerias com a rede de proteção;
- ✓ Interiorizar o acolhimento às vítimas de crimes no Estado.

## **6. ATIVIDADES**

- ✓ Orientação Jurídica;
- ✓ Atendimento Psicológico;
- ✓ Atendimento Social e Psicossocial;
- ✓ Encaminhamento às redes de apoio para atendimento odontológico, fisioterapêutico e estético;
- ✓ Campanhas públicas para conscientização dos direitos das vítimas;
- ✓ Celebração de termos de cooperação com entidades públicas e privadas;



- ✓ Realizar capacitação das equipes multidisciplinares;
- ✓ Realizar capacitação do público interno do Ministério Público acerca da escuta humanizada.

## 7. METODOLOGIA E ESTRATÉGIA DE AÇÃO

Os atendimentos se darão por meio de equipes multidisciplinares contratadas e capacitadas, que auxiliarão na quantificação e qualificação dos atendimentos, proporcionando atendimento humanizado e fornecendo subsídios para a atuação dos membros do Ministério Público, na garantia dos direitos de vítimas diretas e indiretas ou familiares de vítimas de infrações penais ou de atos infracionais.

De modo específico teremos:

### **Atribuições do (a) Assistente Social:**

#### 1– Atendimento individual ou em grupo:

- Criar um espaço seguro, ético e acolhedor para que a vítima (direta, indireta) ou seus familiares se sintam à vontade para relatar suas experiências.

#### 2 – Entrevista como instrumento metodológico:

- Utilizar a entrevista não apenas como coleta de dados, mas como espaço de construção de conhecimento, vínculo profissional-usuário e base para o planejamento das intervenções.

#### 3 – Realizar visitas domiciliares:

- Observar o contexto de vida das vítimas (condições de moradia, relações familiares, rede de apoio), ampliando a compreensão da realidade e fortalecendo a intervenção social.

#### 4 – Realizar estudos socioeconômicos:

- Identificar expressões da questão social que afetam as vítimas e suas famílias, levantando demandas relacionadas ao acesso a políticas públicas como: assistência social; saúde; emprego e renda; justiça e direitos humanos.

#### 5 – Garantir encaminhamentos à rede de proteção:

- Encaminhar as vítimas aos serviços competentes (CRAS, CREAS, rede de saúde, entre outros), com o objetivo de garantir direitos, proteção e suporte.

#### 6 – Avaliar riscos e urgência:



- Analisar a situação apresentada para identificar riscos imediatos e adotar medidas emergenciais, como: encaminhamento para acolhimento institucional; solicitação de medidas protetivas.

#### **Atribuições do (a) psicóloga (a):**

O atendimento psicológico às vítimas, conforme demanda, no âmbito da equipe multidisciplinar, destina-se a dar suporte à atividade-fim, por meio de atendimento qualificado, com avaliação técnica que propicie eventual encaminhamento das vítimas a serviços da rede de saúde e de atenção psicossocial, conforme a necessidade identificada, podendo desenvolver-se através da realização das modalidades de ações, na área de psicologia, por exemplo: atendimento individual ou em grupos, entrevista psicológica. Como atividade específica, tem-se:

1. Realizar o acolhimento psicológico, individual ou com o grupo familiar, através de escuta empática com uma postura ética e humanizada às vítimas diretas e/ou seus familiares;
2. Estabelecer uma relação de confiança, comunicando respeito às subjetividades e ao sofrimento presente, com validação dos sentimentos;
3. Favorecer um espaço de construção dos recursos necessários às tomadas de decisão;
4. Realizar o acolhimento psicológico no âmbito do domicílio nos casos em que se apresentarem necessários;
5. Identificar as demandas psicológicas implícitas no fenômeno psicológico apresentado, com fins de avaliação de riscos à saúde mental;
6. Realizar o referenciamento para os pontos de atenção da Rede de Atenção à Saúde – RAS e Rede de Atenção Psicossocial – RAPS, quando constatada a necessidade.

#### **Atribuições do bacharel em direito:**

1. Realizar atendimento de vítima(s) direta(s) e indireta(s) ou familiar(es) de vítima(s), sob demanda espontânea (compreendendo demandas de vítimas realizadas diretamente ou por intermédio de órgãos ou instituições externas, com seu consentimento e dados de contato) ou que tenha(m) sido encaminhada(s) por membros do Ministério Público prestando informações sobre o centro/núcleo ou processuais;



2. Desempenhar funções técnicas e administrativas de média e alta complexidade dentro do Núcleo de Atendimento às Vítimas e Familiares das Vítimas;

3. Realizar outras atribuições inerentes às competências da unidade, delegadas pelo membro coordenador do Núcleo.

**Atribuições do assistente administrativo:**

1. Prestar assistência ao coordenador membro do Ministério Público e ao Núcleo;

2. Desempenhar funções técnicas e administrativas de baixa e média complexidade dentro do Núcleo;

3. Atender ao público interno e externo, seja vítima(s) direta(s) e indireta(s) ou familiar(es) de vítima(s), sob demanda espontânea (compreendendo demandas de vítimas realizadas diretamente ou por intermédio de órgãos ou instituições externas, com seu consentimento e dados de contato) ou que tenha(m) sido encaminhada(s) prestando informações sobre o andamento dos processos e dos procedimentos;

**Atividades do estagiário de nível superior:**

1. Auxiliar o orientador ou o membro do Ministério Público no desempenho de suas atividades dentro do Núcleo nas atividades de exames de processos judiciais e administrativos;

2. Atender ao público, como auxiliar do orientador ou de Membro do Ministério Público dentro do Núcleo, com o fim de orientar conflitos de interesse;

3. Cumprir todas as tarefas que lhe forem atribuídas dentro do Núcleo.

**8. ESTRUTURA (CAPITAL HUMANO/EQUIPE MULTIDISCIPLINAR)**

QUANT.	CARGO/FUNÇÃO	CH SEMANAL	VÍNCULO
1	Promotor de Justiça	40 Horas	Membro do Ministério Público
1	Assistente Social	40 Horas	Prestador de serviço
1	Psicólogo	40 Horas	Prestador de serviço

1	Bacharel em Direito	40 Horas	Prestador de serviço
1	Assistente Administrativo	40 Horas	Prestador de Serviço
1	Estagiário de nível superior	20 Horas	Estagiário

### 8.1 – Capacitação da equipe técnica

Visando a eficiência, a motivação e a qualidade na proposta a ser implantada, torna-se imprescindível capacitar a equipe que deverá atuar, membros e servidores, podendo ser realizada por membros existentes nos Ramos e/ou unidades do Ministério Público, através de outras equipes parceiras ou ainda com a contratação de empresa especializada.

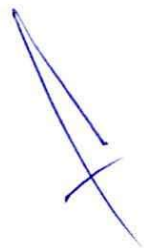
Referida decisão deve considerar a experiência em justiça restaurativa, mediação e/ou conciliação como elemento essencial na formação de seus colaboradores para obter um resultado de maior efetividade no núcleo de atendimento como forma de aprimoramento das atividades já desenvolvidas no Ministério Público do Estado de Roraima.

Importante ressaltar que há previsão de capacitação oferecida por núcleos já em atividade de outros Ministérios Públicos estaduais como forma de aprimoramento das atividades desenvolvidas pelo Ministério Público Estadual de Roraima.

### 8.2 – Organizações Parceiras

O Ministério Público do Estado de Roraima vem fortalecendo suas ações firmando acordos de cooperação técnica, para estabelecer parcerias com a rede de atendimento, ampliando a possibilidade de acolhimento e atendimento às vítimas de crimes e seus familiares, com as seguintes instituições:

1. Tribunal de Justiça do Estado de Roraima
2. Faculdade Claretiano
3. Faculdade Cathedral
4. Universidade Federal de Roraima
5. Universidade Estadual de Roraima





## 8. METAS:

Criação, estruturação e implantação do Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais e Familiares (NAVeF), na estrutura própria do Ministério Público do Estado de Roraima.

## 9. RESULTADOS ESPERADOS – REALIZAÇÕES QUE PERMITIRÃO A EXECUÇÃO DOS OBJETIVOS.

Com a execução do presente projeto, pretende-se realizar aproximadamente 75 (setenta e cinco) atendimentos mensais por núcleos ou centros de atendimento.

### Resultados Esperados

#### 9.1 – Resultados Quantitativos

- Aproximadamente 25 (vinte e cinco) atendimentos jurídicos mensais inaugurais de pessoas vítimas de crimes/ato infracional e seus familiares;
- Aproximadamente 25 (vinte e cinco) atendimentos mensais de assistência social de pessoas vítimas de crimes/ato infracional e seus familiares;
- Aproximadamente 25 (vinte e cinco) atendimentos psicológicos mensais de vítimas de crimes/ato infracional e seus familiares
- Emissão de relatório **anual** com estatísticas acerca da execução dos atendimentos, contemplando quantitativo de execução diretamente nas centrais e o quantitativo de atendimentos encaminhados para as redes parceiras e outros dados que ajudem na formulação de novas políticas públicas.

#### 9.2 – Resultados Qualitativos:

- Atendimento/acolhimento às vítimas diretas;
- Atendimento/acolhimento as vítimas indiretas;
- Atendimento/acolhimento aos familiares das vítimas;
- Contratação de equipe especializada para fortalecer o atendimento;
- Qualificação da equipe do Núcleo.





## **10. SUSTENTABILIDADE DO PROJETO**

O Ministério Público do Estado do Roraima já realiza atendimento e acompanhamento psicológico, socioassistencial e jurídico as vítimas (diretas ou indiretas) e seus familiares por meio da ação institucional nominada Vozes Fortes: Renovando Vidas cuja promotoria de referência é a 1ª Titularidade da Promotoria de Justiça do Tribunal do Júri.

O projeto em referência vem fortalecer as políticas de proteção integral e de promoção de direitos e apoio às vítimas com efetiva criação do Núcleo de Atendimento às Vítimas e Familiares das Vítimas, oportunizando de forma ampla a todas as unidades do Ministério público do Estado de Roraima o acesso aos direitos fundamentais das vítimas, como orientação jurídica, celeridade processual, atendimento médico, psicológico e socioassistencial que possam surtir efeitos positivos, e no final da execução deste projeto, possa ser utilizada a mesma metodologia de atuação para continuidade do trabalho em foco.

### **10.1 – Como o projeto pretende interagir com as demais políticas públicas**

O projeto objetiva a criação de um Protocolo de Atendimento com a rede de serviços das políticas públicas de assistência social, saúde e educação da rede municipal e estadual, sem prejuízo da utilização das redes de ensino e unidades particulares.

A interação com demais órgãos para garantia de acesso das vítimas (diretas ou indiretas) e seus familiares as políticas públicas será por meio de acordos de cooperação.

Notadamente, o Ministério Público do Estado de Roraima já possui acordos de cooperação técnica com entidades de ensino e com o Tribunal de Justiça do Estado de Roraima que garantem o correto encaminhamento das vítimas (diretas ou indiretas) e seus familiares para atendimento psicológico, socioassistencial e de saúde.

É importante destacar que o Ministério Público do Estado de Roraima está em tratativas com a rede pública de atendimento do Estado de Roraima para firmar acordo de cooperação técnica para melhoria de fluxo de atendimentos encaminhados pelo projeto.

### **10.2 – Como o Proponente pretende manter a Central de Atendimento a Vítima após o término do convênio.**



Buscando concretizar ações efetivas, o Ministério Público do Estado de Roraima, através do Projeto Vozes Fortes: Renovando Vidas em execução e atividade, garante um suporte humanizado à vítima e seus familiares, para que não sejam tratados apenas como elementos de instrução processual, mas sim, atores importantes na busca pela justiça, pois são eles que suportam os impactos do crime, sentindo seus efeitos de maneira instantânea e permanente.

As ações desempenhadas garantiram o encaminhamento eficaz das vítimas e familiares aos órgãos da rede, de acordo com suas competências, com o propósito de oferecer informações, orientações, proteção, assistência social, psicológica, jurídica e de saúde, bem como o ressarcimento, a participação, o acesso à justiça, a investigação da situação e a responsabilização dos autores do crime.

O Projeto Vozes Fortes: Renovando Vidas vem sendo desenvolvido visando a concretização da criação do Núcleo de Apoio à Vítima e Familiares –NAVeF, sendo oportunizado com a realização do convênio, possibilitando a criação do núcleo com a estrutura a ser adquirida pelo Programa RECOMEÇAR.

O Ministério Público do Estado de Roraima já possui equipe técnica vinculada ao CAOP – NAT, composta por duas psicólogas e três assistentes sociais, bem como concurso público com lista de aprovados apto a convocação para a posse, possibilitando a continuidade das ações após a finalização do convênio.

Assim, resta claro que o Ministério Público seja com a equipe já existente no Núcleo de Apoio Técnico ou com a possibilidade de convocar novos servidores públicos possui capacidade técnica para continuidade do funcionamento ao Núcleo de Atendimento às Vítimas e Familiares (NAVeF).

## 11. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

EXERCÍCIO 2025								
ATIVIDADES/ ETAPAS	Mês	Mês	Mês	Mês	Mês	Mês	Mês	Mês
	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
1. Elaboração de Termo de Referência para contratação das		X	X	X				



empresas e montagem da comissão de licitação e preparação documental para execução do convênio.								
2. Realização de licitação para aquisição de mobiliário, equipamentos e veículo, bem como contratação de prestadores de serviço.				X	X	X	X	X
3. Entrega e instalação de mobiliário e equipamentos, assim como recebimento do veículo.								
4. Seleção e contratação da equipe técnica.	X	X	X	X				
5. Capacitação da equipe.						X	X	X
6. Início das atividades com estrutura física e recursos humanos do Núcleo instalados e ativos.								
7. Monitoramento e avaliação das atividades.	X	X	X	X	X	X	X	X
8. Elaboração de relatórios de	X	X	X	X	X	X	X	X

acompanhamento e execução do projeto.									
9. Produção de relatórios parciais e finais de execução.	X	X	X	X	X	X	X	X	X
10. Prestação de Contas									

EXERCÍCIO 2026												
ATIVIDADES/ ETAPAS	Mês	Mês	Mês	Mês	Mês	Mês	Mês	Mês	Mês	Mês	Mês	Mês
	Jan	Fev	Mar	Abr	Maio	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1. Elaboração de Termo de Referência para contratação das empresas e montagem da comissão de licitação e preparação documental para execução do convênio.												
2. Realização de licitação para aquisição de mobiliário, equipamentos e veículo, bem como contratação de prestadores de serviço.												
3. Entrega e instalação de mobiliário e equipamentos, assim como recebimento do veículo.		X	X	X	X							
4. Seleção e contratação da equipe técnica.												
5. Capacitação da equipe.						X	X	X	X	X	X	X
6. Início das atividades com estrutura física e						X	X	X	X	X	X	X



recursos humanos do Núcleo instalados e ativos.												
7. Monitoramento e avaliação das atividades.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
8. Elaboração de relatórios de acompanhamento e execução do projeto.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
9. Produção de relatórios parciais e finais de execução.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
10. Prestação de Contas												

EXERCÍCIO 2027					
ATIVIDADES/ ETAPAS	Mês	Mês	Mês	Mês	Mês
	Jan	Fev	Mar	Abr	Maio
1. Elaboração de Termo de Referência para contratação das empresas e montagem da comissão de licitação e preparação documental para execução do convênio.					
2. Realização de licitação para aquisição de mobiliário, equipamentos e veículo, bem como contratação de prestadores de serviço.					
3. Entrega e instalação de mobiliário e equipamentos, assim como recebimento do veículo.					
4. Seleção e					

contratação da equipe técnica.					
5. Capacitação da equipe.	X	X	X	X	X
6. Início das atividades com estrutura física e recursos humanos do Núcleo instalados e ativos.	X	X	X	X	X
7. Monitoramento e avaliação das atividades.	X	X	X	X	X
8. Elaboração de relatórios de acompanhamento e execução do projeto.	X	X	X	X	X
9. Produção de relatórios parciais e finais de execução.	X	X	X	X	X
10. Prestação de Contas					X

## 12. DA PROPOSTA FINANCEIRA

PROPOSTA FINANCEIRA	
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE PESSOA FÍSICA	VALOR MÉDIO
PSICÓLOGO	
ORÇAMENTO 01: R\$ 4.692,91	R\$ 10.245,82
ORÇAMENTO 02: R\$ 10.565,99	
ORÇAMENTO 03: R\$ 10.245,82	
ASSISTENTE SOCIAL	





PROPOSTA FINANCEIRA	
ORÇAMENTO 01: R\$ 4.692,91 ORÇAMENTO 02: R\$ 10.565,99 ORÇAMENTO 03: R\$ 10.245,82	R\$ 10.245,82
BACHAREL EM DIREITO  ORÇAMENTO 01: 13.994,78 ORÇAMENTO 02: 10.565,99 ORÇAMENTO 03: 16.051,83	R\$ 10.245,82
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO  ORÇAMENTO 01: R\$ 2.000,00 ORÇAMENTO 02: R\$ 8.529,65 ORÇAMENTO 03: R\$ 5.123,00	R\$ 5.123,00
Obs1: Planilha de custos confeccionada com base em informações concedidas pela Coordenação Geral de Recursos Humanos do Governo do Estado de Roraima, conforme Lei 323/01 e Lei 807/11. Obs2: Foi utilizado o valor do vencimento de cargo efetivo, da tabela de cargos e salários do Ministério Público do Estado de Roraima, Lei 1.980/2024 para o cálculo da média.	

## DEMONSTRATIVO - DRH - Nº 0964647/2025

## PLANILHA DE CUSTO COM PESSOAL

CARGO	Nº DE PROFISSIONAIS	VENCIMENTO MENSAL (R\$)	FÉRIAS E ADICIONAL 1/3 FÉRIAS (R\$)	DÉCIMO TERCEIRO SALARIO (R\$)	VENCIMENTO MENSAL ANUAL C/13º SALARIO E FÉRIAS (R\$)	ENCARGOS DE INSS (R\$)	VALOR ANUAL COM ENCARGOS (R\$)	VALOREM DOIS ANOS COM ENCARGOS (R\$)
PSICÓLOGO	1	10.245,82	13.661,09	10.245,82	146.856,75	30.839,92	177.696,67	355.393,34
ASSISTENTE SOCIAL	1	10.245,82	13.661,09	10.245,82	146.856,75	30.839,92	177.696,67	355.393,34
ANALISTA JURÍDICO	1	10.245,82	13.661,09	10.245,82	146.856,75	30.839,92	177.696,67	355.393,34
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1	5.123,00	6.830,67	5.123,00	73.429,67	15.420,23	88.849,90	177.699,79
SOMA TOTAL								1.243.879,81

Obs1: Planilha de custos confeccionada com base em informações concedidas pela Coordenação Geral de Recursos Humanos do Governo do Estado de Roraima, conforme Lei 323/01 e Lei 807/11.

Obs2: Foi utilizado o valor do vencimento de cargo efetivo, da tabela de cargos e salários do Ministério Público do Estado de Roraima, Lei 1.980/2024



PROPOSTA FINANCEIRA	
AQUISIÇÃO DE BENS	VALOR MÉDIO
CADEIRA TIPO LONGARINA – 3 LUGARES	
ORÇAMENTO 01: R\$ 3.987,00	R\$ 2.174,63
ORÇAMENTO 02: R\$ 1.157,87	
ORÇAMENTO 03: R\$ 1.379,00	
MESA EM L	
ORÇAMENTO 01: R\$ 1.649,00	R\$ 1.927,22
ORÇAMENTO 02: R\$ 3.259,00	
ORÇAMENTO 03: R\$ 873, 00	
CADEIRA DE ESCRITÓRIO COM RODINHA	
ORÇAMENTO 01: R\$ 1.159,00	R\$ 761,67
ORÇAMENTO 02: R\$ 426,00	
ORÇAMENTO 03: R\$ 700,00	
CADEIRA DE ESCRITÓRIO FIXA	
ORÇAMENTO 01: R\$ 1.358,00	R\$ 692,40
ORÇAMENTO 02: R\$ 390,00	
ORÇAMENTO 03: 329,21	
COMPUTADOR COMPLETO	
ORÇAMENTO 01: R\$ 4.601,00	R\$ 3.305,62
ORÇAMENTO 02: R\$ 2.499,00	
ORÇAMENTO 03: 2.816,87	
IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL	

<b>PROPOSTA FINANCEIRA</b>	
ORÇAMENTO 01: R\$ 5.999,00 ORÇAMENTO 02: R\$ 4.046,20 ORÇAMENTO 03: 4.175,51	R\$ 4.740,23
<b>SOFÁ 3 LUGARES</b>  ORÇAMENTO 01: R\$ 2.197,00 ORÇAMENTO 02: R\$ 1.130,00 ORÇAMENTO 03: 1.132,25	R\$ 1.486,42
<b>POLTRONA RECEPÇÃO/ESCRITÓRIO</b>  ORÇAMENTO 01: R\$ 1.435,00 ORÇAMENTO 02: R\$ 780,00 ORÇAMENTO 03: 521,90	R\$ 912,30
<b>FRIGOBAR</b>  ORÇAMENTO 01: R\$ 1.699,00 ORÇAMENTO 02: R\$ 1.510,70 ORÇAMENTO 03: 1.377,49	R\$ 1.529,06
<b>ARMÁRIO ESCRITÓRIO 2 PORTAS</b>  ORÇAMENTO 01: R\$ 1.389,00 ORÇAMENTO 02: R\$ 1.255,40 ORÇAMENTO 03: 743,98	R\$ 1.119,46
<b>TELEVISÃO 50 POLEGADAS</b>  ORÇAMENTO 01: R\$ 3.300,00 ORÇAMENTO 02: R\$ 2.236,26 ORÇAMENTO 03: R\$ 2.373,09	R\$ 2.636,45





### 13. DOS RECURSOS POR NATUREZA DE DESPESAS

NATUREZA DE DESPESA	FUNPEN	CONTRAPARTIDA	CONTRAPARTIDA + FUNPEN
339036	R\$ 1.243.879,81	R\$0,00	R\$ 1.243.879,81
449052	R\$ 530.750,54	R\$ 1.776,41	R\$ 532.526,95
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 1.774.630,35</b>	<b>R\$ 1.776,41</b>	<b>R\$ 1.776.406,76</b>

### 14. SISTEMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O processo de monitoramento será desenvolvido sistematicamente de modo a garantir a eficiência e eficácia das ações previstas, promovendo mudanças e produzindo os impactos almejados. Ao que tange o processo de acompanhamento, serão considerados como indicadores básicos os aspectos quantitativos e qualitativos referentes ao propósito do projeto, adequação entre recursos humanos, materiais e demandas.

No que se refere ao processo de avaliação serão utilizados vários instrumentais, tais como: registro dos trabalhos realizados, elaboração de relatórios e alimentação de banco de dados no sistema interno do Ministério Público de todos os acompanhamentos e encaminhamentos às outras redes de apoio às vítimas.





## ANEXO I

### MEMÓRIA DE CÁLCULO

Objetivo 1: Contratação de pessoal (Recursos Humanos)

Período de Execução do projeto: 24 (vinte e quatro) meses

DESCRIÇÃO	QTD	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Psicólogo	01	UND	10.245,82	355.393,34
Assistente Social	01	UND	10.245,82	355.393,34
Bacharel em de Direito	01	UND	10.245,82	355.393,34
Assistente Administrativo	01	UND	5.123,00	177.699,79
<b>TOTAL</b>				<b>1.243.879,81</b>

DEMONSTRATIVO - DRH - N° 0964647/2025

#### PLANILHA DE CUSTO COM PESSOAL

CARGO	Nº DE PROFISSIONAIS	VENCIMENTO MENSAL (R\$)	FÉRIAS E ADICIONAL 1/3 FÉRIAS (R\$)	DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO (R\$)	VENCIMENTO MENSAL ANUAL C/13º SALÁRIO E FÉRIAS (R\$)	ENCARGOS DE INSS (R\$)	VALOR ANUAL COM ENCARGOS (R\$)	VALOR EM DOIS ANOS COM ENCARGOS (R\$)
PSICÓLOGO	1	10.245,82	13.661,09	10.245,82	146.856,75	30.839,92	177.696,67	355.393,34
ASSISTENTE SOCIAL	1	10.245,82	13.661,09	10.245,82	146.856,75	30.839,92	177.696,67	355.393,34
ANALISTA JURÍDICO	1	10.245,82	13.661,09	10.245,82	146.856,75	30.839,92	177.696,67	355.393,34
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1	5.123,00	6.830,67	5.123,00	73.429,67	15.420,23	88.849,90	177.699,79
<b>SOMA TOTAL</b>								<b>1.243.879,81</b>

Obs1: Planilha de custos confeccionada com base em informações concedidas pela Coordenação Geral de Recursos Humanos do Governo do Estado de Roraima, conforme Lei 323/01 e Lei 807/11.

Obs2: Foi utilizado o valor do vencimento de cargo efetivo, da tabela de cargos e salários do Ministério Público do Estado de Roraima, Lei 1.980/2024.

Objetivo 2: Aquisição de Bens e equipamentos

Período de Execução do projeto: 24 (vinte e quatro) meses

DESCRIÇÃO	QTD	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Cadeira tipo longarina 3 lugares	02	UND	2.174,63	4.349,26
Estação de Trabalho em L	06	UND	1.927,22	11.563,32
Cadeira com rodinha	06	UND	761,67	4.570,02



Cadeiras Fixas	12	UND	692,40	8.308,80
Computador Completo SSD 240 gb monitor 21" HDMI	06	UND	3.305,62	19.833,72
Impressora Multifuncional	02	UND	4.740,23	9.480,46
Sofá de 3 lugares	01	UND	1.486,42	1.486,42
Frigobar	01	UND	1.529,06	1.529,06
Armário Escritório 2 portas	01	UND	1.119,46	1.119,46
Smart TV 50" HDMI	01	UND	2.636,45	2.636,45
Veículo Picape 4x4 Automática	02	UND	229.663,33	459,326,66
Mesa reunião redonda 6 lugares	01	UND	849,37	849,37
Nobreak potência mínima 600VA	06	UND	597,08	3.582,48
Balcão de Recepção escritório	01	UND	2.066,87	2.066,87
Poltrona recepção/escritório	02	UND	912,30	1.824,60
<b>TOTAL</b>				<b>532.526,95</b>

## ANEXO II

### PLANO DE TRABALHO

#### 1. DADOS CADASTRAIS DO CONVENENTE

<b>ÓRGÃO OU ENTIDADE PROPONENTE</b> Ministério Público do Estado de Roraima		<b>CNPJ</b> 84.012.533/0001-83	
<b>ENDEREÇO</b> Av. Santos Dumont, nº 710, São Pedro, Boa Vista	<b>UF</b> RR	<b>CEP</b> 69306680	<b>DDD TELEFONE</b> (95) 3621.2900
<b>CONTA CORRENTE</b>		<b>AGÊNCIA</b>	<b>BANCO</b>





49.351-1	3797-4	Brasil
<b>NOME DO RESPONSÁVEL</b> Fábio Bastos Stica	<b>CPF:</b> 716.558.839-68	<b>RG:</b> 4.193.855-2 – SSP/PR
<b>CARGO</b> Procurador-Geral de Justiça		
<b>ENDEREÇO</b> Av. Santos Dumont, nº 710, São Pedro, Boa Vista/RR		<b>CEP</b> 69306680

## 2. DESCRIÇÃO DO PROJETO

TÍTULO DO PROJETO	PERÍODO DE VIGÊNCIA	
	24 meses	
Programa de Criação de Centrais de Atendimento às Vítimas de Crimes – CAV's	<b>INÍCIO</b> 22/05/2025	<b>TÉRMINO</b> 21/05/2027

### IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

Implantar e estruturar o Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais e Familiares no âmbito do Ministério Público do Estado de Roraima, vinculado ao Programa RECOMEÇAR.

### JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

A presente iniciativa trata de assegurar o acolhimento à vítima e/ou seus familiares, com uma escuta qualificada, com o reconhecimento dos contextos traumáticos vivenciados, evitando a revitimização institucional, adotando preferencialmente uma postura acolhedora, ética, empática e com o reconhecimento do protagonismo da vítima em busca da melhor solução para garantia dos seus direitos.

Neste contexto, buscando concretizar ações efetivas, o Ministério Público do Estado de Roraima, propõe a criação do Núcleo de Atendimento às Vítimas e Familiares das Vítimas, buscando assegurar um suporte humanizado, para que não sejam tratados apenas como elementos

de instrução processual, mas sim, atores importantes na busca pela justiça, pois são eles que suportam os impactos do crime, sentindo seus efeitos de maneira instantânea e permanente.

Busca-se com a criação do Núcleo de Atendimento às Vítimas e Familiares das Vítimas garantir o encaminhamento eficaz das vítimas aos órgãos da rede, de acordo com suas competências, com o propósito de oferecer informações, orientações, proteção, assistência social, psicológica, jurídica e de saúde, bem como o ressarcimento, a participação, o acesso à justiça, a investigação da situação e a responsabilização dos autores do crime.

Sem prejuízo de ofertar capacitação e formação continuada pelo Núcleo de Atendimento às Vítimas e Familiares das Vítimas para aqueles profissionais que compõem a rede de saúde, socioassistencial e jurídica penal (CREA's, CRAS, varas dos Tribunais de Justiça, Delegacias, Sistema Prisional, etc.), focado na atenção integral a vítima de crimes e seus familiares.

### 3. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (META, ETAPA OU FASE)

META	ETAPA	INDICADOR FÍSICO		DURAÇÃO	
		UNIDADE	QUANT.	INÍCIO	TÉRMINO
1. Elaboração de Termo de Referência para contratação das empresas e montagem da comissão de licitação e preparação documental para execução do convênio.	1.1	Meses	03	Junho/2025	Agosto/2025
2. Realização de licitação para aquisição de mobiliário, equipamentos e veículo, bem como contratação de prestadores de serviço.	2.1	Meses	05	Agosto/2025	Dezembro/2025
3. Entrega e instalação de mobiliário e equipamentos, assim como recebimento do veículo.	3.1	Meses	03	Fevereiro/2026	Maio/2026
4. Seleção e contratação da equipe técnica.	4.1	Meses	04	Maio/2025	Setembro/2025
5. Capacitação da equipe.	5.1	Meses	24	Maio/2025	Maio/2027









## 6. DECLARAÇÃO DO CONVENENTE

Na qualidade de representante legal do convenente, declaro, para fins de prova junto ao Ministério da Justiça para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistente débito em mora ou situação de inadimplência, que impeça a transferência de recursos, na forma deste Plano de Trabalho.

PEDE DEFERIMENTO

11/04/2025

LOCAL E DATA

  
Procurador-Geral de Justiça  
*Fábio Bastos Stica*  
Procurador-Geral de Justiça

## 7. APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE

APROVADO

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO  
CONCEDENTE



## ANEXO I

### MEMÓRIA DE CÁLCULO

Objetivo 1: Contratação de pessoal (Recursos Humanos)

Período de Execução do projeto: 24 (vinte e quatro) meses

DESCRIÇÃO	QTD	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Psicólogo	01	UND	10.245,82	355.393,34
Assistente Social	01	UND	10.245,82	355.393,34
Bacharel em de Direito	01	UND	10.245,82	355.393,34
Assistente Administrativo	01	UND	5.123,00	177.699,79
<b>TOTAL</b>				<b>1.243.879,81</b>

DEMONSTRATIVO - DRH - N° 0964647/2025

#### PLANILHA DE CUSTO COM PESSOAL

CARGO	Nº DE PROFISSIONAIS	VENCIMENTO MENSAL (R\$)	FÉRIAS E ADICIONAL 1/3 FÉRIAS (R\$)	DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO (R\$)	VENCIMENTO MENSAL ANUAL C/13º SALÁRIO E FÉRIAS (R\$)	ENCARGOS DE INSS (R\$)	VALOR ANUAL COM ENCARGOS (R\$)	VALOR EM DOIS ANOS COM ENCARGOS (R\$)
PSICÓLOGO	1	10.245,82	13.661,09	10.245,82	146.856,75	30.839,92	177.696,67	355.393,34
ASSISTENTE SOCIAL	1	10.245,82	13.661,09	10.245,82	146.856,75	30.839,92	177.696,67	355.393,34
ANALISTA JURÍDICO	1	10.245,82	13.661,09	10.245,82	146.856,75	30.839,92	177.696,67	355.393,34
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1	5.123,00	6.830,67	5.123,00	73.429,67	15.420,23	88.849,90	177.699,79
<b>SOMA TOTAL</b>								<b>1.243.879,81</b>

Obs1: Planilha de custos confeccionada com base em informações concedidas pela Coordenação Geral de Recursos Humanos do Governo do Estado de Roraima, conforme Lei 323/01 e Lei 807/11.

Obs2: Foi utilizado o valor do vencimento de cargo efetivo, da tabela de cargos e salários do Ministério Público do Estado de Roraima, Lei 1.980/2024.

Objetivo 2: Aquisição de Bens e equipamentos

Período de Execução do projeto: 24 (vinte e quatro) meses

DESCRIÇÃO	QTD	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Cadeira tipo longarina 3 lugares	02	UND	2.174,63	4.349,26
Estação de Trabalho em L	06	UND	1.927,22	11.563,32
Cadeira com rodinha	06	UND	761,67	4.570,02









31665977



08016.009131/2025-51



## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Setor Comercial Norte Quadra 4 - Bloco A, Edifício MultiBrasil, Torre A - Asa  
Norte, Brasília - DF, CEP 70714-000

Telefone: (61) 2025-3569 - [www.justica.gov.br](http://www.justica.gov.br)

### Convênio DEPEN-MJSP – PLATAFORMA +BRASIL nº 974873/2025

Processo Nº 08016.009131/2025-51

CONVÊNIO  
TRANSFERE GOV.BR Nº  
974873/2025 QUE  
ENTRE SI CELEBRAM A  
UNIÃO, POR INTERMÉDIO  
DA SECRETARIA  
NACIONAL DE POLÍTICAS  
PENAIAS DO MINISTÉRIO  
DA JUSTIÇA E  
SEGURANÇA PÚBLICA, E O  
ESTADO DE RORAIMA,  
POR MEIO DA  
PROCURADORIA GERAL  
DE JUSTIÇA DO ESTADO  
DE RORAIMA, COM A  
FINALIDADE  
DE IMPLANTAR E  
ESTRUTURAR O NÚCLEO  
DE ATENDIMENTO ÀS  
VÍTIMAS DE CRIMES E  
ATOS INFRACIONAIS E  
FAMILIARES NO ÂMBITO  
DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DE

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA** por meio da **SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PENASSENAPPEN**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.394.494/0008-02, situada no Setor Comercial Norte Quadra 4 - Bloco A, Edifício MultiBrasil, Torre A - Asa Norte, Brasília - DF, CEP 70714-000, nesta Capital, doravante denominada **CONCEDENTE**, representada neste ato pelo **SECRETÁRIO NACIONAL DE POLÍTICAS PENASSENAPPEN**, Senhor **ANDRÉ DE ALBUQUERQUE GARCIA** nomeado pela PORTARIA nº 166, de 08/02/2024, publicado no D.O.U de 09/02/2024, portador da matrícula funcional nº 2944456, e;

A **PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 84.012.533/0001-83, com sede na Avenida Santos Dumont, 710 - São Pedro, Boa Vista - RR, CEP: 69306-680, doravante denominada **CONVENIENTE**, representado pelo **PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA EM EXERCÍCIO**, Senhor **ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD**, portador da matrícula funcional nº 56,

RESOLVEM celebrar o presente **CONVÊNIO**, com a finalidade de "Implantar e estruturar o Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais e Familiares no âmbito do Ministério Público do Estado de Roraima, vinculado ao programa Recomeçar", registrado no Transferegov.br, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no que couber, na Lei de Diretrizes Orçamentárias do corrente exercício, no Decreto Federal nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, no Decreto Federal nº 11.531, de 16 de maio de 2023, regulamentado pela Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023, consoante o processo administrativo nº 08016.009131/2025-51, e mediante as cláusulas e condições seguintes:

## **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente Convênio tem por objeto a "Implantar e estruturar o Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais e Familiares no âmbito do Ministério Público do Estado de Roraima, vinculado ao programa Recomeçar", conforme detalhado no Plano de Trabalho.

## **CLAUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO DAS PEÇAS DOCUMENTAIS**

Integram este Termo de Convênio, independentemente de transcrição, o Plano de Trabalho e o Termo de Referência propostos pelo

CONVENENTE e aceitos pelo CONCEDENTE no Transferegov.br, bem como toda documentação técnica que deles resultem, cujos termos os partícipes acatam integralmente.

**Subcláusula única.** Eventuais ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o Plano de Trabalho, desde que sejam submetidos e aprovados previamente pela autoridade competente do CONCEDENTE e que não haja alteração do objeto, exceto para as situações tratadas no art. 44, III, da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS**

Sem prejuízo do constante nas demais Cláusulas deste Convênio, são obrigações dos partícipes:

**I - DO CONCEDENTE:**

- a) realizar no Transferegov.br os atos e os procedimentos relativos à formalização, alteração, execução, acompanhamento, análise da prestação de contas e, se for o caso, informações acerca de Tomada de Contas Especial, sendo nele registrados os atos que, por sua natureza, não possam ser realizados no sistema;
- b) cadastrar e divulgar os programas a serem executados;
- c) analisar e selecionar as propostas apresentadas pelos proponentes;
- d) analisar os requisitos necessários à celebração dos instrumentos, o Plano de Trabalho e a prestação de contas final;
- e) verificar as peças documentais apresentadas pelo CONVENENTE;
- f) realizar a análise jurídica necessária à celebração dos instrumentos relacionados a este instrumento;
- g) aprovar ou rejeitar o Plano de Trabalho;
- h) verificar a realização do processo licitatório ou da cotação prévia;
- i) celebrar, caso seja de interesse, eventuais termos aditivos;
- j) emitir os empenhos necessários à execução deste instrumento;
- k) transferir os recursos financeiros para o CONVENENTE, de acordo com o cronograma de desembolso;

- l) acompanhar, avaliar e aferir, sistematicamente, a execução física e financeira do objeto deste Convênio, bem como verificar a regular aplicação das parcelas de recursos;
- m) comunicar quaisquer pendências de ordem técnica, jurídica, ambiental ou institucional ao CONVENENTE, por meio do Transferegov.br, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, podendo ser prorrogado por igual período;
- n) analisar e, se for o caso, aceitar as propostas de alteração do Convênio e do seu Plano de Trabalho, de forma que não haja prejuízo à execução do objeto;
- o) reorientar ações e decidir quanto à aceitação de justificativas sobre impropriedades identificadas na execução do instrumento;
- p) dispor de estrutura física e equipe técnica adequadas para verificar as peças técnicas e documentais, acompanhar a execução física do objeto pactuado, e realizar a conformidade financeira e a análise da prestação de contas final;
- q) divulgar ao CONVENENTE os atos normativos e orientações relativas aos instrumentos;
- r) adotar as medidas administrativas para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção da regularização e do ressarcimento;
- s) instaurar a Tomada de Contas Especial – TCE, observando os procedimentos e a formalização, de acordo com a legislação específica ao caso;
- t) analisar a prestação de contas final dos instrumentos com base nos resultados da execução física e financeira, bem como de outros elementos que comprovem o cumprimento do objeto pactuado;
- u) aprovar ou rejeitar a prestação de contas final;
- v) notificar o CONVENENTE quando não apresentada a prestação de contas ou se constatada a má aplicação dos recursos públicos transferidos;
- w) notificar o CONVENENTE previamente à inscrição como inadimplente no Transferegov.br, quando detectadas impropriedades ou irregularidades no acompanhamento da execução do objeto do instrumento, devendo ser incluída no



aviso a respectiva Secretaria da Fazenda ou secretaria similar;  
e

x) exigir que o CONVENIENTE disponibilize, em seu sítio oficial na internet ou, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, o extrato do instrumento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação, o detalhamento da aplicação dos recursos e as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado, na forma do art. 43 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

**Subcláusula primeira.** É prerrogativa do CONCEDENTE assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto do Convênio, no caso de paralisação ou ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade.

#### **I - DO CONVENIENTE**

a) executar e fiscalizar o objeto pactuado, de acordo com o Plano de Trabalho e o Termo de Referência, aceitos pelo CONCEDENTE, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Convênio;

b) encaminhar as suas propostas e planos de trabalho e pesquisa de preços, na forma e prazos estabelecidos;

c) aplicar os recursos recebidos por intermédio do Convênio exclusivamente para pagamento de despesas constantes do plano de trabalho ou para aplicação financeira;

d) definir, por metas e etapas, a forma de execução do objeto;

e) reunir toda documentação jurídica e institucional necessária à celebração deste Convênio, de acordo com os normativos do programa;

f) assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços estabelecidos nos instrumentos, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades;

g) garantir a existência de infraestrutura, utilidades, pessoal e licenças necessários à instalação e disponibilização dos equipamentos adquiridos;

h) apresentar documentos de titularidade dominial da área

de intervenção, licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente, órgão ou entidade da esfera municipal, estadual, distrital ou federal, bem como concessionárias de serviços públicos, quando couber, nos termos da legislação aplicável;

i) incluir, em seus orçamentos anuais, dotação orçamentária referente aos recursos relativos a este instrumento;

j) submeter previamente ao CONCEDENTE qualquer proposta de alteração do Plano de Trabalho aceito, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

k) manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este Convênio em conta bancária específica, aberta em instituição financeira oficial, inclusive os resultantes de eventual aplicação financeira, bem assim aqueles oferecidos como contrapartida, aplicando-os, na conformidade do Plano de Trabalho e, exclusivamente, no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações constantes neste instrumento relativas à execução das despesas;

l) proceder ao depósito da contrapartida pactuada neste instrumento, na conta bancária específica vinculada ao presente Convênio, em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso do Plano de Trabalho;

m) realizar no Transferegov.br os atos e os procedimentos relativos à formalização, execução, acompanhamento, prestação de contas e informações acerca da TCE dos instrumentos, quando couber;

n) selecionar as áreas de intervenção e os beneficiários finais em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo CONCEDENTE, podendo estabelecer outras que busquem refletir situações de vulnerabilidade econômica e social, informando ao CONCEDENTE sempre que houver alterações;

o) estimular a participação dos beneficiários finais na elaboração e implementação do objeto do Convênio, bem como na manutenção do patrimônio gerado por estes investimentos;

p) realizar o procedimento de compras e contratações, sob sua inteira responsabilidade, observada a legislação vigente e

assegurando:

- i) a correção dos procedimentos legais;
  - ii) a suficiência do termo de referência;
  - iii) a suficiência da planilha orçamentária discriminativa do percentual de Encargos Sociais e de Bonificação e Despesas Indiretas – BDI utilizados, cada qual com o respectivo detalhamento de sua composição, por item de orçamento ou conjunto deles; e
  - iv) a utilização do PNCP previsto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, quando o conveniente for órgão ou entidade das administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
- q) prever, no edital de licitação e no contrato administrativo de execução ou fornecimento – CTEF, que a responsabilidade pela qualidade dos materiais e serviços executados ou fornecidos é da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto ajustado;
- r) apresentar declaração expressa firmada por representante legal do órgão ou entidade conveniente ou UNIDADE EXECUTORA, ou registro no Transferegov.br que a substitua, atestando o atendimento às disposições legais aplicáveis ao procedimento de compras e contratações;
- s) registrar no Transferegov.br o extrato do edital de licitação, o preço estimado pela administração pública para a execução do serviço e a proposta de preço total ofertada por cada licitante com a sua respectiva inscrição ativa no CNPJ, o termo de homologação e adjudicação, o extrato do CTEF e seus respectivos aditivos, as ordens de serviços ou autorizações de fornecimento e os atestes dos boletins de medições;
- t) executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto, observando prazos e custos;
- u) utilizar os aplicativos disponibilizados pelo órgão central do Transferegov.br, para registro da execução física do objeto e quando da realização das atividades de fiscalização;
- v) exercer, na qualidade de contratante, a fiscalização sobre o CTEF;

- w) realizar visitas regulares nos empreendimentos, e apresentar os relatórios referentes às visitas realizadas quando solicitado;
- x) determinar a correção de vícios detectados que possam comprometer a fruição do objeto;
- y) operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do instrumento;
- z) fornecer ao CONCEDENTE, a qualquer tempo, informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o acompanhamento e avaliação do processo;
- aa) obedecer às regras e diretrizes de acessibilidade na execução do objeto do instrumento, em conformidade com as leis, normativos e orientações técnicas que tratam da matéria;
- ab) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Convênio;
- ac) permitir ao CONCEDENTE, bem como aos órgãos de controle interno e externo, o acesso à movimentação financeira da conta bancária específica vinculada ao presente Convênio, não estando sujeita ao sigilo bancário perante a União e respectivos órgãos de controle;
- ad) prestar esclarecimentos sempre que solicitado pelo CONCEDENTE;
- ae) aplicar os recursos recebidos por intermédio do Convênio exclusivamente para pagamento de despesas constantes do plano de trabalho ou para aplicação financeira;
- af) instaurar processo administrativo apuratório, inclusive processo administrativo disciplinar, quando constatado o desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução do contrato ou gestão financeira do convênio, comunicando tal fato ao CONCEDENTE;
- ag) dar ciência aos órgãos de controle ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificar a Advocacia-Geral da União, o Ministério Público Federal e o respectivo Ministério Público Estadual;
- ah) indicar o sistema Fala.BR como canal de comunicação



efetivo, ao qual se dará ampla publicidade, para o recebimento de manifestações dos cidadãos relacionadas ao instrumento, possibilitando o registro de sugestões, elogios, solicitações, reclamações e denúncias;

ai) disponibilizar, em seu sítio oficial na internet ou, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, consulta ao extrato do instrumento ou outro instrumento utilizado, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação e o detalhamento da aplicação dos recursos, bem como as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado;

aj) inserir cláusula no CTEF destinado à execução do instrumento, para que a empresa contratada permita o livre acesso dos servidores do CONCEDENTE e dos órgãos de controle interno e externo da União, bem como dos funcionários da mandatária e do apoiador técnico, aos documentos e registros contábeis das empresas contratadas;

ak) inserir cláusula nos CTEFs destinados à execução do instrumento, para que a empresa contratada insira as informações e os documentos relativos à execução no Transferegov.br;

al) manter a contabilização e guarda dos bens remanescentes pelo conveniente e a manifestação de compromisso de utilização dos bens para assegurar a continuidade da política pública;

am) manter os documentos relacionados ao instrumento pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da data de aprovação da prestação de contas final;

an) manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos relativos à execução deste Convênio, para fins de fiscalização, acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos;

ao) observar os prazos estipulados para devolução dos recursos;

ap) facilitar o monitoramento e o acompanhamento do CONCEDENTE, permitindo-lhe efetuar visitas in loco e fornecendo, sempre que solicitado, as informações e os documentos relacionados com a execução do objeto deste Convênio, especialmente no que se refere ao exame da

documentação relativa à licitação realizada e aos contratos celebrados;

aq) permitir o livre acesso de servidores do CONCEDENTE e dos órgãos de controle interno e externo da União, a qualquer tempo e lugar, aos processos, documentos e informações referentes a este Convênio, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

ar) apresentar todo e qualquer documento comprobatório de despesa efetuada à conta dos recursos deste Convênio, a qualquer tempo e a critério do CONCEDENTE, sujeitando-se, no caso da não apresentação no prazo estipulado na respectiva notificação, ao mesmo tratamento dispensado às despesas comprovadas com documentos inidôneos ou impugnados, nos termos estipulados neste Termo de Convênio.

as) Absorver, no Sistema Penitenciário do CONVENENTE, sempre que solicitado, presos custodiados à disposição da Justiça Federal, bem como aqueles em cumprimento de penas por ela impostas, na forma prevista no art. 85, da Lei n.º 5.010, de 30 de maio de 1966;

at) Absorver, no Sistema Penitenciário do CONVENENTE, sempre que solicitado, condenados de outras unidades da Federação na medida em que se justifique o interesse da Segurança Pública;

au) Realizar as escoltas de presos vinculados a processos e/ou procedimentos da Justiça Estadual e da Justiça Federal, depois de inseridos no sistema penitenciário estadual, para participarem de audiências de custódia ou de instrução em fóruns da Justiça Estadual e da Justiça Federal, atentando-se, se for o caso, ao(s) normativo(s) estadual(is) que regulamenta(m) o procedimento dessa escolta, bem como para atendimento médico e quaisquer outras escoltas que se façam necessárias;

av) Receber, no Sistema Penitenciário do CONVENENTE, presos que ingressaram no Sistema Penitenciário Federal, quando houver decorrido o prazo de permanência, conforme o Parágrafo Único do artigo 10 do Decreto nº 6.877, de 18 de junho de 2009;

aw) Fornecer ou atualizar os dados no Sistema Nacional de

Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas – SINESP, em cumprimento ao art. 3º, § 4º da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, se for o caso;

ax) Fornecer dados no Sistema Nacional de Informações da Secretaria Nacional de Políticas Penais – SISDEPEN, que deverá conter no mínimo 85% (oitenta e cinco por cento) dos formulários de informações penitenciárias referente ao ciclo de referência.

ay) Assegurar e destacar, obrigatoriamente, a participação do CONCEDENTE em toda e qualquer ação, promocional ou não, relacionada com a execução do objeto descrito neste Termo de Convênio e, obedecido o modelo-padrão estabelecido pelo CONCEDENTE, afixar a marca do Governo Federal nas placas, painéis e outdoors de identificação dos projetos custeados, no todo ou em parte, com os recursos deste repasse, consoante o disposto na Instrução Normativa SECOM-PR Nº 5, de 26 de fevereiro de 2024, da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, ou outra norma que venha a substituí-la;

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

Para fins de execução deste Termo de convênio, os PARTÍCIPES obrigam-se a cumprir e manterem-se de acordo com as disposições e os princípios da Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709/18 (LGPD), especialmente no que se refere à legalidade no tratamento dos dados pessoais a que tiverem acesso em razão deste instrumento.

**Subcláusula primeira.** Em relação à LGPD, cada PARTÍCIPE será responsável isoladamente pelos atos a que derem causa, respondendo, inclusive, pelos atos praticados por seus prepostos e/ou empregados que estiverem em desconformidade com os preceitos normativos aplicáveis.

**Subcláusula segunda.** Na ocorrência de qualquer incidente (perda, destruição e/ou exposição indesejada e/ou não autorizada) que envolva os dados pessoais tratados em razão do presente instrumento, deverá o PARTÍCIPE responsável pelo incidente comunicar imediatamente ao outro PARTÍCIPE, apresentando, no mínimo, as seguintes informações: (i) a descrição dos dados pessoais envolvidos; (ii) a quantidade de dados pessoais envolvidos (volumetria do evento); e (iii) quem são os titulares dos dados pessoais afetados pelo evento.

**Subcláusula terceira.** Caso um dos PARTÍCIPE seja destinatário de ordem judicial ou notificação/requisição de qualquer órgão, agência,

autoridade ou outra entidade oficial, relativa ao tratamento de dados pessoais que tenham sido compartilhados em decorrência do presente instrumento, o PARTÍCIPE notificado deverá, imediatamente, comunicar o outro PARTÍCIPE.

**Subcláusula quarta.** Os partícipes se obrigam a, após o encerramento deste instrumento e/ou após o exaurimento das finalidades para as quais os dados pessoais foram coletados, o que vier primeiro, deletar e/ou destruir todos os documentos e informações recebidas do outro PARTÍCIPE, contendo os dados pessoais fornecidos, sejam em meios físicos ou digitais, eliminando-os de seus arquivos e banco de dados, podendo ser mantidos os dados pessoais necessários para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória e/ou para o uso exclusivo do PARTÍCIPE, mediante a anonimização dos dados.

## **CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA**

Este Termo de Convênio terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da assinatura do instrumento, podendo ser prorrogada, por solicitação do CONVENIENTE devidamente fundamentada, formulada, no mínimo, 60 (sessenta) dias antes do seu término.

**Subcláusula primeira.** A prorrogação, além dos prazos estipulados no art. 35, inciso VII, da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023, somente será admitida nas hipóteses de que trata art. 35, §4º e 6º, da mesma Portaria.

**Subcláusula segunda.** O CONCEDENTE prorrogará “de ofício” a vigência deste Termo de Convênio, antes de seu término, quando der causa ao atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado, nos termos do art. 35, XXIV, da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

## **CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Os recursos financeiros para a execução do objeto deste Convênio, neste ato fixados em **R\$ 1.776.406,76 (um milhão, setecentos e setenta e seis mil quatrocentos e seis reais e setenta e seis centavos)**, serão alocados de acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho, conforme a seguinte classificação orçamentária:

- I - **R\$ 1.774.630,35 (um milhão, setecentos e setenta e quatro mil seiscentos e trinta reais e trinta e cinco centavos)**, relativos ao presente exercício, correrão à conta da dotação alocada no orçamento do CONCEDENTE, para o presente exercício será disponibilizada a importância de 10% (dez por cento) do valor global, autorizado pela Lei nº 15.121,

de 10 de abril de 2025, UG 200324, assegurado pela Nota de Empenho nº 2025NE000034 (32693152), vinculada ao Programa de Trabalho nº 06.421.5016.21BP.0001, PTRES 233027, Fonte de Recursos 1121000149; Naturezas de Despesa 333041; Plano Interno DP999N900VT, Nota de Empenho nº 2025NE000035 (32693157), vinculada ao Programa de Trabalho nº 06.421.5016.21BP.0001, PTRES 233027, Fonte de Recursos 3050000149; Naturezas de Despesa 443042; Plano Interno DP999N900VT;

II - **R\$ 1.776,41 (um mil setecentos e setenta e seis reais e quarenta e um centavos)**, relativos à contrapartida do CONVENIENTE, consignados na Lei Estadual nº 2.107, de 28 de janeiro de 2025, cujo detalhamento da despesa foi aprovado pelo Decreto nº 37.249-E de 28 de janeiro de 2025, publicado no Diário Oficial do Estado de Roraima nº 4.854, em 28 de janeiro de 2025; Unidade Gestora: 0000 — MPE Função: 03 — Essencial à Justiça Sub-função: 091 — Defesa da Ordem Jurídica Programa de Trabalho: 004 — Defesa da Ordem Jurídica e dos interesses Sociais e Individuais Indisponíveis. Ação/Atividade: 2182— Garantia dos Direitos Difusos e Coletivos Natureza da Despesa: 449052 — Equipamentos e Material Permanente Valor: R\$ 1.776,41.

**Subcláusula primeira.** Em caso de ocorrência de cancelamento de Restos a Pagar, o quantitativo das metas constante no Plano de Trabalho poderá ser reduzido até a etapa que não prejudique a funcionalidade do objeto pactuado, mediante aceitação do CONCEDENTE.

**Subcláusula segunda.** O CONVENIENTE obriga-se a incluir em seu orçamento dotação orçamentária referente aos recursos relativos ao instrumento pactuado.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DA CONTRAPARTIDA**

Compete ao CONVENIENTE integralizar a(s) parcela(s) da contrapartida financeira, em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso do Plano de Trabalho, mediante depósito(s) na conta bancária específica do Convênio, podendo haver antecipação de parcelas, inteiras ou parte, a critério do CONVENIENTE.

**Subcláusula primeira.** O aporte da contrapartida observará os percentuais e as condições estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias Federal vigente à época da celebração do instrumento.

**Subcláusula segunda.** As receitas oriundas dos rendimentos de



aplicação financeira dos recursos não poderão ser computadas como contrapartida.

**Subcláusula terceira.** A comprovação pelo proponente de que a contrapartida proposta está devidamente assegurada, deverá ocorrer previamente à celebração do instrumento, por meio da previsão orçamentária.

## **CLÁUSULA OITAVA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS**

Os recursos financeiros relativos ao repasse do CONCEDENTE e à contrapartida do CONVENENTE serão depositados e geridos na agência nº 3797-4, do Banco do Brasil em conta vinculada ao presente Convênio, aberta em nome do CONVENENTE exclusivamente em instituição financeira oficial.

**Subcláusula primeira.** A conta corrente específica será nomeada fazendo-se menção ao instrumento pactuado e deverá ser registrada com o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ do órgão ou da entidade CONVENENTE.

**Subcláusula segunda.** A liberação de recursos dependerá da disponibilidade financeira do CONCEDENTE e obedecerá a previsão estabelecida no cronograma de desembolso constante do instrumento.

**Subcláusula terceira.** A liberação da primeira parcela ou parcela única ficará condicionada a(o):

a) à verificação e aceite do processo licitatório ou da cotação prévia pelo CONCEDENTE

**Subcláusula quarta.** Os recursos financeiros, enquanto não utilizados, serão aplicados conforme disposto no art. 75 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

**Subcláusula quinta.** Exceto no caso de liberação em parcela única, a liberação da segunda parcela e demais subsequentes estará condicionada à execução de no mínimo 70% (setenta por cento) das parcelas liberadas anteriormente.

**Subcláusula sexta.** O cronograma de desembolso, quando necessário, deverá ser ajustado após a verificação da realização do processo licitatório ou da cotação prévia pelo CONCEDENTE.

**Subcláusula sétima.** Na hipótese de inexistência de execução financeira após 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias contados da liberação da parcela pelo CONCEDENTE ou do último pagamento realizado pelo CONVENENTE, o CONCEDENTE deverá proceder de acordo com os §§ 7º ao 9º do art. 68 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023.

**Subcláusula oitava.** A movimentação financeira na conta corrente específica do instrumento deverá ocorrer no Transferegov.br, por meio da funcionalidade ordem de pagamento de parcerias – OPP, nos termos do art. 76 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

**Subcláusula nona.** Os recursos serão liberados de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do Governo Federal, em conformidade com o número de parcelas e prazos estabelecidos no cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho aprovado no Transferegov.br, que guardará consonância com as metas, fases e etapas de execução do objeto do Convênio.

**Subcláusula décima.** Para recebimento de cada parcela dos recursos, deverá o CONVENENTE:

I - comprovar o aporte da contrapartida pactuada, que deverá ser depositada na conta bancária específica em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso do Plano de Trabalho, podendo haver antecipação de parcelas, inteiras ou parte, a critério do CONVENENTE; e

II - estar em situação regular com a realização do Plano de Trabalho, com execução de no mínimo 70% (setenta por cento) das parcelas liberadas anteriormente, quando não se tratar de liberação em parcela única.

**Subcláusula décima primeira.** A liberação dos recursos dependerá da disponibilidade financeira do CONCEDENTE e obedecerá a previsão estabelecida no cronograma de desembolso, observadas as condições do art. 68 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

**Subcláusula décima segunda.** Os recursos deste Convênio serão automaticamente aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, enquanto não empregados na sua finalidade.

**Subcláusula décima terceira.** Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do instrumento, os rendimentos das aplicações financeiras deverão ser devolvidos ao CONCEDENTE e ao CONVENENTE, observada a proporcionalidade prevista na celebração, sendo vedado o aproveitamento de rendimentos para ampliação ou acréscimo de metas ao plano de trabalho pactuado, salvo as hipóteses do § 4º do art. 75 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

**Subcláusula décima quarta.** A conta bancária específica do Convênio será preferencialmente isenta da cobrança de tarifas bancárias.

**Subcláusula décima quinta.** O CONVENENTE autoriza desde já o CONCEDENTE para que solicite junto à instituição financeira albergante da conta corrente específica:

I - a transferência dos recursos financeiros por ele repassados, bem como os seus rendimentos, para a conta única da União, caso os recursos não sejam utilizados no objeto da transferência pelo prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias e não haja motivada suspensão ou prorrogação deste prazo, nos termos da Subcláusula sétima;

II - o resgate dos saldos remanescentes, nos casos em que não houver a devolução dos recursos, no prazo previsto no §1º do art. 95 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

**Subcláusula décima sexta.** O CONCEDENTE deverá solicitar, no caso da Subcláusula décima quinta, junto à instituição financeira albergante da conta corrente específica, a transferência dos recursos financeiros por ele repassados, bem como os seus rendimentos, para a conta única da União.

**Subcláusula décima sétima.** No caso de paralisação da execução pelo prazo disposto na Subcláusula sétima, a conta corrente específica do instrumento deverá ser bloqueada pelo prazo de até 180 (cento e oitenta) dias e suspensa a liberação de novos recursos para o CONVENIENTE no âmbito do mesmo órgão ou entidade CONCEDENTE.

**Subcláusula décima oitava.** A liberação de recursos referente ao presente Convênio observará as limitações previstas na legislação eleitoral.

**Subcláusula décima nona.** O sigilo bancário dos recursos públicos envolvidos neste Convênio não será oponível ao CONCEDENTE e nem aos órgãos públicos fiscalizadores.

**Subcláusula vigésima.** Os recursos deverão ser mantidos na conta corrente específica do instrumento e somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas constantes do Plano de Trabalho ou para aplicação financeira, nas hipóteses previstas em lei, no Decreto nº 11.531, de 2023, ou na Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

## **CLÁUSULA NONA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS**

O presente Convênio deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação aplicável.

**Subcláusula primeira.** É vedado ao CONVENIENTE, sob pena de rescisão do ajuste:

I - utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos em finalidade diversa da estabelecida neste instrumento;

II - realizar despesas em data anterior à vigência do Convênio;

- III - alterar o objeto do convênio, exceto para:
- a) ampliação do objeto pactuado ou redução ou exclusão de meta ou etapa, desde que não desconfigure a natureza do objeto e não haja prejuízo da fruição ou funcionalidade do objeto; e ; e
  - b) alteração do local de execução do objeto, desde que, no caso de obras, não tenha sido iniciada a execução física;
- IV - efetuar pagamento em data posterior à vigência do Convênio, salvo se o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência deste instrumento;
- V - efetuar pagamento, a qualquer título, a servidor ou empregado público integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, inclusive por serviços de consultoria ou assistência técnica, salvo nas hipóteses previstas em leis federais específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- VI - realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo, exceto no que se refere às multas e aos juros, se decorrentes de atraso na transferência de recursos pelo CONCEDENTE e desde que os prazos para pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado;
- VII - realizar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
- VIII - realizar despesas com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal e desde que previstas no Plano de Trabalho;
- IX - transferir recursos para clubes e associações de servidores ou quaisquer outras entidades congêneres, exceto para creches e escolas para o atendimento pré-escolar;
- X - transferir recursos liberados pelo CONCEDENTE, no todo ou em parte, a conta que não a vinculada ao presente Convênio;
- XI - celebrar contrato, convênio ou outro tipo de parceria

com entidades impedidas de receber recursos federais;

XII - pagar, a qualquer título, a empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, do órgão celebrante, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados, salvo nas eventuais hipóteses previstas em leis específicas federais e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

XIII - subdelegar as obrigações assumidas por meio do presente convênio, salvo quando houver previsão expressa no plano de trabalho aprovado e não configurar descentralização total da execução; e

XIV - realizar o aproveitamento de rendimentos para ampliação ou acréscimo de metas ao plano de trabalho pactuado, sem justificativa do conveniente e autorização do CONCEDENTE.

**Subcláusula segunda.** Os atos referentes à movimentação dos recursos depositados na conta específica deste Convênio serão realizados ou registrados no Transferegov.br e os respectivos pagamentos serão efetuados pelo CONVENIENTE mediante crédito na conta corrente de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviço, facultada a dispensa deste procedimento nos seguintes casos, em que o crédito poderá ser realizado em conta corrente de titularidade do próprio CONVENIENTE, mediante sua justificativa e autorizado pelo CONCEDENTE, devendo ser registrado no Transferegov.br o beneficiário final da despesa:

I - questões operacionais que impeçam o pagamento por meio da emissão de OPP, excetuando-se falhas de planejamento;

II - na execução do objeto pelo CONVENIENTE por regime direto; e

III - no ressarcimento ao CONVENIENTE por pagamentos realizados às próprias custas decorrentes de atrasos na liberação de recursos pelo CONCEDENTE e em valores além da contrapartida pactuada.

**Subcláusula terceira.** Antes da realização de cada pagamento, o CONVENIENTE incluirá no Transferegov.br, no mínimo, as seguintes informações:

I - o nome e CNPJ ou CPF do fornecedor, quando for o caso;



- II - o contrato a que se refere o pagamento realizado; e
- III - informações das notas fiscais ou documentos contábeis.

**Subcláusula quarta.** Excepcionalmente, mediante mecanismo que permita a identificação pela instituição financeira depositária, poderá ser realizado pagamento à pessoa física que não possua conta bancária, restrito ao limite individual de R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais) por beneficiário, levando-se em conta toda a duração do instrumento.

**Subcláusula quinta.** No caso de fornecimento de equipamentos e materiais especiais de fabricação específica, o desbloqueio de parcela para pagamento da respectiva despesa far-se-á na forma do art. 38 do Decreto nº 93.872, de 1986, e do art. 79, da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023, observadas as seguintes condições:

- I - esteja caracterizada a necessidade de adiantar recursos ao fornecedor para viabilizar a produção de material ou equipamento especial, fora da linha de produção usual, e com especificação singular destinada a empreendimento específico;
- II - o pagamento antecipado das parcelas tenha sido previsto no edital de licitação e no CTEF dos materiais ou equipamentos; e
- III - o fornecedor ou o CONVENENTE apresentem uma carta fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, ou as demais modalidades de garantia previstas no art. 96, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS**

O CONVENENTE deverá observar, quando da contratação de terceiros com recursos da União vinculados à execução do objeto deste Convênio, as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como as demais normas aplicáveis às contratações públicas.

**Subcláusula primeira.** Nos casos em que empresa pública, sociedade de economia mista ou suas subsidiárias participem como CONVENENTE ou UNIDADE EXECUTORA, deverão ser observadas as disposições da Lei nº 13.303, de 2016, quando da contratação de terceiros.

**Subcláusula segunda.** Os editais de licitação para consecução do objeto conveniado serão publicados pelo CONVENENTE após a assinatura do presente Convênio, devendo a publicação do extrato dos editais observar as

disposições da legislação específica aplicável ao respectivo processo licitatório, obedecido o disposto no art. 12, inciso XIII e art. 53 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

**Subcláusula terceira.** O prazo para início do procedimento licitatório será de até 60 (sessenta) dias, contados da data de assinatura do instrumento ou, havendo cláusula suspensiva do aceite do termo de referência, e poderá ser prorrogado, desde que motivado pelo CONVENENTE e aceite pelo CONCEDENTE, permitida o início da contagem do prazo a que se refere esta subcláusula a partir da apresentação de declaração do CONVENENTE informando a abertura do processo licitatório desde que observados os requisitos do art. 52, §2º, da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

**Subcláusula quarta.** Excepcionalmente, em casos devidamente justificados pelo CONVENENTE e admitidos pelo CONCEDENTE, poderão ser aceitos, desde que observadas as condicionantes previstas no art. 54 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU n.º 33, de 2023:

- a) adesão à ata de registro de preços, mesmo que o registro tenha sido homologado em data anterior ao início da vigência do instrumento;
- b) licitação realizada antes da assinatura do instrumento; e
- c) contrato celebrado em data anterior ao início da vigência do instrumento.

**Subcláusula quinta.** Nos casos de que trata a Subcláusula quarta, somente serão aceitas as despesas que ocorrerem durante o período de vigência do instrumento de transferência voluntária e a liberação dos recursos está condicionada à conclusão da análise técnica e ao aceite do processo licitatório pelo CONCEDENTE.

**Subcláusula sexta.** Havendo registro de preços vigente gerenciado pelo Poder Executivo Federal, o CONCEDENTE poderá exigir do CONVENENTE a adesão à respectiva ata, nos termos do art. 86, § 6º, da Lei nº 14.133, de 2021, observados os requisitos do art. 57 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, 2023.

**Subcláusula sétima.** As competências do CONCEDENTE e do CONVENENTE dispostas nos artigos 11 e 12 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023, também deverão ser observadas quando da contratação com terceiros.

**Subcláusula oitava.** É vedada, na hipótese de aplicação de recursos federais transferidos mediante o presente Convênio, a participação

em licitação ou a contratação de empresas que constem:

- I - no cadastro de empresas inidôneas do Tribunal de Contas da União, do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União;
- II - no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF como impedidas ou suspensas; ou
- III - no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça.

**Subcláusula nona.** O CONVENIENTE deve consultar a situação do fornecedor selecionado no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, por meio de acesso ao Portal da Transparência na internet, antes de solicitar a prestação do serviço ou a entrega do bem.

**Subcláusula décima.** Nos casos em que a execução do objeto do Convênio, conforme previsto no plano de trabalho, envolver parceria do CONVENIENTE com entidade(s) privada(s) sem finalidade lucrativa, deverá ser observado o disposto no art. 45 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023, e na legislação específica que rege a parceria.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DO CONVÊNIO**

Este Convênio poderá ser alterado por termo aditivo mediante proposta de qualquer das partes

**Subcláusula primeira.** A proposta, devidamente formalizada e justificada, deve ser apresentada ao CONCEDENTE em, no mínimo, 60 (sessenta) dias antes do término de sua vigência.

**Subcláusula segunda.** Excepcionalmente, poderão ser solicitadas alterações em prazo inferior, desde que sejam motivadas e em benefício da execução do objeto.

**Subcláusula terceira.** A análise da solicitação de alteração deverá ser realizada pelo CONCEDENTE, observados os regramentos legais e a tempestividade, de forma que não haja prejuízo à execução do objeto.

**Subcláusula quarta.** Nos eventuais ajustes realizados durante a execução do objeto, deverá o CONVENIENTE demonstrar a respectiva necessidade e os benefícios que se pretende agregar ao projeto, cuja justificativa, uma vez aprovada pela autoridade competente do CONCEDENTE, integrará o Plano de Trabalho.

**Subcláusula quinta.** No caso de ampliação de metas, a proposta deverá ser acompanhada dos respectivos ajustes no Plano de Trabalho, de

orçamentos detalhados e de relatórios que demonstrem a regular execução das metas, etapas e fases já pactuadas.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ACOMPANHAMENTO**

Incumbe ao CONCEDENTE exercer as atribuições de monitoramento e acompanhamento da conformidade física e financeira durante a execução do Convênio, além da avaliação da execução física e dos resultados, na forma da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023, de forma a plena execução do objeto.

**Subcláusula primeira.** É prerrogativa do CONCEDENTE assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade, respondendo o CONVENIENTE, em todo caso, pelos danos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do instrumento.

**Subcláusula segunda.** No prazo máximo de até 15 (quinze) dias contados da assinatura do presente instrumento, o CONCEDENTE deverá designar, em atos publicados em boletim interno ou similar, os servidores, responsáveis pelo seu acompanhamento.

**Subcláusula terceira.** No prazo máximo de até 10 (dez) dias, contados após a designação de que trata a Subcláusula segunda, o CONCEDENTE deverá registrar no Transferegov.br, os servidores responsáveis pelo acompanhamento.

**Subcláusula quarta.** O CONCEDENTE deverá realizar o acompanhamento e a conformidade financeira por meio dos documentos e informações inseridos no Transferegov.br, verificando:

I - a comprovação da boa e regular aplicação dos recursos, na forma da legislação aplicável;

II - os pagamentos realizados pelo CONVENIENTE ;

III - a regularidade das informações registradas pelo CONVENIENTE ou UNIDADE EXECUTORA no Transferegov.br;

IV - o cumprimento das metas do Plano de Trabalho nas condições estabelecidas, por meio da verificação da compatibilidade entre o pactuado e o efetivamente executado; e

V - as liberações de recursos da União e os aportes de contrapartida, conforme cronograma pactuado.

**Subcláusula quinta.** No exercício da atividade de acompanhamento da execução do objeto, o CONCEDENTE poderá:



I - valer-se do apoio técnico de terceiros;

II - delegar competência ou firmar parcerias com outros órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos, com tal finalidade;

III - reorientar ações e decidir quanto à aceitação de justificativas sobre impropriedades identificadas na execução do instrumento;

IV - programar visitas ao local da execução, quando identificada a necessidade, observado o disposto no art. 86 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023; e

V - valer-se de outras formas de acompanhamento autorizadas pela legislação aplicável.

**Subcláusula sexta.** Os processos, documentos ou informações referentes à execução deste instrumento não poderão ser sonegados aos servidores do CONCEDENTE e dos órgãos de controle interno e externo da União, bem como ao eventual apoiador técnico.

**Subcláusula sétima.** Aquele que, por ação ou omissão, causar embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação do CONCEDENTE e dos órgãos de controle interno e externo do Poder Executivo Federal, no desempenho de suas funções institucionais relativas ao acompanhamento e fiscalização dos recursos federais transferidos, ficará sujeito à responsabilização administrativa, civil e penal.

**Subcláusula oitava.** Quaisquer pendências de ordem técnica, jurídica, ambiental ou institucional verificados pelo CONCEDENTE deverão ser informados ao CONVENIENTE, por meio do Transferegov.br, para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, na forma do art. 87 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

**Subcláusula nona.** A utilização dos recursos em desconformidade com o pactuado no instrumento ensejará obrigação do CONVENIENTE devolvê-los devidamente atualizados, conforme exigido para a quitação de débitos para com a Fazenda Nacional, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao da devolução dos recursos, acrescido esse montante de 1% (um por cento) no mês de efetivação da devolução dos recursos à conta única do Tesouro Nacional.

**Subcláusula décima.** Nos casos de identificação de irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, CONCEDENTE e CONVENIENTE observarão o disposto no art. 89 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

**Subcláusula décima primeira.** Os agentes que fizerem parte do ciclo de transferência de recursos são responsáveis, para todos os efeitos, pelos atos que praticarem no acompanhamento e fiscalização da execução deste instrumento, não cabendo a responsabilização do CONCEDENTE por inconformidades ou irregularidades praticadas pelo CONVENENTE. O CONVENENTE e a UNIDADE EXECUTORA responde pelos danos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do Convênio.

**Subcláusula décima segunda.** O CONCEDENTE comunicará aos órgãos de controle qualquer irregularidade da qual tenha tomado conhecimento e, havendo fundada suspeita da prática de crime ou de ato de improbidade administrativa, cientificará a Advocacia-Geral da União, os Ministérios Públicos Federal e Estadual e a Controladoria Geral da União, nos termos do art. 90 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO**

Incumbe ao CONVENENTE exercer a atribuição de fiscalização, a qual consiste na atividade administrativa, prevista nas legislações específicas de licitação e contratos, que deve ser realizada de modo sistemático pelo CONVENENTE e seus prepostos, com a finalidade de verificar o cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas em todos os seus aspectos.

**Subcláusula única.** O CONVENENTE designará e registrará no Transferegov.br representante para o acompanhamento da execução deste Convênio, o qual anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à consecução do objeto, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

O CONVENENTE deverá prestar contas da boa e regular aplicação dos recursos, por meio do seu representante legal em exercício, nos prazos estabelecidos por este Convênio.

**Subcláusula primeira.** Compete ao representante legal do CONVENENTE e ao sucessor prestar contas dos recursos provenientes deste Convênio celebrado por seus antecessores.

**Subcláusula segunda.** Na impossibilidade de atender ao disposto na Subcláusula primeira, deverá ser apresentada, ao CONCEDENTE, justificativa que demonstre o impedimento de prestar contas e as medidas adotadas para o resguardo do patrimônio público.

**Subcláusula terceira.** Quando a impossibilidade de prestar contas decorrer de ação ou omissão do antecessor, o novo representante legal comunicará o CONCEDENTE e solicitará instauração de TCE, prestando todas

as informações e documentos necessários.

**Subcláusula quarta.** Os documentos que contenham as justificativas e medidas adotadas serão inseridos no Transferegov.br.

**Subcláusula quinta.** Nos casos de que tratam as Subcláusulas segunda, terceira e quarta, o CONCEDENTE, ao ser comunicado das medidas adotadas e após avaliação, suspenderá de imediato o registro da inadimplência efetuado em decorrência da omissão de prestar contas.

**Subcláusula sexta.** A prestação de contas deverá ser registrada pelo CONCEDENTE no Transferegov.br, iniciando-se concomitantemente com a liberação dos recursos financeiros do Convênio.

**Subcláusula sétima.** A prestação de contas final deverá ser apresentada pelo CONVENIENTE no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados:

- I - do encerramento da vigência ou da conclusão da execução do objeto, o que ocorrer primeiro;
- II - da denúncia; ou
- III - da rescisão.

**Subcláusula oitava.** Quando o CONVENIENTE não enviar a prestação de contas no prazo de que trata a Subcláusula sétima, o CONCEDENTE o notificará, estabelecendo prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias para sua apresentação.

**Subcláusula nona.** Nos casos de descumprimento do prazo de que trata a Subcláusula oitava, o CONCEDENTE deverá:

- I - registrar a inadimplência do CONVENIENTE no Transferegov.br, por omissão no dever de prestar contas dos recursos recebidos; e
- II - comunicar o CONVENIENTE para que, no prazo improrrogável de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação, proceda a devolução dos recursos repassados pela União, incluídos os provenientes de aplicações financeiras, corrigidos na forma da Subcláusula nona da Cláusula Décima Segunda.

**Subcláusula décima.** Quando não houver a devolução dos recursos no prazo de que trata o inciso II da Subcláusula nona, o CONCEDENTE adotará as providências para resgate dos saldos remanescentes, observado o disposto na Subcláusula segunda da Cláusula Décima Quarta, e para a imediata instauração da TCE.

**Subcláusula décima primeira.** A prestação de contas final tem

por objetivo a demonstração e a verificação de resultados e deve conter elementos que permitam avaliar a execução do objeto, sendo compostos por:

- I - documentos inseridos e informações registradas no Transferegov.br;
- II - Relatório de Cumprimento do Objeto;
- III - declaração de realização dos objetivos a que se propunha o instrumento;
- IV - recolhimento dos saldos remanescentes, quando houver;
- V - apresentação da licença ambiental de operação, ou sua solicitação ao órgão ambiental competente, quando necessário; e
- VI - termo de compromisso por meio do qual o CONVENENTE será obrigado a manter os documentos relacionados ao instrumento, nos termos da alínea “am” do inciso II da Cláusula Terceira.

**Subcláusula décima segunda.** O Relatório de Cumprimento do Objeto deverá conter os subsídios necessários para a avaliação e manifestação do CONCEDENTE quanto à execução do objeto pactuado.

**Subcláusula décima terceira.** Em até 15 (quinze) dias, contados do envio da prestação de contas pelo CONVENENTE, o CONCEDENTE deverá registrar o recebimento da prestação de contas no Transferegov.br, para fins de sensibilização nas contas contábeis do instrumento.

**Subcláusula décima quarta.** O prazo para análise da prestação de contas final e manifestação conclusiva pelo CONCEDENTE será de:

- I - 60 (sessenta) dias, nos casos de procedimento informatizado, prorrogável no máximo por igual período, desde que devidamente justificado; ou
- II - 180 (cento e oitenta) dias, nos casos de análise convencional, prorrogável no máximo por igual período, desde que devidamente justificado.

**Subcláusula décima quinta.** A contagem do prazo de que trata o inciso I da Subcláusula décima quarta terá início a partir da data de atribuição da nota de risco ao instrumento no Transferegov.br.

**Subcláusula décima sexta.** A contagem do prazo de que trata o inciso II da Subcláusula décima quarta dar-se-á a partir do envio da prestação de contas no Transferegov.br, e será suspensa quando houver a solicitação de



complementação, sendo retomada quando do envio dos documentos ou informações complementares.

**Subcláusula décima sétima.** Constatadas impropriedades ou indícios de irregularidade, o CONCEDENTE estabelecerá o prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias para que o CONVENIENTE saneie as impropriedades ou apresente justificativas.

**Subcláusula décima oitava.** O CONCEDENTE notificará o CONVENIENTE caso as impropriedades ou indícios de irregularidade não sejam sanadas ou não sejam aceitas as justificativas apresentadas.

**Subcláusula décima nona.** Caberá ao CONCEDENTE notificar os titulares do INTERVENIENTE, da UNIDADE EXECUTORA ou dos ENTES CONSORCIADOS de todas as decisões proferidas no contexto da análise e do julgamento da prestação de contas, facultando sua manifestação na mesma forma e condições concedidas ao CONVENIENTE.

**Subcláusula vigésima.** A notificação prévia, prevista na Subcláusula décima oitava, será realizada por meio de correspondência com aviso de recebimento - AR, com cópia à respectiva Secretaria da Fazenda ou secretaria similar, devendo ser incluída no Transferegov.br.

**Subcláusula vigésima primeira.** Findo o prazo de que trata a Subcláusula décima quarta, considerada eventual prorrogação, a ausência de decisão sobre a prestação de contas pelo CONCEDENTE poderá resultar no registro de restrição contábil do órgão ou entidade pública referente ao exercício em que ocorreu o fato.

**Subcláusula vigésima segunda.** O registro da inadimplência no Transferegov.br só será efetivado após a concessão do prazo da notificação prévia, caso o CONVENIENTE não comprove o saneamento das irregularidades apontadas.

**Subcláusula vigésima terceira.** Caberá ao CONCEDENTE notificar os titulares do INTEVENIENTE e da UNIDADE EXECUTORA de todas as decisões proferidas no contexto da análise e do julgamento da prestação de contas, facultando sua manifestação na mesma forma e condições concedidas ao CONVENIENTE.

**Subcláusula vigésima quarta.** A análise da prestação de contas final poderá ser realizada por:

- I - procedimento informatizado, baseado na utilização de trilhas de auditoria e no cotejo entre a nota de risco dos instrumentos, apurada a partir de um modelo preditivo supervisionado, e o limite de tolerância ao risco da faixa de valor; ou

- II - análise convencional, realizada de forma detalhada, sem a utilização do procedimento informatizado.

**Subcláusula vigésima quinta.** A análise convencional da prestação de contas final dar-se-á por meio da avaliação:

- I - das informações e documentos de que trata a Subcláusula décima primeira;
- II - da nota de risco do instrumento; e
- III - quando houver, de relatórios, trilhas de auditorias, boletins de verificação ou outros documentos produzidos pelo CONCEDENTE, Ministério Público ou pelos órgãos de controle interno e externo, durante as atividades regulares de suas funções.

**Subcláusula vigésima sexta.** O resultado da análise convencional da prestação de contas final será consubstanciado em parecer técnico conclusivo.

**Subcláusula vigésima sétima.** O parecer técnico conclusivo deverá sugerir a aprovação, aprovação com ressalvas ou rejeição da prestação de contas e embasará a decisão da autoridade competente.

**Subcláusula vigésima oitava.** A análise convencional da prestação de contas final pelo CONCEDENTE poderá resultar em:

- I - aprovação;
- II - aprovação com ressalvas, quando evidenciada impropriedade ou outra falta de natureza formal da qual não resulte dano ao erário; ou
- III - rejeição.

**Subcláusula vigésima nona.** A decisão sobre a aprovação, aprovação com ressalvas ou rejeição da prestação de contas final compete:

- I - ao CONCEDENTE; e
- II - à autoridade competente para assinatura do instrumento, permitida delegação nos termos do § 2º do art. 38 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

**Subcláusula trigésima.** Nos casos de extinção do órgão ou entidade CONCEDENTE, o órgão ou entidade sucessor será o responsável pela decisão sobre a regularidade da aplicação dos recursos transferidos.

**Subcláusula trigésima primeira.** A rejeição da prestação de contas final dar-se-á em decorrência da não comprovação da regular aplicação

dos recursos repassados pela União, especialmente nos casos de:

- a) inexecução total ou parcial do objeto pactuado;
- b) desvio de finalidade na aplicação dos recursos transferidos;
- c) impugnação de despesas, se realizadas em desacordo com as disposições constantes deste Convênio ou da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023;
- d) ausência de depósito da contrapartida;
- e) não utilização, total ou parcial, da contrapartida pactuada, na hipótese de não haver recolhimento proporcional aos aportes realizados;
- f) movimentação e gestão dos recursos em desacordo com o disposto nas arts. 75 e 76 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023;
- g) não devolução de eventuais saldos remanescentes, observada a proporcionalidade; e
- h) ausência de documentos exigidos na prestação de contas que comprometa o julgamento do cumprimento do objeto pactuado e da boa e regular aplicação dos recursos.

**Subcláusula trigésima segunda.** A decisão sobre a aprovação, aprovação com ressalvas ou rejeição da prestação de contas do instrumento deverá ser registrada no Transferegov.br, cabendo ao CONCEDENTE prestar declaração expressa acerca do cumprimento do objeto e de que os recursos transferidos tiveram boa e regular aplicação.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS**

Os saldos remanescentes, incluídos os provenientes dos rendimentos de aplicações financeiras, serão restituídos à União e ao CONVENIENTE, observada a proporcionalidade dos recursos aportados pelas partes, independentemente da época em que foram depositados.

**Subcláusula primeira.** Caberá ao CONVENIENTE, no prazo improrrogável de até 30 (trinta) dias, contados da denúncia, da rescisão, da conclusão da execução do objeto ou do término da vigência, o que ocorrer primeiro:

- I - devolver os saldos remanescentes proporcionais aos repasses da União, para a Conta Única do Tesouro Nacional, no [instituição financeira oficial federal], por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, disponível no site

www.tesouro.fazenda.gov.br, portal SIAFI, informando a Unidade Gestora 200324 e Gestão 00001 (Tesouro); e

II - transferir os saldos remanescentes proporcionais à contrapartida aportada, para uma conta de livre movimentação de sua titularidade.

**Subcláusula segunda.** Nos casos de descumprimento do disposto na Subcláusula primeira, o CONCEDENTE solicitará, à instituição financeira albergante da conta específica do instrumento, a imediata devolução dos saldos para a Conta Única do Tesouro Nacional, na forma indicada no inciso I da Subcláusula primeira.

**Subcláusula terceira.** Caso não tenha havido qualquer execução física ou financeira, deverão ser recolhidos à Conta Única do Tesouro Nacional, na forma indicada no inciso I da Subcláusula primeira, os recursos recebidos e os respectivos rendimentos de aplicação financeira, sem a incidência de atualização e juros de mora de que trata a Subcláusula nona da Cláusula Décima Segunda.

**Subcláusula quarta.** Quando houver a rejeição total ou parcial da prestação de contas final pelos motivos relacionados na Subcláusula trigésima primeira da Cláusula Décima Quarta, o CONCEDENTE deverá notificar o CONVENENTE para que, no prazo improrrogável de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação, proceda à devolução dos recursos correspondentes ao valor rejeitado, corrigidos na forma da Subcláusula nona da Cláusula Décima Segunda.

**Subcláusula quinta.** A não devolução dos recursos de que trata a Subcláusula quarta ensejará o registro de impugnação das contas do Convênio no Transferegov.br e instauração da TCE.

**Subcláusula sexta.** O CONCEDENTE efetuará o registro do CONVENENTE, em cadastros de inadimplência, nas seguintes hipóteses:

I - após o julgamento da tomada de contas especial ou de procedimento análogo pelo Tribunal de Contas da União, nas hipóteses de rejeição total ou parcial da prestação de contas; ou

II - após a notificação do CONVENENTE e o decurso do prazo previsto na Subcláusula oitava da Cláusula Décima Quarta, nas hipóteses de omissão na apresentação da prestação de contas, independentemente de instauração ou de julgamento da tomada de contas especial.

**Subcláusula sétima.** Após a rejeição total ou parcial das contas, o saldo referente à rejeição constará como impugnado.

**Subcláusula oitava.** Além do registro do CONVENENTE na forma da subcláusula anterior, a instauração de TCE ensejará a inscrição de inadimplência do respectivo instrumento no Transferegov.br, nos casos de omissão no dever de prestar contas; ou o registro de impugnação das contas no Transferegov.br, para os demais casos.

**Subcláusula nona.** Na hipótese de aplicação de ato normativo do Tribunal de Contas da União que autoriza a dispensa da Tomada de Contas Especial, a autoridade administrativa adotará medidas administrativas ao seu alcance, como o registro da inadimplência do CONVENENTE no Transferegov.br e a inclusão nos cadastros de inadimplência, sem prejuízo de requerer ao órgão jurídico pertinente as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, com vistas à obtenção do ressarcimento do débito apurado, inclusive o protesto, se for o caso.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS BENS REMANESCENTES**

Os bens remanescentes adquiridos, produzidos ou transformados no âmbito deste Convênio serão de propriedade do CONVENENTE, observadas as disposições do Decreto nº 11.531, de 2023, e da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33 de 2023.

**Subcláusula primeira.** Consideram-se bens remanescentes os equipamentos e materiais permanentes adquiridos, produzidos ou transformados com recursos dos instrumentos necessários à consecução do objeto, mas que não se incorporam a este.

**Subcláusula segunda.** O CONVENENTE deverá contabilizar e proceder à guarda dos bens remanescentes, bem como encaminhar manifestação ao CONCEDENTE com o compromisso de utilizá-los para assegurar a continuidade do programa governamental, devendo estarem claras as regras e diretrizes de utilização desses bens.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA DENÚNCIA, RESCISÃO E EXTINÇÃO**

O presente Convênio poderá ser:

- I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, vedada qualquer cláusula obrigatória de permanência ou sancionadora dos denunciantes;
- II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:
  - a) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;



b) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e

c) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial, observado o disposto nos artigos 106 e 107 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023;

III - extinto, quando não tiver ocorrido repasse de recursos e houver descumprimento das condições suspensivas, nos prazos estabelecidos no instrumento.

**Subcláusula primeira.** O CONDEDEnte registrará no Transferegov.br e publicará no Diário Oficial da União a denúncia, rescisão ou extinção.

**Subcláusula segunda.** Quando da denúncia ou rescisão do instrumento, o CONVENENTE deverá:

I - devolver os saldos remanescentes, inclusive aqueles oriundos de rendimentos de aplicações financeiras, em até 30 (trinta) dias; e

II - apresentar a prestação de contas final em até 60 (sessenta) dias.

**Subcláusula terceira.** No prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do registro da denúncia ou rescisão do instrumento no Transferegov.br, o CONCEDENTE providenciará o cancelamento dos saldos de empenho, independente do indicador de resultado primário.

**Subcláusula quarta.** A rescisão decorrente do cometimento de fato que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial, prevista no caput desta Cláusula, inciso II, alínea “c”, deverá ocorrer depois da adoção das medidas administrativas internas para elidir o dano, observados os princípios norteadores dos processos administrativos consubstanciados no art. 2º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, bem como o disposto na Portaria CGU nº 1.531, de 2021, e na Instrução Normativa TCU nº 71, de 28 de novembro de 2012.

## CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICIDADE

A eficácia do presente Convênio fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial da União, a qual deverá ser providenciada pelo CONCEDENTE no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da respectiva assinatura.

**Subcláusula primeira.** Será dada publicidade em sítio eletrônico

específico denominado Transferegov.br aos atos de celebração, alteração, liberação de recursos, acompanhamento e fiscalização da execução e a prestação de contas do presente instrumento.

**Subcláusula segunda.** A notificação da celebração do instrumento à Assembleia Legislativa ou à Câmara Legislativa ou à Câmara Municipal do CONVENENTE, conforme o caso, será realizada eletronicamente por meio do sistema Transferegov.br, e da mesma forma será a notificação da liberação dos recursos.

**Subcláusula terceira.** O CONVENENTE obriga-se a:

- I - caso seja município ou o Distrito Federal, a notificar os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede no município, quando da liberação de recursos relativos ao presente Convênio, no prazo de até dois dias úteis, nos termos do art. 2º da Lei nº 9.452, de 1997, facultada a notificação por meio eletrônico;
- II - cientificar da celebração deste Convênio o conselho local ou instância de controle social da área vinculada ao programa de governo que originou a transferência de recursos, quando houver; e
- III - disponibilizar, em seu sítio eletrônico na internet ou, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, consulta ao extrato deste Convênio, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação e detalhamento na aplicação dos recursos, bem como as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado, ou inserir link em sua página eletrônica oficial que possibilite acesso direto ao Transferegov.br.

## **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS CONDIÇÕES GERAIS**

Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

- I - todas as comunicações relativas a este Convênio serão consideradas como regularmente efetuadas quando realizadas por intermédio do Transferegov.br, exceto quando a legislação regente tiver estabelecido forma especial;
- II - as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Convênio, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados; e

III - as exigências que não puderem ser cumpridas por meio do Transferegov.br deverão ser supridas através da regular instrução processual, sem prejuízo do posterior registro do ato no mesmo sistema Transferegov.br.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA CONCILIAÇÃO E DO FORO**

Os partícipes comprometem-se a submeter eventuais controvérsias, decorrentes do presente ajuste, à tentativa de conciliação e mediação administrativa perante a Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Pública Federal, da Advocacia-Geral da União, nos termos do art. 37 da Lei nº 13.140, de 2015, do art. 11 da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, e do art. 41, inciso III, alínea “b” do Anexo I ao Decreto nº 11.328, de 1º de janeiro de 2023.

**Subcláusula única.** Não logrando êxito a conciliação, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Convênio, o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, por força do inciso I do art. 109 da Constituição Federal.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, assinam eletronicamente por meio de seus representantes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Pelo CONCEDENTE:

**ANDRÉ DE ALBUQUERQUE GARCIA**

Secretario Nacional de Políticas Penais

Pelo CONVENENTE:

**ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD**

Procurador-Geral da Procuradoria Geral de Justiça em exercício do Estado de Roraima



Documento assinado eletronicamente por **Alessandro Tramujas Assad**,



**Usuário Externo**, em 27/08/2025, às 13:45, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **ANDRE DE ALBUQUERQUE GARCIA, Secretário(a) Nacional de Políticas Penais**, em 28/08/2025, às 19:18, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **31665977** e o código CRC **61413739**

O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

**Referência:** Processo nº 08016.009131/2025-51

SEI nº 31665977

**PORTARIA - Nº 0979886 - PGJ, 29 DE MAIO DE 2025**

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Designar a Procuradora de Justiça, Dra. **ROSELIS DE SOUSA**, para responder, sem prejuízo de suas atuais atribuições, pela 7ª Procuradoria de Justiça Criminal, no período de 26 a 27JUN2025, conforme Processo SEI nº 19.26.1000000.0005002/2025-08.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

**Fábio Bastos Stica**  
Procurador-Geral de Justiça



Documento assinado eletronicamente por **FABIO BASTOS STICA, Procurador(a)-Geral de Justiça**, em 29/05/2025, às 12:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.mprp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.mprp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0979886** e o código CRC **7C17DD89**.

**PORTARIA - Nº 0979678 - PGJ, 29 DE MAIO DE 2025**

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições legais;

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 5º, §1º, inciso X, e art. 6º, ambos da Resolução CPJ nº 001/2017;

**CONSIDERANDO** os termos do ato normativo nº 002/2017;

**CONSIDERANDO** a celebração do convênio nº 974873 com a Secretaria Nacional de Políticas Penais-SENAPPEN/MJSP, cujo objetivo é a implementação e estruturação do Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais e Familiares no âmbito deste Ministério Público, vinculado ao **PROGRAMA RECOMEÇAR**, conforme Processos SEI nº 19.26.1000000.0004091/2025-67 e 19.26.1000000.0005050/2025-98;

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar, sem prejuízo de suas demais atribuições, o Promotor de Justiça **JOAQUIM EDUARDO DOS SANTOS**, matrícula nº 00686, para compor a equipe de execução do convênio:

Art. 2º Designar, sem prejuízo de suas demais atribuições, os seguintes servidores para comporem a equipe de execução do Convênio:

I – **ANTÔNIO VALDECI NOBLES**, Diretor de Assuntos Jurídicos da Procuradoria-Geral de Justiça, matrícula nº 00351;

II – **ANA LAURA MENEZES DE SANTANA**, Assistente Social, matrícula nº 00086;

III – **BAIRTON PEREIRA SILVA**, Diretor do Departamento Orçamentário e Financeiro, matrícula nº 00051;

IV – **ANA PAULA VERAS DE PAULA**, Chefe de Divisão, matrícula nº 00501;



V – **RARISON DE OLIVEIRA FREITAS**, Técnico do MPRR, matrícula nº 00862.

Art. 3º Fica designado como Coordenador do Convênio o Promotor de Justiça Dr. **JOAQUIM EDUARDO DOS SANTOS** e como Gerente Documental do Convênio o servidor **RARISON DE OLIVEIRA FREITAS**.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

**Fábio Bastos Stica**  
Procurador-Geral de Justiça



Documento assinado eletronicamente por **FABIO BASTOS STICA, Procurador(a)-Geral de Justiça**, em 29/05/2025, às 12:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.mpr.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.mpr.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0979678** e o código CRC **31B9E268**.

#### **PORTARIA - Nº 0979863 - PGJ, 29 DE MAIO DE 2025**

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições legais,

#### **R E S O L V E :**

Tornar sem efeito a **Portaria nº 0967681-PGJ**, de 28ABR2025, publicada no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Roraima-DEMPRR nº 717, de 29ABR2025, conforme Processo SEI nº 19.26.1000000.0002846/2025-99.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

**Fábio Bastos Stica**  
Procurador-Geral de Justiça



Documento assinado eletronicamente por **FABIO BASTOS STICA, Procurador(a)-Geral de Justiça**, em 29/05/2025, às 12:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.mpr.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.mpr.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0979863** e o código CRC **D979EFE5**.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DE RORAIMA

**DESPACHO - Nº 1040333 - NAVEF, 17 DE OUTUBRO DE 2025**

Considerando o DFD - Documento de Formalização de Demanda 1039272 que trata da aquisição de mobiliários diversos e frigobar para estruturação do Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais e Familiares - NAVEF no âmbito do Ministério Público do Estado de Roraima, encaminhe-se ao Exmo. Procurador-Geral de Justiça para deliberação.

Após, solicito o retorno dos autos ao NAVEF para confecção do Termo de Referência e instrução do processo de contratação.



Documento assinado eletronicamente por **JOAQUIM EDUARDO DOS SANTOS, Promotor(a) de Justiça**, em 17/10/2025, às 17:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.mprp.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.mprp.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1040333** e o código CRC **BE78A515**.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DE RORAIMA

**DESPACHO - Nº 1048730 - GABPGJ, 20 DE OUTUBRO DE 2025**

Ciente da demanda, conforme o evento Sei n. 1040333.

Encaminhe-se ao Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais e Familiares - NAVEF, para as demais providências.



Documento assinado eletronicamente por **FABIO BASTOS STICA**,  
**Procurador(a)-Geral de Justiça**, em 22/10/2025, às 10:20, conforme art. 1º, III,  
"b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site  
[https://sei.mpr.ror.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.mpr.ror.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.mpr.ror.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código  
verificador **1048730** e o código CRC **1E0E6260**.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA  
Av. Santos Dumont, nº 710 - Bairro São Pedro - CEP 69306-680 - Boa Vista - RR - www.mprrr.mp.br

## TERMO DE REFERÊNCIA

### AQUISIÇÃO COM RECURSOS DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 974873/2025 - SENAPPEN/MJSP



#### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de **mobiliários diversos e frigobar**, incluindo a instalação e montagem, para estruturação do Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais e Familiares - NAVEF no âmbito do Ministério Público do Estado de Roraima, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1.0.

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO (Anexo 1047809)	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	366880	Longarina 3 lugares	und	2	R\$ 3.032,00	R\$ 6.064,00
2	606946	Estação de Trabalho em L	und	6	R\$ 1.150,00	R\$ 6.900,00
3	245836	Cadeira Escritório Giratória	und	6	R\$ 1.159,00	R\$ 6.954,00
4	288544	Cadeira Escritório Fixa	und	12	R\$ 419,00	R\$ 5.028,00
5	627153	Sofá 3 lugares	und	1	R\$ 2.197,00	R\$ 2.197,00

6	621484	Poltrona Recepção/Escritório	und	2	R\$ 1.435,00	R\$ 2.870,00
7	276715	Armário para Escritório com 2 portas	und	1	R\$ 1.003,00	R\$ 1.003,00
8	366885	Mesa Redonda para reunião com 6 lugares	und	1	R\$ 1.216,00	R\$ 1.216,00
9	603280	Balcão de Recepção/Escritório	und	1	R\$ 3.558,00	R\$ 3.558,00
10	621443	Frigobar	und	1	R\$ 1.699,00	R\$ 1.699,00
<b>VALOR TOTAL</b>						<b>R\$ 37.489,00</b>

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como **comuns**, em virtude dos padrões de desempenho e qualidade poderem ser definidos objetivamente por meio de especificações usuais do mercado, conforme inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto Federal nº 10.818/2021.

1.4. Tratando-se de fornecimento não-contínuo, ou seja, cuja entrega de bens não representa uma demanda de caráter permanente, o prazo de vigência da contratação é de **6 (seis) meses** contados da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.1. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Em abril de 2025, o Ministério Público do Estado de Roraima apresentou a Proposta de Convênio nº 220/2025 (doc. 1038025) para fins de financiamento do Programa Recomeçar - Rede de Cuidado, Orientação e Apoio às Vítimas de Crime do Ministério da Justiça e Segurança Pública, com o objetivo de implementar e estruturar o Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes e Ato Infracionais e Familiares no MPRR.

2.2. A implementação do Programa Recomeçar engendra por compreender que a efetivação da Justiça também perpassa pela atenção às vítimas diretas e dos seus familiares, pela ressignificação da dor e dos traumas, através do atendimento humanizado ofertado por servidores qualificados que articularão ao longo do percurso o acolhimento necessário para que as vítimas tenham acesso aos atendimentos básicos e encaminhamentos junto a rede de saúde e socioassistencial.

2.3. Nesse aspecto, no âmbito do Ministério Público do Estado de Roraima, é

necessário reconhecer a importância de instituir uma política institucional, com a adoção de medidas destinadas a assegurar a atuação ministerial voltada ao acolhimento das vítimas de violência e à supressão da revitimização no âmbito institucional.

2.4. Ato contínuo, com a aprovação da Proposta, foi celebrado Termo de Convênio nº 974873/2025 (doc. 1038069) com a Secretaria Nacional de Políticas Penais - SENAPPEN/MJSP, com repasse de valores destinados exclusivamente à estruturação física e de pessoal do NAVEF.

2.5. Os recursos financeiros para a execução do objeto do Convênio perfazem o valor total de R\$ 1.776.406,76 (um milhão, setecentos e setenta e seis mil, quatrocentos e seis reais e setenta e seis centavos), sendo:

2.5.1. R\$ 1.774.630,35 (um milhão, setecentos e setenta e quatro mil seiscentos e trinta reais e trinta e cinco centavos) para contratação de pessoal (Recursos Humanos) e aquisição de bens e equipamentos;

2.5.2. R\$ 1.776,41 (um mil, setecentos e setenta e seis mil e quarenta e um reais) relativos à contrapartida do Conveniente.

2.6. Busca-se com a estruturação do NAVEF garantir o encaminhamento eficaz das vítimas aos órgãos da rede, de acordo com as suas competências, com o propósito de oferecer informações, orientações, proteção, assistência social, psicológica, jurídica e de saúde, bem como o ressarcimento, a participação, o acesso à justiça, a investigação da situação e a responsabilização dos autores do crime.

2.7. Nesse sentido, o presente documento busca assegurar a aquisição do material necessário à estruturação das salas de atendimento, com equipamentos próprios que propiciem o melhor acolhimento às pessoas vítimas de crimes/atos infracionais e seus familiares.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. A partir do levantamento de necessidades, observou-se que o Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes e Ato Infracionais e Familiares no MPRR, cuja criação formal encontra-se em andamento junto à Procuradoria-Geral de Justiça, não dispõe de estrutura física específica para o pleno exercício de suas atribuições. Ademais, é cediço que as aquisições de mobiliário e frigobar pelo MPRR constantemente objetivam atender demandas integrantes do Planejamento Anual do Órgão, que incluem o corrente Exercício financeiro e, eventualmente, o Exercício seguinte.

3.2. Assim, verifica-se que a previsão dessas aquisições destina-se exclusivamente ao atendimento de demandas já habituais do MPRR, especialmente a renovação de mobiliário e estruturação de salas e estações de trabalho para novos Membros, Servidores e Estagiários tanto na Capital (Edifício-Sede, Espaço da Cidadania, CETAO, Prédio Administrativo, Casa da Mulher Brasileira e Fórum Criminal) como nas 7 (sete) Promotorias de Justiça do Interior do Estado de Roraima.

3.3. Ademais disso, verificou-se a inexistência de Ata de Registro de Preços e/ou Contrato vigente que possa atender o objeto. Em que pese a recente realização do Pregão Eletrônico nº 90011/2025 - SRP (Proc. SEI nº 19.26.1000000.0001320/2024-19) para fabricação de mobiliário e a Dispensa de Licitação (Proc. SEI nº 19.26.1000000.0003648/2025-42) para compra de frigobares, inevitavelmente não houve a previsão de materiais excedentes que possibilitariam a inclusão da demanda objeto dos presentes autos.

3.4. A despeito disso, **a celebração do Termo de Convênio nº 974873/2025 (doc. 1038069) com a Secretaria Nacional de Políticas Penais - SENAPPEN/MJSP propiciará o repasse de valores oriundos do Orçamento da União destinados exclusivamente à estruturação física e de pessoal do NAVEF.** De tal maneira que para a



aprovação da Proposta de Convênio foi apresentada Proposta Financeira com levantamento prévio para aquisição desses bens, conforme quantidades e especificações já aprovadas pelo Poder Concedente, as quais este MPRR encontra-se estritamente vinculado, conforme relação constante no documento 1045417, págs. 27 e 28.

3.5. Veja-se, portanto, que a solução proposta para atender a demanda do Ministério Público do Estado de Roraima pela aquisição de mobiliários diversos e frigobar surge como a medida mais adequada e alinhada ao mercado, observando-se a legislação vigente, especificamente a Lei nº 14.133/2021. Portanto, este documento fundamenta-se nos princípios licitatórios e na busca pelo desenvolvimento nacional sustentável, conforme descrito na lei.

3.6. Desta forma, a citada compra para a estruturação do NAVEF permitirá o uso eficiente do espaço físico, oferecendo condições ergonômicas e operacionais para os usuários. O Anexo 1039625 que acompanha este Termo de Referência detalha as especificações de cada item, garantindo assim que a solução atenda exatamente às necessidades funcionais e estéticas do MPRR.

3.7. Importa destacar que em especial o mobiliário a ser adquirido possivelmente não seguirá os padrões estéticos delineados no âmbito do MPRR, em virtude das seguintes justificativas:

3.7.1. *fator tempo*: o art. 52 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33/2023 define que os processos de contratações devem ser instaurados pelos órgãos e entidades públicas que receberem recursos da União em razão de convênios e contratos de repasse no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias. Desta forma, urge a necessidade de instruir tais processos em tempo limitado, não possibilitando ao Conveniente ampla pesquisa de mercado e até mesmo a fabricação personalizada de mobiliário que constituiria ferramenta importante de padronização;

3.7.2. *fator financeiro*: o Conveniente permanece vinculado, em razão do Convênio celebrado, aos limites financeiros impostos por ocasião da Proposta e Planos de Trabalho apresentados, cuja Proposta inicial (abril/2025) estabeleceu o valor de R\$ 37.667,18 (trinta e sete mil, seiscentos e sessenta e sete reais e dezoito centavos) para aquisição de mobiliário e frigobar. Em razão disso, por determinação do art. 75 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33/2023, os recursos dos instrumentos de Convênio serão depositados, geridos e mantidos em **conta bancária específica** aberta em instituição financeira oficial, e somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas constantes do plano de trabalho ou para aplicação financeira.

3.8. Por seu turno, considerando o ciclo de vida da contratação como a série de etapas que envolvem o desenvolvimento do produto, a obtenção de matérias-primas e insumos, o processo produtivo, o consumo e a disposição final, isto é, se é menos ou mais durável até a sua destinação final, verificam-se as seguintes fases:

3.8.1. Planejamento e análise técnica inicial: levantamento das necessidades de mobiliário e frigobar a serem utilizados pela futura equipe do Núcleo;

3.8.2. Pesquisa de mercado: em virtude de fatores limitadores como tempo e financeiro, a cota de preços contemplou somente pesquisa direta com fornecedores locais;

3.8.3. Seleção do fornecedor: a partir do menor dos valores pesquisados (art. 6º da Instrução Normativa nº 65/2021 SEGES/ME), tem-se como satisfeito o critério legal para eventual Dispensa de Licitação com fundamento no art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021;

3.8.4. Entrega final e prestação de contas: caso se configure hipótese de compra direta, a entrega final do objeto obedecerá o inciso X do art. 6º da Lei nº 14.133/2021 que prevê a entrega imediata para aquisições com prazo de até 30 (trinta) dias. A prestação de contas obedecerá os ditames do art. 92 e ss. da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33/2023 que estabelece normas complementares sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências da União;

3.9. No tocante à manutenção do mobiliário e frigobar, considerando o ciclo de vida útil desses equipamentos (depreciação, impacto ambiental, reposição, etc), informa-se que este MPRR dispõe de servidores qualificados hábeis a providenciar as manutenções de reparo e reposição de peças de baixa complexidade, incluindo a contratação de empresa especializada em manutenções de frigobares, conforme Pregão Eletrônico nº 90001/2025 (Proc. SEI nº 19.26.1000000.0009801/2024-64).

3.10. O mobiliário deve estar de acordo com as normas da ABNT que regem o tema.

3.11. Os bens remanescentes adquiridos, produzidos ou transformados no âmbito do Convênio 974873/2025 serão de propriedade do Ministério Público do Estado de Roraima, observadas as disposições do Decreto nº 11.531, de 2023, e da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33 de 2023.

3.11.1. Consideram-se bens remanescentes os equipamentos e materiais permanentes adquiridos, produzidos ou transformados com recursos dos instrumentos necessários à consecução do objeto, mas que não se incorporam a este.

3.11.1.

#### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

##### Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.1.2. Só será admitida a oferta de frigobar que possua Selo de identificação da conformidade, nos termos da Portaria nº 148, de 28 de março de 2022 - INMETRO, e legislação correlata;

4.1.2. **Da exigência de amostra**

4.2. Não se aplica para a presente contratação

4.2.0. **Subcontratação**

4.3. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3.0. **Garantia da Contratação**

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

#### 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A partir do recebimento da Nota de Empenho, a CONTRATADA terá o **prazo de até 30 (trinta) dias para realizar a entrega** dos mobiliários e frigobar em remessa única, prorrogáveis por igual período.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no Edifício-Sede do Ministério Público do Estado de Roraima, localizado na Avenida Santos Dumont, 710, São Pedro, Boa Vista - RR, CEP 69.306.680, em dia de expediente e horário comercial, preferencialmente de 9h às 17h, sob a responsabilidade de servidor a ser informado posteriormente à Contratada.

5.4. Os custos gerados referentes as tentativas de entregas não agendadas previamente serão por conta da CONTRATADA.

5.5. Eventual mudança no endereço de entrega dos bens será informada prévia e oportunamente à CONTRATADA, sem que acarrete ônus ao CONTRATANTE;

5.6. Os materiais devem ser de qualidade idônea, sem quaisquer defeitos que venham a comprometer seu desempenho.

5.7. Em caso de desacordo com a qualidade integral do material a CONTRATADA será imediatamente acionada e terá um prazo de 30 (trinta) dias para providenciar o recolhimento e substituição do mobiliário e frigar avariado.

5.7.1. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.8. Os custos da substituição do(s) objeto(s) rejeitado(s) correrão exclusivamente às expensas da CONTRATADA.

5.9. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.10. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.11. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.12. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.12.0.

## **6. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial

6.2. As comunicações entre o Ministério Público do Estado de Roraima e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3. O Ministério Público do Estado de Roraima poderá convocar o representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

### **Rotinas de fiscalização**

6.4. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.5. O fiscal anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências

relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.6. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.7. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.8. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.9. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.10. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, o que houver, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.11. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

## **Gestor do Contrato**

6.12. Cabe ao gestor do contrato:

6.12.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.12.2. acompanhar os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.12.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.12.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.12.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.12.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.12.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos

procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.12.8. receber e dar encaminhamento imediato:

a) às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

b) à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

## 7. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Contratada que:

7.1.1. der causa à inexecução total ou parcial de qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

7.1.2. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

7.1.3. não celebrar o contrato ou deixar de entregar a documentação exigida dentro do prazo;

7.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

7.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

7.1.6. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

7.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

7.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

7.1.9. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

7.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta contratação, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

7.2.1. **Advertência**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

7.2.2. **Multa moratória de 0,5% (meio por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de R\$ 50,00 (cinquenta reais);

7.2.3. **Multa compensatória de 10% (dez por cento)** sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

a) Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

7.2.4. **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até 3 (três) anos, conforme § 4º, art. 156, Lei 14.133/21;

7.2.5. **Impedimento de licitar e contratar** no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de mínimo 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, conforme § 5º, art. 156, Lei 14.133/21;

7.2.6. **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

7.3. As sanções previstas nos subitens 7.2.1, 7.2.4 e 7.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

7.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156, III e IV da Lei nº 14.133, de 2021, as empresas ou profissionais que:

7.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

7.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

7.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

7.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

7.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Ministério Público do Estado de Roraima ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Estado e cobrados judicialmente.

7.7. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante/contratado, a Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

7.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

7.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo.

7.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

7.12. O processamento a que se refere o item 7.10 não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

7.13. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

7.13.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.13.2. as peculiaridades do caso concreto;



- 7.13.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 7.13.4. os danos que dela provierem para o Contratante;
- 7.13.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 7.14. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).
- 7.15. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 7.16. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 7.17. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).
- 7.18. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).
- 7.19. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO ACEITAÇÃO DO OBJETO**

### **Recebimento do Objeto**

- 8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigido no prazo de 2 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o

recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

8.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

8.10. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.11.1. o prazo de validade;
- 8.11.2. a data da emissão;
- 8.11.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.11.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 8.11.5. o valor a pagar; e
- 8.11.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma

vez, por igual período, a critério do contratante.

8.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.17. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

8.19. O pagamento será efetuado no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

8.20. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

8.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.24. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.25. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio de contratação direta com fundamento no artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

### **Forma de fornecimento**

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

## **Regularidade fiscal e trabalhista**

9.3. A empresa deverá apresentar:

9.3.1. prova de regularidade fiscal perante a fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social;

9.3.2. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.3.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.3.4. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.3.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou se do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata;

9.3.6. Prova de regularidade na Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União, mediante acesso ao sítio <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>, o qual compreenderá as seguintes verificações:

a) Sistema de Inabilitados e Inidôneos mantido pelo Tribunal de Contas da União;

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade mantido pelo Conselho Nacional de Justiça;

c) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e Cadastro Nacional de Empresas Punidas, ambos mantidos pelo Portal da Transparência / Controladoria-Geral da União.

9.3.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.3.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.3.8.

9.3.8. **Regularidade Complementar - Resolução nº 37/2009 - CNMP**

9.4. Apresentar Declaração de que não dispõe em eu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos Membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de Servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da contratação deste MPRR.

## **10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo total da contratação é de **R\$ 37.489,00 (trinta e sete mil, quatrocentos e oitenta e nove reais)** para aquisição do mobiliário e frigobar.

10.2. O método utilizado para obtenção do preço foi o **menor** dos valores pesquisados dentre os fornecedores locais listados no doc. 1038108 sobre um conjunto de três preços, conforme art. 6º da Instrução Normativa nº 65/2021 SEGES/ME.

### **Justificativa do preço contratado**

10.3. Nos termos do Art. 23 da Lei 14.133/2021, o preço da contratação está de acordo com o valor do mercado, conforme demonstrado na Pesquisa de Preços 1038108.

10.3.0.

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, Termo de Convênio nº 974873/2025 (doc. 1038069).

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

11.2.1. Classificação Funcional Programática 03091004.2182;

11.2.2. Categoria Econômica e Elemento de Despesa: 339036 / 409052

11.2.3. Fonte: 1700.0000

## **12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

12.1. Nomear servidor da Administração especialmente designado para fiscalizar o fornecimento dos bens

12.2. Proporcionar todas as facilidades necessárias para que a CONTRATADA possa cumprir as condições estabelecidas neste Termo de Referência;

12.3. Receber e fiscalizar a entrega dos bens, bem como rejeitar no todo ou em parte o material entregue em desconformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência;

12.4. Prestar informações à CONTRATADA a respeito dos termos da contratação;

12.5. Comunicar à CONTRATADA sobre a ocorrência de qualquer irregularidade constatada na compra;

12.6. Efetuar o pagamento devido pela aquisição, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências contratuais;

12.7. Efetuar a retenção, na fonte, dos tributos descritos na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 2.145/2023, incidentes sobre os pagamentos que efetuarem à CONTRATADA.

12.7.1. No caso de prestação de serviços amparados por isenção, não incidência ou alíquota zero do imposto sobre a renda, na forma da legislação em vigor, a retenção do imposto será feita mediante aplicação da alíquota a que se refere o art. 3º-A da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, que incidirá sobre os valores não abrangidos pela isenção, não incidência ou alíquota zero.

12.8. Aplicar à Contratada as sanções previstas em lei.

## **13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

13.1. Realizar a entrega dos bens dentro do prazo, ficando sujeita às penalidades cabíveis no caso de atraso ou inexecução parcial ou total do objeto.

13.1.1. O fornecimento do mobiliário inclui a montagem e instalação, compreendendo

todas as etapas necessárias ao uso satisfatório do bem.

13.2. Substituir e/ou corrigir eventuais equívocos relacionados ao fornecimento do objeto em desacordo com as especificações deste Termo de Referência.

13.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor.

13.4. Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por ocasião da contratação;

13.5. Deverá manter sigilo, não reproduzindo, divulgando ou utilizando em benefício próprio, ou de terceiros, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE de que tomar conhecimento no fornecimento do objeto da contratação.

13.6. Fornecer os bens de acordo com as características contidas na Nota de Empenho/Contrato;

13.7. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Roraima ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

13.8. Realizar o destaque nas faturas/notas fiscais dos tributos descritos na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 2.145/2023, para fins de retenção, na fonte, pela CONTRATANTE, relativo ao objeto desta Contratação.

13.8.1. Para fins do disposto no § 2º do Art. 2º-A da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, caso a CONTRATADA seja amparada pela isenção, não incidência ou alíquota zero, deve informar o enquadramento legal do benefício na respectiva fatura/nóta fiscal, sob pena de a retenção do imposto sobre a renda ser efetuada sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou serviço;

13.9. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

13.10. A responsabilidade pela qualidade dos materiais e serviços executados ou fornecidos é da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readaptações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto ajustado.

13.11. Permitir o livre acesso dos servidores do CONCEDENTE/Termo de Convênio nº 974873 (doc. 1038069) e dos órgãos de controle interno e externo da União, bem como dos funcionários da mandatária e do apoiador técnico, aos documentos e registros contábeis das empresas contratadas.

13.12. Inserir as informações e os documentos relativos à execução no Transferegov.br, caso solicitada.

#### **14. DISPOSIÇÕES FINAIS**

14.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

14.2. Em razão do objeto contratado integrar Plano de Trabalho firmado pelo Termo de Convênio nº 974873 (doc. 1038069) com a Secretaria Nacional de Políticas Penais - SENAPPEN/MJS, fica indicado o sistema [Fala.BR](#) como canal de comunicação efetivo, ao qual se dará ampla publicidade, para o recebimento de manifestações dos cidadãos relacionadas ao Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes e Ato Infracionais e Familiares no MPRR, possibilitando o registro de sugestões, elogios, solicitações, reclamações e denúncias.





Documento assinado eletronicamente por **JOAQUIM EDUARDO DOS SANTOS, Promotor(a) de Justiça**, em 22/10/2025, às 13:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.mprp.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.mprp.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1040598** e o código CRC **5BDEECFD**.




---






MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DE RORAIMA

ANEXO - NAVEF - Nº 1039625/2025

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

ITEM	DESCRIÇÃO	0.0.0. QTD
1	<p><b>Longarina 3 lugares</b></p>  <p>Conjunto de Poltronas. Lugares: 3. Revestimento do assento e encosto em tecido polipropileno. Apoio de braços tipo americano. Dimensões mínimas: 1985cm L x 915cm A x 670cm P. Capacidade de carga: 110kg. Cores preta ou vermelha. Inclusa a instalação e montagem, se houver.</p>	2
2	<p><b>Estação de trabalho em L</b></p>  <p>Estação de trabalho. Lugares: 1. Dimensões mínimas: 74cm A x 150cm L x 150cm L x 61cm P. Tampo em MDP. Acabamento: melamínico. Sem gavetas. Cor cinza ou preta. Inclusa a instalação e montagem, se houver.</p>	6
3	<p><b>Cadeira Escritório Giratória</b></p>  <p>Cadeira Secretária ergonômica, com sistema de regulagem de encosto, base em aço tipo aranha, pistão a gás, assento e encosto em espuma injetada, apoio de braço SL. Revestida em vinil, na cor vermelha ou preta. Inclusa a instalação e montagem, se houver.</p>	6

4	<p><b>Cadeira Escritório Fixa</b></p>  <p>Cadeira Secretária Fixa, base fixa fechada. Assento e encosto com curvaturas ergonômicas. Assento e encosto em polipropileno. Dimensões mínimas: 825cm A x 440cm L x 525cm P. Cor vermelha ou preta. Inclusa a instalação e montagem, se houver.</p>	12
5	<p><b>Sofá 3 lugares</b></p>  <p>Estofado para 3 lugares. Dimensões mínimas: 1,80m L x 80cm P. Revestido em vinil (courino) na cor preta. Inclusa a instalação e montagem, se houver.</p>	1
6	<p><b>Poltrona Recepção/Escritório</b></p>  <p>Poltrona para Recepção. Dimensões mínimas: 87cm L x 67cm P x 42cm A. Lugares: 1. Revestida vinil (courino), na cor preta. Inclusa a instalação e montagem, se houver.</p>	2
7	<p><b>Armário para escritório com 2 portas</b></p>  <p>Armário alto 2 (duas) portas. Estilo clássico. Ambiente: escritório. Dimensões mínimas: 1600mm A x 800mm L x 400mm P. Material: MDP. Cor preto/imbuia terra. Inclusa a instalação e montagem, se houver.</p>	1

8	<p><b>Mesa redonda para reunião com 6 lugares</b></p>  <p>Mesa de reunião redonda, em MDF ou MDP. Dimensões mínimas: 1,20m D x 74cm A. Tampo 25mm. Base metálica. Lugares: 6. Acabamento laminado. Cor marsala/preta. Inclusa a instalação e montagem, se houver.</p>	1
9	<p><b>Balcão de Recepção/Escritório</b></p>  <p>Balcão de atendimento angular - Recepção. Dimensões mínimas: 1,50m L x 1,50m L x 1,10m A x 60cm P. Tampo de 25mm. Sem gavetas. Acabamento laminado. Cor ameixa/preta. Inclusa a instalação e montagem, se houver.</p>	1
10	<p><b>Frigobar</b></p>  <p>Frigobar com capacidade de 117 a 122 litros, com selo de eficiência energética PROCEL padrão "A", 127 Volts, na cor branca. Inclusa a instalação e montagem, se houver.</p>	1



Documento assinado eletronicamente por **JOAQUIM EDUARDO DOS SANTOS, Promotor(a) de Justiça**, em 22/10/2025, às 13:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.mpr.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.mpr.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1039625** e o código CRC **D3924662**.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DE RORAIMA

PESQUISA DE PREÇOS Nº 1038108

ITEM	DESCRIÇÃO	QT	UN	PREÇOS PÚBLICO	PESQUISA DIRETA COM FORNECEDORES LOCAIS					MENOR VALOR VALOR TOTAL	
					América Móveis	Mobili Móveis	Lojas Perin	Casa Lira	Wan		
1	Longarina 3 lugares	2	und	R\$ 905,95	-	R\$ 4.559,03	R\$ 3.032,00	-	-	R\$ 3.032,00	R\$ 6.064,00
2	Mesa Estação de Trabalho em L	6	und	R\$ 1.942,04	R\$ 1.649,00	R\$ 2.359,00	R\$ 1.150,00	-	-	R\$ 1.150,00	R\$ 6.900,00
3	Cadeira Escritório Giratória	6	und	R\$ 1.338,40	R\$ 1.159,00	R\$ 1.399,00	R\$ 0.183,00	-	-	R\$ 1.159,00	R\$ 6.954,00
4	Cadeira Escritório Fixa	12	und	R\$ 305,76	R\$ 1.358,00	-	R\$ 419,00	-	-	R\$ 419,00	R\$ 5.028,00
5	Sofá 3 lugares	1	und	R\$ 2.166,67	R\$ 2.197,00	R\$ 4.299,00	R\$ 0.573,00	-	-	R\$ 2.197,00	R\$ 2.197,00
6	Poltrona Recepção/Escre	2	und	R\$ 1.790,00	R\$ 1.435,00	R\$ 2.999,00	R\$ 1.903,00	-	-	R\$ 1.435,00	R\$ 2.870,00
7	Armário para escritório com 2 portas	1	und	R\$ 1.114,83	R\$ 1.398,00	R\$ 2.599,00	R\$ 1.003,00	-	-	R\$ 1.003,00	R\$ 1.003,00
8	Mesa redonda para reunião com 6 lugares	1	und	R\$ 660,43	R\$ 1.216,00	-	-	-	-	R\$ 1.216,00	R\$ 1.216,00
9	Balcão de Recepção/Escre	1	und	R\$ 2.249,00	R\$ 3.558,00	-	-	-	-	R\$ 3.558,00	R\$ 3.558,00
10	Frigobar	1	und	R\$ 1.518,60	-	-	R\$ 2.048,00	R\$ 1.890,00	R\$ 1.699,00	R\$ 1.699,00	R\$ 1.699,00
VALOR TOTAL										R\$ 37.489,00	

0.0.0. **Notas Explicativas:**

0.0.0. 1) Legenda: **menor preço.**

0.0.0. 2) O método utilizado para obtenção do preço foi o **menor** dos valores pesquisados dentre os fornecedores locais listados na Nota 4 sobre um conjunto de três preços, conforme art. 6º da Instrução Normativa nº 65/2021 SEGES/ME. Excepcionalmente para os itens 1 (longarina), 4 (cadeira escritório fixa), 8 (mesa redonda para reunião) e 9 (balcão) a cesta de preços contou com menos de 3 (três) valores,

em virtude da indisponibilidade desses itens junto a alguns fornecedores, especialmente em razão das especificações técnicas, conforme se verifica nos Orçamentos acostados nos presentes autos.

0.0.0. 3) Considerando a diversidade e as características dos itens desta Pesquisa de Preços, não foi possível a utilização do parâmetro II do art. 5º da IN nº 65/2021 SEGES/ME. A adoção deste requisito tornaria o processo mais complexo e oneroso, portanto, de encontro ao princípio da celeridade que norteia eventual contratação direta. Além disso, os preços encontrados no Banco de Preços estão em conformidade com os praticados no mercado, conforme se verifica no documento 1041159.

0.0.0. 4) Fornecedores locais pesquisados (Art. 5º, IV da IN nº 65/2021 SEGES/ME):

0.0.0. - AMÉRICA MÓVEIS E ELETRO LTDA - EPP (CNPJ 10.175.675/0001-25). Data: 26/9/2025. Validade: até 25/11/2025, doc. 1041144;

0.0.0. - TECHFRIO & MOBILI IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO (CNPJ 14.191.074/0001-67). Data: 3/10/2025. Validade: até 28/10/2025, doc. 1041181;

0.0.0. - LOJAS PERIN LTDA (CNPJ 10.138.105/0001-65). Data: 24/9/2025. Validade: até 24/10/2025, doc. 1041144;

0.0.0. - LIRA & CIA LTDA (CNPJ 05.936.844/0001-62). Data: 1/10/2025. Validade: até 1/11/2025, doc. 1041147 págs. 3-4;

0.0.0. - ALEX SANTOS MACEIO LTDA / WAN INFORMÁTICA E TECNOLOGIA (CNPJ 05.664.312/0001-13). Data: 1/10/2025. Validade: até 1/11/2025, doc. 1041147, pag. 5.

0.0.0.



Documento assinado eletronicamente por **JOAQUIM EDUARDO DOS SANTOS, Promotor(a) de Justiça**, em 22/10/2025, às 13:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.mpr.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.mpr.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1038108** e o código CRC **08091FAC**.



LOJAS PERIN LTDA

Cnpj: 10.138.105/0001-65

Telefone:

Endereço: AVENIDA MAJOR WILLIAMS, 1147, , Centro, Boa Vista - RR, 69301-110

Data de Emissão: 24/09/2025

Cliente: CLIENTES DIVERSOS

Telefone: (95) 3621-4800

E-mail:

Validade: 24/10/2025

Nº Orçamento: 752

Para mais informações entrar em contato com consultor(a): 91735 - AISLAN TEIXEIRA DA SILVA - MATRIZ

PRODUTOS

Seq.	Descrição	Qtde	Vi. Unitário	% Desc.	Vi. Desc.	Total
1	56521 – CONJ.POLT.AUDIT.3LUG. 4005 CZ-PTO BCO AMER.INJ.EP	2	3.369,00	10,00%	674,00	6.064,00
/ Opção: 1						
2	122377 – ESTACAO DE TRABALHO 1500X1500 CINZA CRISTAL	5	1.278,00	10,02%	640,00	5.750,00
/ Opção: 1						
3	117208 – POLT. DIRETOR GIRAT. 4002 START RELAX 50NY-SL-EP VINIL PRETO	5	1.315,00	10,04%	660,00	5.915,00
/ Opção: 1						
4	129049 – CADEIRA FIXA APROX. 4008 START P-L2048-INJ-EP TEC. PRETO	12	465,00	9,89%	552,00	5.028,00
/ Opção: 1						
5	128741 – ESTOFADO 3 LUG. 3109-C-2738-079 PRETO LISO	1	2.859,00	10,00%	286,00	2.573,00
/ Opção: 1						
6	122771 – POLT. FIXA VELO-SI-TL CB-C-BR-CR PRETO EST. CROM.	2	2.115,00	10,02%	424,00	3.806,00
/ Opção: 1						
7	83200 – REFRIG. 117 LTS 1P. BRANCO.	1	2.275,00	9,98%	227,00	2.048,00
/ Opção: 1						
8	122378 – ARM. ESC. 2P. ALTO PRETO-EMBUIA TERRA	1	1.115,00	10,04%	112,00	1.003,00
/ Opção: 1						
9	3510 – TELEVISOR 50 AIWA ANDROID BORDA INF. 4K 5026-02	1	3.218,00	10,01%	322,00	2.896,00
/ Opção: 1						

FORMAS DE PAGAMENTO

Total Bruto: R\$ 38.980,00

Pix chave: 1x de R\$ 35.083,00  
R\$

Total com Desconto: R\$ 3.897,00

Total: R\$ 35.083,00

OBSERVAÇÕES

PRODUTOS A PRONTA ENTREGA.

CONTATO: AISLAN-95 99147 7883





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA**

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SETOR DE COMPRAS, CONTRATOS E CONVÊNIOS

**ORÇAMENTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA – MPRR**

Item	Descrição do Serviço	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	<b>Frigobar</b> , com capacidade de 117 a 122 (cento e dezessete a cento e vinte dois) litros, com selo de eficiência energética PROCEL padrão "A", 127 volts, na cor branca.	Unid.	01	1890,00	1890,00
2	<b>Smart TV</b>  Descrição Painel Dynamic Crystal Color Gaming Hub Design AirSlim Som em Movimento Virtual AI Energy Mode Alexa built in  <b>ESPECIFICAÇÕES</b> HDMI USB Wi-Fi Bluetooth Saída de Áudio Digital (Óptica) Entrada de RF (terrestre/entrada de cabo) Apple AirPlay Experiência Multi Dispositivo Multitela Alexa Bixby Som adaptativo	Unid.	01		

MAO tem

**DIMENSÕES**

Altura: 64,4cm

Largura: 111,8cm

Profundidade: 2,5cm

Peso: 11,2kg

Marca de Referência: Sansung ou similar

**Tem documentação para contratar com a Administração Pública?**

SIM



NÃO

Sendo esta cotação a mais vantajosa entre todas, tem interesse em contratar com o Ministério Público do Estado de Roraima, observando-se que o serviço será prestado mediante emissão de Ordem de Serviço e o pagamento será realizado por nota de empenho?



SIM



NÃO

Validade da Proposta:

\_\_\_\_ Dias

Telefone:

E-mail:

Servidor Responsável pela Cotação:

Fone:

CARIMBO CNPJ

05 936 344 / 0001-62

LIRA &amp; CIA. LTDA.

Av. Major Williams, 958 -- São Fco.

S CEP 69301-110 S

Boa Vista -- Roraima

Boa Vista/RR 1 / 10 / 05

Nome e Assinatura do Responsável



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA**

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SETOR DE COMPRAS, CONTRATOS E CONVÊNIOS

**ORÇAMENTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA – MPRR**

Item	Descrição do Serviço	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	<b>Frigobar</b> , com capacidade de 117 a 122 (cento e dezessete a cento e vinte dois) litros, com selo de eficiência energética PROCEL padrão "A", 127 volts, na cor branca.	Unid.	01	1.699,00	1.699,00

**Tem documentação para contratar com a Administração Pública?**

☒ SIM

☐ NÃO

Sendo esta cotação a mais vantajosa entre todas, tem interesse em contratar com o Ministério Público do Estado de Roraima, observando-se que o serviço será prestado mediante emissão de Ordem de Serviço e o pagamento será realizado por nota de empenho?

☒ SIM

☐ NÃO

Validade da Proposta:

30 Dias

Telefone: 99125 - 1617

E-mail: vendas@waninformatica.com.br.

CARIMBO CNPJ

CNPJ: 05.664.312/0001-13

ALEX SANTOS MACEIO

RUA CASTELO BRANCO 2817

SÃO VICENTE (95) 3224-1075

69.303-460 BOA VISTA - RR

Boa Vista/RR 01/10/2025

Nome e Assinatura do Responsável






**AMÉRICA MÓVEIS E ELETRO LTDA-EPP**

CNPJ.10.175.675/0001-25 INSCRIÇÃO ESTADUAL: CGF-240.154.981  
Rua: Antônio Pinheiro Galvão, 937 – Buritis Boa Vista-RR CEP. 69.309-181  
LOJA FÍSICA: AV. MÁRIO HOMEM DE MELO, 1865 - MECEJANA

PROPOSTA DE VENDA Nº 004 / 09/ 2025

CLIENTE : MINISTERIO PUBLICO DE RORAIMA – PROCURADORIA GERRAL DE JUSTIÇA.

ITEM	PRODUTO	UND.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	 <p>Longarina de 2 lugares executiva modelo premium – base cromada – marca: Plaxmetal.</p>	un	02	2.658,00	5.316,00
02	 <p>Não temos esse produto p/ pronta entrega</p> <p>Mesa em "L", medindo: largura: 1.35x1.35m; Altura 74cm; Profundidade 60cm. Tampo de 25mm. Revestida em melaminio na cor Ameixa/preto. (Marca: Gebb Work)</p>	UN	05	1.649,00	8.245,00
03	 <p>Cadeira secretária ergonômica, com sistema SRE, base em aço tipo aranha, pistão a gás, assento e encosto em espuma injetada, apoio de braço "SL", revestida em vinil na cor vermelha. (Marca Cavaletti – Ref. 4064 - Linha Stilo )</p> <p>OBS: ( SRE = Sistema de Regulagem de Encosto)</p>	UN	05	1.159,00	5.795,00

**Perfeito para seu ambiente.**

**Perfeito para seu negócio.**

**Whatsaap – (95) 99171-8720**



**AMÉRICA MÓVEIS E ELETRO LTDA-EPP**

CNPJ.10.175.675/0001-25 INSCRIÇÃO ESTADUAL: CGF-240.154.981  
Rua: Antônio Pinheiro Galvão, 937 – Buritis Boa Vista-RR CEP. 69.309-181  
LOJA FÍSICA: AV. MÁRIO HOMEM DE MELO, 1865 - MECEJANA

04	 <p>Cadeira tipo diretor executiva de aproximação fixa, assento e encosto em espuma, apoio de braço fixo, base em aço tipo tubular, com sistema sincron, revestido em vinil (courino) na cor vermelha. (Marca: Cavaletti Ref. 16506 S – Linha: NewNet)</p>	UN	12	1.358,00	16.296,00
05	 <p>Estofado de 3 lugares, com duas almofadas; Medindo: - Largura 1.80m. - Profundidade 80cm. - Altura do assento ao piso: 45cm. - Revestimento: vinil (courino) na cor preto. (Marca: LOUREÇO)</p>	UN	01	2.197,00	2.197,00
06	 <p>Poltrona para recepção. Medindo: - Largura 87cm - Profundidade 67cm - Altura do assento ao piso: 42cm. - Revestimento: vinil (courino) na cor preto. (Marca: Matrix)</p>	UN	02	1.435,00	2.870,00



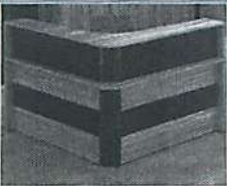
**Perfeito para seu ambiente.  
Perfeito para seu negócio.  
Whatsaap – (95) 99171-8720**

**AMÉRICA MÓVEIS E ELETRO LTDA-EPP**

CNPJ.10.175.675/0001-25 INSCRIÇÃO ESTADUAL: CGF-240.154.981

Rua: Antônio Pinheiro Galvão, 937 – Buritis Boa Vista-RR CEP. 69.309-181

LOJA FÍSICA: AV. MÁRIO HOMEM DE MELO, 1865 - MECEJANA

07		UN	01	1.398,00	1.398,00
Armário alto com 02 portas e três prateleiras internas; medindo: Altura 1.61m; largura 80cm; profundidade 45cm; revestido de melaminio na cor Ameixa/preto. (Marca: Gebb Work).					
08		UN	01	1.216,00	1.216,00
Mesa de reunião redonda em MDP, de 1.20m de diâmetro, 74cm de altura, tampo 25mm, revestida em melaminio na Marsala/preto. (Marca: Gebb Work)					
09		UN	01	3.558,00	3.558,00
Balcão em "L", em aglomerado, medindo: Largura: 1.50x1,50m; Altura 1.10m; Profundidade: 60cm; Tampo de 25mm. Sem gavetas; revestido em melaminio na cor Ameixa/preto. Marca: Gebb Work).					

VALOR TOTAL A PAGAR: **46.891,00**

**OBSERVAÇÃO: (\*\*)**

N entrega será em 60 dias, após a compra.

Data da Proposta: 26 / 09/ 2025  
Validade da Proposta: 30 dias  
Forma de Pagamento: À vista.  
Prazo de Entrega: 60 dias, após a compra.

**DADOS BANCÁRIOS**

BANCO DO BRASIL  
AGENCIA: 2617-4  
CONTA: 113-313-6  
CHAVE PIX: 10 175 675 0001 25

AMÉRICA MÓVEIS E ELETRO LTDA-EPP  
Rua Antônio Pinheiro Galvão, 937 Buritis  
Boa Vista – Roraima – CEP. 69.309-181  
CNPJ: 10.175.675/0001-25 – I.E: 240154981

Ivelto M de Souza  
95. 99171-8720

**Perfeito para seu ambiente.  
Perfeito para seu negócio.  
Whatsaap – (95) 99171-8720**

LOJAS PERIN LTDA

Cnpj: 10.138.105/0001-65

Telefone:

Endereço: AVENIDA MAJOR WILLIAMS, 1147, , Centro, Boa Vista - RR, 69301-110

Data de Emissão: 24/09/2025

Cliente: CLIENTES DIVERSOS

Telefone: (95) 3621-4800

E-mail:

Validade: 24/10/2025

Nº Orçamento: 752

Para mais informações entrar em contato com consultor(a): 91735 - AISLAN TEIXEIRA DA SILVA - MATRIZ

PRODUTOS

Seq.	Descrição	Qtde	Vi. Unitário	% Desc.	Vi. Desc.	Total
1	56521 – CONJ.POLT.AUDIT.3LUG. 4005 CZ-PTO BCO AMER.INJ.EP	2	3.369,00	10,00%	674,00	6.064,00
/ Opção: 1						
2	122377 – ESTACAO DE TRABALHO 1500X1500 CINZA CRISTAL	5	1.278,00	10,02%	640,00	5.750,00
/ Opção: 1						
3	117208 – POLT. DIRETOR GIRAT. 4002 START RELAX 50NY-SL-EP VINIL PRETO	5	1.315,00	10,04%	660,00	5.915,00
/ Opção: 1						
4	129049 – CADEIRA FIXA APROX. 4008 START P-L2048-INJ-EP TEC. PRETO	12	465,00	9,89%	552,00	5.028,00
/ Opção: 1						
5	128741 – ESTOFADO 3 LUG. 3109-C-2738-079 PRETO LISO	1	2.859,00	10,00%	286,00	2.573,00
/ Opção: 1						
6	122771 – POLT. FIXA VELO-SI-TL CB-C-BR-CR PRETO EST. CROM.	2	2.115,00	10,02%	424,00	3.806,00
/ Opção: 1						
7	83200 – REFRIG. 117 LTS 1P. BRANCO.	1	2.275,00	9,98%	227,00	2.048,00
/ Opção: 1						
8	122378 – ARM. ESC. 2P. ALTO PRETO-EMBUIA TERRA	1	1.115,00	10,04%	112,00	1.003,00
/ Opção: 1						
9	3510 – TELEVISOR 50 AIWA ANDROID BORDA INF. 4K 5026-02	1	3.218,00	10,01%	322,00	2.896,00
/ Opção: 1						

FORMAS DE PAGAMENTO

Total Bruto: R\$ 38.980,00

Pix chave: 1x de R\$ 35.083,00  
R\$

Total com Desconto: R\$ 3.897,00

Total: R\$ 35.083,00

OBSERVAÇÕES

PRODUTOS A PRONTA ENTREGA.

CONTATO: AISLAN-95 99147 7883





Boa vista - RR, 03 de outubro de 2025

TECHFRIO & MOBILI COMERCIO E IMPORTAÇÃO

Ao Ministério Público do estado de Roraima

Prezados,

Conforme solicitação feita por contato telefônico e posterior envio de e-mail encaminhamos abaixo proposta de preços atualizada, bem como condições para o fornecimento:

Cotação

ITEM	MODELO		QTD	PREÇO UNITARIO	PREÇO TOTAL
01		POLTRONA 16501 ESTRUTURA PRETA	1	R\$2.999,00	R\$2.999,00
02		POLTRONA 16003 ENCOSTO TELA PRETA	1	R\$1.799,00	R\$1.799,00
03		POLTRONA GIRATORIA 4001 VINIL PRETA	1	R\$1.699,00	R\$1.699,00
04		CADEIRA GIRATORIA OPERACIONAL	1	R\$1.399,00	R\$1.399,00

05		POLTRONA TIPO LONGARINA 03 LUGARES	1	R\$4.559,00	R\$4.559,00
06		SOFA 01 LUGAR PRETO	1	R\$2.999,00	R\$2.999,00
07		SOFA 02 LUGARES PRETO	1	R\$3.499,00	R\$3.499,00
08		SOFA 03 LUGARES	1	R\$4.299,00	R\$4.299,00
09		MESA DELTA 160X060	1	R\$2.359,00	R\$2.359,00
10		MESA PE TRAVE COM GAVETAS	1	R\$1.799,00	R\$1.799,00
11		MESA RETA PE TRAVE SEM GAVETAS	1	R\$1.499,00	R\$1.499,00



12		GAVITEIRO 04 GAVETAS COM RODIZIO	1	R\$899,00	R\$899,00
13		MESA REUNIAO 205X120	1	R\$1.999,00	R\$1.999,00
14		MESA REUNIAO 200X120	1	R\$1.599,00	R\$1.599,00
15		AMARIO DUPLO 04 PORTAS	1	R\$1.799,00	R\$1.799,00
		ARMARIO ALTO EXECUTIVO	1	R\$2.599,00	R\$2.599,00

Validade da proposta: 25 dias



Responsável: Marcos Milton Rodrigues Matrícula: 00364 Telefone: (95) 3621-2900 Departamento: SCCC

## Relatório de Cotação: Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais e Familiares

Pesquisa realizada entre 03/10/2025 10:49:37 e 03/10/2025 12:01:54

Relatório gerado no dia 03/10/2025 12:02:44 (IP: 2801:80:1200::b01a:71)

Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133).

**Método Matemático Aplicado:** Média Aritmética dos preços obtidos - Preço calculado com base na média aritmética de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item.

Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 3º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC V-Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

### Item 1: Longarina 3 lugares

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	% VALOR GLOBAL	TOTAL
1 / 40	1	R\$ 905,95 (un)	-	R\$ 905,95	6,5%	R\$ 905,95

Preço Compras Governamentais	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	MINISTÉRIO DA DEFESA   Comando da Aeronáutica   GRUPAMENTO DE APOIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	Dispensa de Licitação Nº 925/2025 UASG: 120016	10/09/2025	R\$ 905,95
Valor Unitário				R\$ 905,95

Mediana dos Preços Obtidos: R\$ 905,95

Média dos Preços Obtidos: R\$ 905,95

### Item 2: Estação de trabalho em L

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	% VALOR GLOBAL	TOTAL
1 / 12	1	R\$ 1.942,04 (un)	-	R\$ 1.942,04	13,9%	R\$ 1.942,04

Preço Compras Governamentais	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	00.530.279/0005-49 - PODER LEGISLATIVO   Senado Federal	NºPregão:900872025 UASG:020001	23/07/2025	R\$ 1.942,04
Valor Unitário				R\$ 1.942,04

Mediana dos Preços Obtidos: R\$ 1.942,04

Média dos Preços Obtidos: R\$ 1.942,04



Item 3: Cadeira Escritório Giratória

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	% VALOR GLOBAL	TOTAL	
1 / 45	1	R\$ 1.338,40 (un)	-	R\$ 1.338,40	9,6%	R\$ 1.338,40	
Preço Compras Governamentais	Órgão Público			Identificação	Data Licitação	Preço	
		1		MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE BROTAS	Dispensa de Licitação Nº 90674/2025 UASG: 931862	29/08/2025	R\$ 1.338,40
		Valor Unitário		R\$ 1.338,40			
Mediana dos Preços Obtidos: R\$ 1.338,40				Média dos Preços Obtidos: R\$ 1.338,40			

Item 4: Cadeira Escritório Fixa

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	% VALOR GLOBAL	TOTAL
1 / 10	1	R\$ 305,76 (un)	-	R\$ 305,76	2,2%	R\$ 305,76
Preço Compras Governamentais	Órgão Público	Identificação			Data Licitação	Preço
1	Prefeitura Municipal de Honório Serpa			NºPregão:900172025 UASG:989981	02/09/2025	R\$ 305,76
Valor Unitário						R\$ 305,76
Mediana dos Preços Obtidos: R\$ 305,76				Média dos Preços Obtidos: R\$ 305,76		

Item 5: Sofá 3 lugares

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	% VALOR GLOBAL	TOTAL
1 / 3	1	R\$ 2.166,67 (un)	-	R\$ 2.166,67	15,5%	R\$ 2.166,67
Preço Compras Governamentais	Órgão Público	Identificação			Data Licitação	Preço
1	17.217.985/0058-40 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO   Universidade Federal de Minas Gerais   Administração Geral			NºPregão:900032025 UASG:153254	13/05/2025	R\$ 2.166,67
Valor Unitário						R\$ 2.166,67
Mediana dos Preços Obtidos: R\$ 2.166,67				Média dos Preços Obtidos: R\$ 2.166,67		

Item 6: Poltrona Recepção/Escritório

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	% VALOR GLOBAL	TOTAL
1 / 1	1	R\$ 1.790,00 (un)	-	R\$ 1.790,00	12,8%	R\$ 1.790,00
Preço Compras Governamentais	Órgão Público	Identificação			Data Licitação	Preço
1	MUNICIPIO DE LAGARTO / 13124052000111 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGARTO	13124052000111-1-000106/2025			20/08/2025	R\$ 1.790,00
Valor Unitário		R\$ 1.790,00				
		Mediana dos Preços Obtidos: R\$ 1.790,00		Média dos Preços Obtidos: R\$ 1.790,00		



Item 7: Armário para escritório com 2 portas

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	% VALOR GLOBAL	TOTAL	
1 / 13	1	R\$ 1.114,83 (un)	-	R\$ 1.114,83	8%	R\$ 1.114,83	
Preço Compras Governamentais	Órgão Público				Identificação	Data Licitação	Preço
	1	GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ   CAMARA MUNICIPAL DE ARAUCARIA			NºPregão:900042025 UASG:926434	08/05/2025	R\$ 1.114,83
	Valor Unitário						R\$ 1.114,83
		Mediana dos Preços Obtidos: R\$ 1.114,83		Média dos Preços Obtidos: R\$ 1.114,83			

Item 8: Mesa redonda para reunião com 6 lugares

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	% VALOR GLOBAL	TOTAL	
1 / 7	1	R\$ 660,43 (un)	-	R\$ 660,43	4,7%	R\$ 660,43	
Preço Público	Órgão Público				Identificação	Data Licitação	Preço
1	87.691.507/0001-17 - Prefeitura Municipal de Capão do Leão			384101	28/04/2025	R\$ 660,43	
Valor Unitário		R\$ 660,43					
		Mediana dos Preços Obtidos: R\$ 660,43		Média dos Preços Obtidos: R\$ 660,43			

Item 9: Balcão de Recepção/Escritório

PREÇOS / PROPOSTAS		QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	% VALOR GLOBAL	TOTAL
1 / 1		1	R\$ 2.249,00 (un)	-	R\$ 2.249,00	16,1%	R\$ 2.249,00
Preço Público	Órgão Público				Identificação	Data Licitação	Preço
1	18.409.219/0001-04 - Prefeitura Municipal de Santa Maria do Suaçui			64658-Prefeitura Municipal de Santa Maria do Suaçui-392025-282025	10/06/2025	R\$ 2.249,00	
Valor Unitário			R\$ 2.249,00				
			Mediana dos Preços Obtidos: R\$ 2.249,00		Média dos Preços Obtidos: R\$ 2.249,00		

Item 10: Frigorbar

PREÇOS / PROPOSTAS		QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	% VALOR GLOBAL	TOTAL
1 / 16		1	R\$ 1.518,60 (un)	-	R\$ 1.518,60	10,9%	R\$ 1.518,60
Preço Público	Órgão Público				Identificação	Data Licitação	Preço
1	ASSESSORIA ESPECIAL DA VICE-GOVERNADORIA				2025/22139	01/09/2025	R\$ 1.518,60
Valor Unitário							R\$ 1.518,60

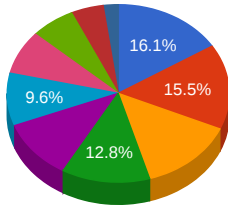


Valor Global: R\$ 13.991,68

## Valor do item em relação ao total

- 1) Balcão de ...  
2) Sofá 3 lugares  
3) Estação de...  
4) Poltrona R...  
5) Frigobar  
6) Cadeira Es...  
7) Armário para...

▲ 1/2 ▼



## Detalhamento dos Itens

## Item 1: Longarina 3 lugares

Preço Estimado: R\$ 905,95 (un)

Percentual: -

Preço Estimado Calculado: R\$ 905,95

Média dos Preços Obtidos: R\$ 905,95

Quantidade	Descrição	Observação
1 Unidade	Revestimento do assento e encosto em tecido polipropileno. Apoio de braços tipo americano. Dimensões mínimas: 1985cm L x 915cm A x 670 cm P. Capacidade de carga: 110kg. Cores preta ou vermelha.	

## Preço (Compras Governamentais) 1: Média das 10 Melhores Propostas Iniciais

R\$ 905,95

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Órgão: MINISTÉRIO DA DEFESA

Comando da Aeronáutica

GRUPAMENTO DE APOIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

**Objeto:** LONGARINA DE 03 LUGARES: Longarina metálica com 3 lugares, Barra de aço 40 x 80 mm com 1,5 mm de espessura pintura eletrostática na cor preta

**Descrição:** Cadeira Sobre Longarina material assento e encosto: espuma injetada, material revestimento assento e encosto: couro ecológico, cor: preta, quantidade assentos: 3, características adicionais: com braços fixos, material estofamento: espuma de poliuretano in - material assento e encosto: espuma injetada, material revestimento assento e encosto: couro ecológico, cor: preta, quantidade assentos: 3, características adicionais: com braços fixos, material estofamento: espuma de poliuretano injetado, material estrutura: aço, acabamento superficial longarina: tratamento antiferruginoso, pintura epoxi pó preto, cor longarina: preta LONGARINA DE 03 LUGARES: Longarina metálica com 3 lugares, Barra de aço 40 x 80 mm com 1,5 mm de espessura pintura eletrostática na cor preta, apoio de braços anatômico cromado, pés formato de Y cromados (conforme termo de referencia)

Data: 10/09/2025 12:21

Modalidade: Dispensa

SRP: NÃO

**Identificação:** Dispensa de Licitação Nº 925/2025 / UASG: 120016

Lote/Item: /1

Ata: [Link Ata](#)

Homologação: 18/09/2025 16:38

Fonte: [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br)

Quantidade: 50

Unidade: Unidade

UF: SP

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Inicial
32.264.264/0001-49	32.264.264 FLAVIO SENA AZEVEDO	R\$ 849,50
<b>Marca:</b>		
<b>Fabricante:</b> Fabricante não informado		
<b>Modelo:</b>		
<b>Descrição:</b> Descrição não informada		
<b>Endereço:</b>		
,		



CNPJ	Razão Social do Fornecedor				Valor da Proposta Inicial	
42.519.684/0001-82	MCA ASSESSORIA, IMPORTACAO E COMERCIO LTDA				R\$ 860,00	
<b>Marca:</b> <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada						
<b>Estado:</b> SP	<b>Cidade:</b> Paulínia	<b>Endereço:</b> AV JOSE PUCCINELLI, 110	<b>Nome de Contato:</b> Marcone	<b>Telefone:</b> (19) 3888-2279	<b>Email:</b> suprimentos@groupmca.com.br	
58.445.371/0001-67	NS SILVA LTDA UF endereço: PR				R\$ 918,00	
<b>Marca:</b> <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada						
<b>Endereço:</b> HORÁCIO RACCANELLO FILHO,ADVOGADO, 6326				<b>Telefone:</b> (44) 3041-5125	<b>Email:</b> empenhos@nssilva.com.br	
55.372.235/0001-04	55.372.235 AMANDA FLAVIA REIS UF endereço: SP				R\$ 918,00	
<b>Marca:</b> <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada						
<b>Endereço:</b> ,						
01.795.543/0001-05	GVS COMERCIO E INDUSTRIA DE MOVEIS LTDA				R\$ 919,00	
*VENCEDOR*						
<b>Marca:</b> MARCA PROPRIA <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> LONG-03 <b>Descrição:</b> Descrição não informada						
<b>Estado:</b> PR	<b>Cidade:</b> Maringá	<b>Endereço:</b> RUA ALEXANDRE FLEMING, 583	<b>Telefone:</b> (44) 3224-5602/ (44) 9142-7110		<b>Email:</b> moveismmd@gmail.com	
07.835.506/0001-60	ROGER EDUARDO DOS SANTOS				R\$ 919,00	
<b>Marca:</b> <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada						
<b>Estado:</b> SP	<b>Cidade:</b> Várzea Paulista	<b>Endereço:</b> AVENIDA DAS LELIAS, 1695	<b>Telefone:</b> (11) 4606-1857		<b>Email:</b> notasfiscais.forterocha@gmail.com	
29.604.920/0001-09	29.604.920 FRANSUELEN CAMPOS EMERICH				R\$ 919,00	
<b>Marca:</b> Longarina 3 Lugares Cromado Pra <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> Longarina 3 Lugares Cromado <b>Descrição:</b> Descrição não informada						
<b>Endereço:</b> ,						
55.560.094/0001-45	EXIMIO PRODUTOS E COMERCIO LTDA				R\$ 919,00	
<b>Marca:</b> <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada						
<b>Endereço:</b> ACACIA DE PAULA, 140			<b>Telefone:</b> (38) 9811-5700		<b>Email:</b> eximioprodutos@gmail.com	





CNPJ	Razão Social do Fornecedor					Valor da Proposta Inicial
55.935.152/0001-78	BERTAMI SOLUCOES E PROJETOS LTDA UF endereço: SP					R\$ 919,00
<b>Marca:</b> BER <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> Cadeira <b>Descrição:</b> Descrição não informada  <b>Endereço:</b> ,						
60.896.951/0001-12	60.896.951 MARCOS TULIO DE CARVALHO UF endereço: MG					R\$ 919,00
<b>Marca:</b> similar <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> sim <b>Descrição:</b> Descrição não informada  <b>Endereço:</b> ,						
31.227.691/0001-94	M.DE L.TRINDADE DA SILVA - MOVEIS					R\$ 919,00
<b>Marca:</b> <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada						
<b>Estado:</b> SP	<b>Cidade:</b> São José dos Campos	<b>Endereço:</b> R BAKHOS YOSSEF ALWAN, 290	<b>Nome de Contato:</b> Vendas	<b>Telefone:</b> (12) 3341-2001	<b>Email:</b> marfvale@uol.com.br	
39.781.895/0001-84	ROGERIO LOBAO CONSULTORIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO LTDA					R\$ 919,00
<b>Marca:</b> <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada						
<b>Endereço:</b> BRAZ CUBAS, 37		<b>Telefone:</b> (13) 9741-9857		<b>Email:</b> rogeriolobao@hotmail.com		
35.794.003/0001-29	PHM COMERCIO E CONFECÇOES LTDA					R\$ 919,00
<b>Marca:</b> <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada						
<b>Estado:</b> SC	<b>Cidade:</b> Joinville	<b>Endereço:</b> R CORONEL PROCOPIO GOMES, 1568	<b>Telefone:</b> (48) 9648-6520/ (48) 9602-9218		<b>Email:</b> phmleiloes@gmail.com	
60.920.490/0001-76	60.920.490 SILVIA GOMES DE CAMPOS DA ROSA UF endereço: RS					R\$ 919,00
<b>Marca:</b> <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada  <b>Endereço:</b> ,						
40.273.957/0001-26	JEOZADAQUE LIRA SILVA 02863451103					R\$ 919,80
<b>Marca:</b> <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada						
<b>Estado:</b> MA	<b>Cidade:</b> Buriticupu	<b>Endereço:</b> R MERCADO, 06	<b>Nome de Contato:</b> JEOZADAQUE LIRA SILV	<b>Telefone:</b> (98) 8436-5777	<b>Email:</b> contato@jlsilvaltda.com	
48.489.837/0001-72	48.489.837 JAILTON SILVA AMARO					R\$ 919,83
<b>Marca:</b> <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada						
<b>Endereço:</b> R FREDERICO JENSEN, 2299		<b>Nome de Contato:</b> BERNARDO		<b>Telefone:</b> (47) 9137-7418	<b>Email:</b> jblciticacoes2@gmail.com	



CNPJ		Razão Social do Fornecedor		Valor da Proposta Inicial	
49.092.611/0001-04		49.092.611 JOSANGELA SILVEIRA MELO		R\$ 919,83	
<b>Marca:</b> <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada  <b>Endereço:</b> ,					
52.550.737/0001-81		52.550.737 DIONIR FAGUNDES JUNIOR		R\$ 919,83	
<b>Marca:</b> <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada  <b>Endereço:</b> ,					
57.302.873/0001-76		57.302.873 EDER DE SOUZA CABRAL		R\$ 919,83	
<b>Marca:</b> rf <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> rf <b>Descrição:</b> Descrição não informada  <b>Endereço:</b> ,					
29.324.539/0001-88		EMMANUEL COMERCIO DE MOVEIS EIRELI		R\$ 919,83	
<b>Marca:</b> <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada  <b>Estado:</b> SP <b>Cidade:</b> Jardinópolis <b>Endereço:</b> RUA EMPREITEIRO HERALDO SILVA, 137 <b>Telefone:</b> (16) 3663-2343 / (16) 9388-5873 <b>Email:</b> jrcontescritorio@gmail.com					
85.515.542/0001-50		PRIMAX INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA		R\$ 919,83	
<b>Marca:</b> <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada  <b>Estado:</b> PR <b>Cidade:</b> Rolândia <b>Endereço:</b> AVENIDA SAO JOAO, 1155 <b>Nome de Contato:</b> VINICIUS <b>Telefone:</b> (43) 3255-2239 <b>Email:</b> licita.primax@gmail.com					
48.049.309/0001-00		SERAPIAO COMERCIO DE UTILIDADES LTDA		R\$ 919,83	
<b>Marca:</b> <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada  <b>Endereço:</b> MINAS GERAIS, 411 <b>Nome de Contato:</b> Maria José <b>Telefone:</b> (14) 9906-8688 <b>Email:</b> zeze_serapiao@hotmail.com					
43.450.632/0001-60		TECNO-FLEX DE MOGI MIRIM INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA		R\$ 919,83	
<b>Marca:</b> <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada  <b>Estado:</b> SP <b>Cidade:</b> Mogi Mirim <b>Endereço:</b> AV CAETANO SCHINCARIOL, 325 <b>Telefone:</b> (19) 3022-6150 <b>Email:</b> administrativo@tecnoflexdemogimirim.com					
58.434.877/0001-70		58.434.877 ERIVELTO CAMARGO		R\$ 920,00	
<b>Marca:</b> <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada  <b>Endereço:</b>					



CNPJ	Razão Social do Fornecedor				Valor da Proposta Inicial	
59.298.287/0001-20	59.298.287 YAIMA HERNANDEZ AGUERO UF endereço: ES				R\$ 920,00	
<b>Marca:</b> <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada						
<b>Endereço:</b> ,						
27.840.547/0001-51	AJR COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA				R\$ 930,00	
<b>Marca:</b> <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada						
<b>Estado:</b> SP	<b>Cidade:</b> Itapevi	<b>Endereço:</b> RUA WALDEMAR PETENA DE OLIVEIRA, 324	<b>Nome de Contato:</b> DAVID	<b>Telefone:</b> (11) 4142-3789	<b>Email:</b> vendedores@ajrcompany.com.br	
48.390.301/0001-03	JUAN FELYPE MATIAS SILVA 08150189165 UF endereço: GO				R\$ 937,21	
<b>Marca:</b> <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada						
<b>Endereço:</b> ,						
59.348.026/0001-78	MERCURY REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: SP				R\$ 1.000,00	
<b>Marca:</b> <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada						
<b>Endereço:</b> ,						
41.403.899/0001-70	41.403.899 JAASIEL SILVA ALENCAR				R\$ 1.000,00	
<b>Marca:</b> <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada						
<b>Endereço:</b> JUVENAL DE CASTRO, 316		<b>Telefone:</b> (85) 9163-3665		<b>Email:</b> durnitrade.adm@gmail.com		
23.182.624/0001-72	GABRIEL CARVALHO E MOTA 98210114204				R\$ 1.000,00	
<b>Marca:</b> <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada						
<b>Estado:</b> PA	<b>Cidade:</b> Belém	<b>Endereço:</b> PSG GRAO PARA, 42	<b>Telefone:</b> (91) 8114-5124		<b>Email:</b> mota_gabriel@hotmail.com	
21.739.879/0001-68	MARY ANN SILVA VIANA 62424637334				R\$ 1.000,00	
<b>Marca:</b> <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada						
<b>Estado:</b> CE	<b>Cidade:</b> Paracuru	<b>Endereço:</b> RUA SAO JOAO EVANGELISTA, 679			<b>Telefone:</b> (85) 8707-1010	



CNPJ	Razão Social do Fornecedor		Valor da Proposta Inicial	
51.338.619/0001-41	MANPRIME SOLUCOES LTDA		R\$ 1.000,00	
<b>Marca:</b> <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada				
<b>Endereço:</b> ABILIO MOREIRA DE MIRANDA, 45		<b>Telefone:</b> (22) 9281-4838	<b>Email:</b> contato@manprime.com.br	
46.017.784/0001-61	LUZIMAR DUARTE SANTOS 78891035491		R\$ 1.000,00	
<b>Marca:</b> <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada				
<b>Estado:</b> PB	<b>Cidade:</b> Rio Tinto	<b>Endereço:</b> 10 R RUA CONCORDIA, 5370	<b>Telefone:</b> (83) 9915-2530	<b>Email:</b> luzimar.rt@gmail.com
34.783.705/0001-44	34.783.705 ANA PAULA OLIVEIRA ROSCHEL		R\$ 1.000,00	
<b>Marca:</b> <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada				
<b>Endereço:</b> ,				
57.698.350/0001-90	57.698.350 RODRIGO RALLIELE SILVA ALMEIDA		R\$ 1.000,00	
<b>Marca:</b> <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada				
<b>Endereço:</b> ,				
37.032.250/0001-13	CAROLINE WERLANG		R\$ 1.000,00	
<b>Marca:</b> plax <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> conf <b>Descrição:</b> Descrição não informada				
<b>Estado:</b> RS	<b>Cidade:</b> Erechim	<b>Endereço:</b> R RAUL ANTONIO BEVILACQUA, 120	<b>Telefone:</b> (45) 9969-1329	<b>Email:</b> cwcomercio@hotmail.com
55.883.863/0001-46	55.883.863 KAROLINNY PEREIRA DOS SANTOS UF endereço: BA		R\$ 1.000,00	
<b>Marca:</b> <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada				
<b>Endereço:</b> ,				
60.201.454/0001-52	60.201.454 LEONARDO QUEIROZ SEVERO UF endereço: SP		R\$ 2.000,00	
<b>Marca:</b> <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada				
<b>Endereço:</b> ,				



CNPJ	Razão Social do Fornecedor		Valor da Proposta Inicial	
47.863.106/0001-82	WOOD STEEL COMERCIO DE MOVEIS LTDA		R\$ 5.000,00	
<b>Marca:</b> mogiflex				
<b>Fabricante:</b> Fabricante não informado				
<b>Modelo:</b> especial				
<b>Descrição:</b> Cadeira Sobre Longarina - material assento e encosto: espuma injetada, material revestimento assento e encosto: couro ecológico, cor: preta, quantidade assentos: 3, características adicionais: com braços fixos, material estofamento: espuma de poliuretano injetado, material estrutura: aço, acabamento superficial longarina: tratamento antiferruginoso, pintura epoxi pó preto, cor longarina: preta LONGARINA DE 03 LUGARES: Longarina metálica com 3 lugares, Barra de aço 40 x 80 mm com 1,5 mm de espessura pintura eletrostática na cor preta, apoio de braços anatômico cromado, pés formato de Y cromados (conforme termo de referencia)				
<b>Estado:</b> SP	<b>Cidade:</b> Mogi Mirim	<b>Endereço:</b> R PROFESSOR ARISTIDES GURJAO, 74	<b>Telefone:</b> (35) 9913-1406	<b>Email:</b> woodsteel@gmail.com
49.006.412/0001-28	49.006.412 CLEVYSSON DE ALENCAR ALVES DO NASCIMENT		R\$ 50.000,00	
<b>Marca:</b>				
<b>Fabricante:</b> Fabricante não informado				
<b>Modelo:</b>				
<b>Descrição:</b> Descrição não informada				
<b>Endereço:</b> Q QR 100 CONJUNTO P, 12		<b>Telefone:</b> (61) 9173-5998		<b>Email:</b> contato.caango@gmail.com

Item 2: Estação de trabalho em L

Preço Estimado: R\$ 1.942,04 (un)	Percentual: -	Preço Estimado Calculado: R\$ 1.942,04	Média dos Preços Obtidos: R\$ 1.942,04
Quantidade	Descrição		Observação
1 Unidade	Dimensões mínimas: 74cm A x 150cm L x 150cm L x 61cm P. Tampo em MDP. Acabamento: melamínico. Sem gavetas. Cor cinza ou preta.		

Preço (Compras Governamentais) 1: Média das 10 Melhores Propostas Iniciais R\$ 1.942,04  
Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

<b>CNPJ:</b> 00.530.279/0005-49	<b>Data:</b> 23/07/2025 08:00
<b>Órgão:</b> PODER LEGISLATIVO Senado Federal	<b>Modalidade:</b> Pregão Eletrônico
<b>Objeto:</b> Fornecimento de estações de trabalho e mobiliário acessório para composição dos espaços funcionais do Senado Federal.	<b>SRP:</b> SIM
<b>Descrição:</b> Estação trabalho - ESTAÇÃO TRABALHO, TIPO MULTIFUNCIONAL, COMPONENTES 01 MESA, COMPRIMENTO 120 CM, LARGURA 60 CM, ALTURA 75 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TAMPO INTEIRICO EM L, REVESTIMENTO LAMINADO MELAMÍNICO, ESTRUTURA TUBO METÁLICO, ACABAMENTO ESTRUTURA PINTADO EM EPÓXI, TIPO TAMPO MADEIRA MDF	<b>Identificação:</b> NºPregão:900872025 / UASG:020001
<b>CatMat:</b> 460955 - Estação Trabalho - Tipo: Multifuncional   Componentes: 01 Mesa   Comprimento: 120 CM   Largura: 60 CM   Altura: 75 CM   Características Adicionais: Tampo Inteirico Em L   Revestimento: Laminado Melamínico   Estrutura: Tubo Metálico   Acabamento Estrutura: Pintado Em Epóxi   Tipo Tampo: Madeira Mdf	<b>Lote/Item:</b> /2
	<b>Ata:</b> <a href="#">Link Ata</a>
	<b>Homologação:</b> 06/08/2025 14:21
	<b>Fonte:</b> www.gov.br/compras/pt-br
	<b>Quantidade:</b> 40
	<b>Unidade:</b> Unidade
	<b>UF:</b> DF

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Inicial
20.549.945/0001-74	FORMESPACO MOVEIS E INSTALACOES LTDA.	R\$ 1.900,00
<b>Marca:</b> Formespaço <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> Colonna <b>Descrição:</b> Descrição não informada		
<b>Estado:</b> MG	<b>Cidade:</b> Belo Horizonte	<b>Endereço:</b> RUA CALDAS DA RAINHA, 2090



CNPJ	Razão Social do Fornecedor				Valor da Proposta Inicial
57.778.437/0001-78	COMPRASNET COMERCIAL LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: GO				R\$ 1.900,00
<b>Marca:</b> GEBBWORK/GEBBWORK <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> MESA DE TRABALHO L <b>Descrição:</b> Descrição não informada					
<b>Endereço:</b> ,					
34.766.440/0001-76	IDEIA EDUCATIVA LTDA				R\$ 1.952,50
<b>Marca:</b> ideia educativa <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> mdf <b>Descrição:</b> Descrição não informada					
<b>Endereço:</b> ELIS REGINA, 193		<b>Telefone:</b> (43) 3066-7779		<b>Email:</b> educativaideia@gmail.com	
44.216.778/0001-08	RIVERA MOVEIS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA				R\$ 1.952,56
*VENCEDOR*					
<b>Marca:</b> PROPRIA/FABRICAÇÃO NACIONAL <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> SLIM - SLO15156 <b>Descrição:</b> Descrição não informada					
<b>Estado:</b> SP	<b>Cidade:</b> Araras	<b>Endereço:</b> RODOVIA WILSON FINARDI - SP 191, S/N	<b>Telefone:</b> (19) 3543-2300	<b>Email:</b> queli@riveramoveis.com.br	
21.306.287/0001-52	TECNO2000 INDUSTRIA E COMERCIO LTDA				R\$ 1.952,56
<b>Marca:</b> TECNO2000 <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> BREMEN <b>Descrição:</b> Descrição não informada					
<b>Estado:</b> MG	<b>Cidade:</b> Formiga	<b>Endereço:</b> RUA VEREADOR DECIO DE PAULA, 101	<b>Nome de Contato:</b> André	<b>Telefone:</b> (61)3248-3956	<b>Email:</b> brasil@tecno2000.com.br
27.589.698/0001-89	WOOD CENTER COMERCIO LTDA				R\$ 1.952,56
<b>Marca:</b> MODILAC <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> LINHA ET <b>Descrição:</b> Descrição não informada					
<b>Estado:</b> PR	<b>Cidade:</b> Toledo	<b>Endereço:</b> RUA ANGELO LUIZ PARIZZOTTO, 465	<b>Nome de Contato:</b> SERGIO/TAMARA	<b>Telefone:</b> (45) 3378-3264	<b>Email:</b> woodcentermoveis@gmail.com
09.258.263/0001-70	OFFICE MAX INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA				R\$ 1.952,56
<b>Marca:</b> ITALIA OFFICE <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> LINHA TECH <b>Descrição:</b> Descrição não informada					
<b>Estado:</b> SP	<b>Cidade:</b> Mogi das Cruzes	<b>Endereço:</b> RUA PEDRO GENOVES, 400	<b>Telefone:</b> (11) 4792-6488	<b>Email:</b> acao@contabilidade.com.br	
32.918.377/0001-10	BRADIV INDUSTRIA E COMERCIO LTDA				R\$ 1.952,56
<b>Marca:</b> Bradiv Industria e Comercio Ltda-EPP <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> Bradiv <b>Descrição:</b> Descrição não informada					
<b>Estado:</b> DF	<b>Cidade:</b> Brasília	<b>Endereço:</b> TRECHO SIA TRECHO 2 LOTES 1090 E 1100, 1100	<b>Telefone:</b> (61) 3234-0925	<b>Email:</b> compras@bradiv.com.br	





CNPJ	Razão Social do Fornecedor				Valor da Proposta Inicial	
05.274.894/0001-21	LM MARCENARIA LTDA				R\$ 1.952,56	
Marca: LM MARCENARIA						
Fabricante: Fabricante não informado						
Modelo: LM MARCENARIA						
Descrição: Descrição não informada						
Estado:	Cidade:	Endereço:		Telefone:	Email:	
DF	Brasília	QUADRA AC 419 CONJUNTO C, 03		(61) 9221-9009	marques-luis2007@ig.com.br	
32.289.788/0001-94	TCHARLES GOMES OLIVEIRA 00150659105				R\$ 1.952,56	
Marca: Otto/Otto						
Fabricante: Fabricante não informado						
Modelo: Estação trabalho						
Descrição: Descrição não informada						
Estado:	Cidade:	Endereço:		Telefone:	Email:	
DF	Brasília	QUADRA SHA CONJUNTO 6 CHACARA 429A, 105		(61) 3041-5457	tcharles@olivertech.com.br	
02.604.236/0001-62	LAYOUT MOVEIS PARA ESCRITORIO LTDA				R\$ 1.952,60	
Marca: Layout						
Fabricante: Fabricante não informado						
Modelo: MAD.MTL						
Descrição: Descrição não informada						
Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:	
RS	Caxias do Sul	RUA JACOB LUCHESI, 2615	Cleonice	(54) 3224-6808	layoutbrasil@gmail.com	
53.111.650/0001-70	GPR SOLUCOES CONSULTIVAS LTDA				R\$ 50.000,00	
Marca: SIMILAR						
Fabricante: Fabricante não informado						
Modelo: SIMILAR						
Descrição: Descrição não informada						
Endereço:			Telefone:		Email:	
SETOR P QNP 23 CJ H LT 6, S/N			(61) 8125-6740		gprsolucoesconsultivas@gmail.com	

### Item 3: Cadeira Escritório Giratória

Preço Estimado: R\$ 1.338,40 (un)      Percentual: -      Preço Estimado Calculado: R\$ 1.338,40      Média dos Preços Obtidos: R\$ 1.338,40

Quantidade	Descrição	Observação
1 Unidade	Cadeira Secretária ergonômica, com sistema de regulagem de encosto, base em aço tipo aranha, pistão a gás, assento e encosto em espuma injetada, apoio de braço SL. Revestida em vinil, na cor vermelha ou preta.	

#### Preço (Compras Governamentais) 1: Média das 10 Melhores Propostas Iniciais

R\$ 1.338,40

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

**Órgão:** MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE BROTAS

**Data:** 29/08/2025 16:24

**Objeto:** Poltrona executiva giratória - Conforme Termo de Referência

**Modalidade:** Dispensa

**Descrição:** Cadeira Escritório - CADEIRA ESCRITÓRIO, MATERIAL ESTRUTURA TUBO AÇO, MATERIAL REVESTIMENTO ASSENTOE ENCOSTO TECIDO 100% POLIÉSTER, MATERIAL ENCOSTO ESPUMA POLIURETANO INJETADO, TIPO BASE GIRATÓRIA/REGULAGEM ALTURA PISTÃO GÁS, TIPO ENCOSTO ALTO, APOIOBRAÇO COM BRAÇOS, COR PRETA

**SRP:** NÃO

**Identificação:** Dispensa de Licitação Nº 90674/2025 / UASG: 931862

**Lote/Item:** /1

**Ata:** [Link Ata](#)

**CatMat:** 629986 - Cadeira Escritório - Material Estrutura: Tubo Aço | Material Revestimento Assento E Encosto: Tecido 100% Poliéster | Material Encosto: Espuma Poliuretano Injetado | Tipo Base: Giratória/Regulagem Altura Pistão Gás | Tipo Encosto: Alto | Apoio Braço: Com Braços | Cor: Preta

**Homologação:** 09/09/2025 09:14

**Fonte:** www.gov.br/compras/pt-br

**Quantidade:** 10

**Unidade:** Unidade

**UF:** SP



Relatório gerado no dia 03/10/2025 12:02:44 (IP: 2801:80:1200::b01a:71)  
 Código Validação: 7zsa4poySPjtQm1WavOvmCW47xSjbUHYLI3ZdtBpl6kqHU8nPtm6WA%3d%3d  
<http://www.bancodeprecos.com.br/CertificadoAutenticidade?token=7zsa4poySPjtQm1WavOvmCW47xSjbUHYLI3ZdtBpl6kqHU8nPtm6WA%253d%253d>

12 / 30

CNPJ	Razão Social do Fornecedor					Valor da Proposta Inicial
16.633.511/0001-80	ANDERSON SCARPIM JUSTINO 21815282843					R\$ 1.244,00
<b>Marca:</b> <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada						
<b>Estado:</b> SP	<b>Cidade:</b> Jaboticabal	<b>Endereço:</b> R DOMINGOS VALERIO, 96	<b>Nome de Contato:</b> Anderson	<b>Telefone:</b> (16) 3200-0555	<b>Email:</b> asjustino@yahoo.com.br	
26.231.854/0001-72	BON GOUT INDUSTRIA E COMERCIO LTDA UF endereço: MT					R\$ 1.300,00
<b>Marca:</b> designer chair <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> call desiner <b>Descrição:</b> Descrição não informada						
<b>Endereço:</b> ,						
54.103.042/0001-87	54.103.042 FELIPE FERREIRA DE TOLEDO					R\$ 1.300,00
<b>Marca:</b> tr <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> tr <b>Descrição:</b> Descrição não informada						
<b>Endereço:</b> ,						
17.058.263/0001-54	AMBIENTAL ASSESSORIA COMERCIO E SERVICOS LTDA					R\$ 1.340,00
<b>Marca:</b> nacional <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> equivalente <b>Descrição:</b> Descrição não informada						
<b>Estado:</b> RJ	<b>Cidade:</b> Rio de Janeiro	<b>Endereço:</b> RUA GENERAL SILVIO PEREIRA DA SILVA, 00133	<b>Nome de Contato:</b> DANIEL FERNANDES DE ALMEIDA	<b>Telefone:</b> (21) 3150-0440	<b>Email:</b> dan.cont@yahoo.com.br	
53.249.470/0001-50	SISTECNICA INFORMATICA E SERVICOS LTDA					R\$ 1.350,00
<b>Marca:</b> <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada						
<b>Estado:</b> SP	<b>Cidade:</b> São Paulo	<b>Endereço:</b> RUA CORONEL FRIAS, 240	<b>Telefone:</b> (11) 5071-4040	<b>Email:</b> carlos@sistecnica.com.br		
39.528.470/0001-68	39.528.470 CICERO RIBEIRO DA ROSA UF endereço: SC					R\$ 1.352,00
<b>Marca:</b> Bibiidecor <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> Prizi Fresh Preta Presidente <b>Descrição:</b> Descrição não informada						
<b>Endereço:</b> ,						
40.555.951/0001-41	40.555.951 JESSICA DAYANE ROCHA SIMPLICIO					R\$ 1.369,99
<b>Marca:</b> <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada						
<b>Endereço:</b> ,						



CNPJ	Razão Social do Fornecedor				Valor da Proposta Inicial
52.182.111/0001-60	52.182.111 DOUGLAS MAGALHAES CARVALHO				R\$ 1.370,00
<b>Marca:</b> <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada					
<b>Endereço:</b> ,					
60.415.063/0001-30	60.415.063 ELISSON CARVALHO SANTOS UF endereço: PE				R\$ 1.379,00
<b>Marca:</b> <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada					
<b>Endereço:</b> ,					
61.854.953/0001-01	LAZARINI COMERCIAL LTDA				R\$ 1.379,00
<b>Marca:</b> <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada					
<b>Endereço:</b> ,					
35.794.003/0001-29	PHM COMERCIO E CONFECOES LTDA				R\$ 1.379,00
<b>Marca:</b> <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada					
<b>Estado:</b> SC	<b>Cidade:</b> Joinville	<b>Endereço:</b> R CORONEL PROCOPIO GOMES, 1568	<b>Telefone:</b> (48) 9648-6520/ (48) 9602-9218	<b>Email:</b> phmleioes@gmail.com	
59.452.167/0001-36	2VW COMERCIO, FORMACAO E DESENVOLVIMENTO LTDA UF endereço: PR				R\$ 1.379,00
<b>Marca:</b> <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada					
<b>Endereço:</b> Rua Margarida, 45		<b>Nome de Contato:</b> Angelita		<b>Telefone:</b> (51) 9648-3040	<b>Email:</b> vwangelita@gmail.com
23.086.079/0001-10	INTERMARES COMERCIO DE MOVEIS LTDA				R\$ 1.379,00
<b>Marca:</b> <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada					
<b>Estado:</b> SP	<b>Cidade:</b> Mogi Mirim	<b>Endereço:</b> RUA DA ABOLICAO, 406	<b>Telefone:</b> (19) 3236-5222	<b>Email:</b> contato@rafaneli.com.br	
08.408.760/0001-44	MAXX LYDER COMERCIO E SERVICOS LTDA				R\$ 1.379,00
<b>Marca:</b> <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada					
<b>Endereço:</b> AVENIDA VICTORIO GRACETTI, 17			<b>Telefone:</b> (14) 8233-2828	<b>Email:</b> maxxlyderdc@gmail.com	
43.230.932/0001-33	RIBEIRO COMERCIO DE VARIEDADES E APOIO LTDA				R\$ 1.379,00
<b>Marca:</b> compatível <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> compatível <b>Descrição:</b> Descrição não informada					
<b>Endereço:</b> DOS CAPITAES MORES, 346			<b>Telefone:</b> (11) 5979-3351	<b>Email:</b> rerife@hotmail.com	



CNPJ	Razão Social do Fornecedor				Valor da Proposta Inicial	
07.835.506/0001-60	ROGER EDUARDO DOS SANTOS				R\$ 1.379,00	
<b>Marca:</b> <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada						
<b>Estado:</b> SP	<b>Cidade:</b> Várzea Paulista	<b>Endereço:</b> AVENIDA DAS LELIAS, 1695	<b>Telefone:</b> (11) 4606-1857		<b>Email:</b> notasfiscais.forterocha@gmail.com	
85.515.542/0001-50	PRIMAX INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA				R\$ 1.379,00	
<b>Marca:</b> <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada						
<b>Estado:</b> PR	<b>Cidade:</b> Rolândia	<b>Endereço:</b> AVENIDA SAO JOAO, 1155	<b>Nome de Contato:</b> VINICIUS	<b>Telefone:</b> (43) 3255-2239	<b>Email:</b> licita.primax@gmail.com	
36.663.390/0001-27	THTEC TECNOLOGIA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA				R\$ 1.379,00	
<b>Marca:</b> <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada						
<b>Estado:</b> BA	<b>Cidade:</b> Salvador	<b>Endereço:</b> AV ESTADOS UNIDOS, 397	<b>Telefone:</b> (71) 3241-2091		<b>Email:</b> admin@thtec.com.br	
60.896.951/0001-12	60.896.951 MARCOS TULIO DE CARVALHO UF endereço: MG				R\$ 1.379,00	
<b>Marca:</b> similar <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> similar <b>Descrição:</b> Descrição não informada						
<b>Endereço:</b> ,						
44.210.478/0001-11	C T LIMA SEGURANCA ELETRONICA E CLIMATIZACAO				R\$ 1.379,00	
<b>Marca:</b> <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada						
<b>Endereço:</b> ,						
51.338.619/0001-41	MANPRIME SOLUCOES LTDA				R\$ 1.379,00	
<b>Marca:</b> <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada						
<b>Endereço:</b> ABILIO MOREIRA DE MIRANDA, 45		<b>Telefone:</b> (22) 9281-4838		<b>Email:</b> contato@manprime.com.br		
48.489.837/0001-72	48.489.837 JAILTON SILVA AMARO				R\$ 1.379,00	
<b>Marca:</b> <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada						
<b>Endereço:</b> R FREDERICO JENSEN, 2299		<b>Nome de Contato:</b> BERNARDO		<b>Telefone:</b> (47) 9137-7418		<b>Email:</b> jblcitascoes2@gmail.com
62.313.279/0001-10	CARVALHO SOLUCOES PUBLICAS LTDA UF endereço: BA				R\$ 1.379,00	
<b>Marca:</b> <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada						
<b>Endereço:</b> ,						



CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Inicial
52.550.737/0001-81	52.550.737 DIONIR FAGUNDES JUNIOR	R\$ 1.379,00
<b>Marca:</b> cadeira escritório <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> cadeira escritório <b>Descrição:</b> Descrição não informada  <b>Endereço:</b> ,		
47.902.777/0001-05	47.902.777 IGOR JOSE DA SILVA	R\$ 1.379,00
<b>Marca:</b> fratini <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> fratini <b>Descrição:</b> Descrição não informada  <b>Endereço:</b> ,		
57.480.347/0001-04	57.480.347 ANDRE GUILHERME TOME MOREIRA	R\$ 1.379,00
<b>Marca:</b> hg <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> similar <b>Descrição:</b> Descrição não informada  <b>Endereço:</b> ,		
59.600.259/0001-16	59.600.259 RUDINEI DOS SANTOS Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: PR	R\$ 1.379,00
<b>Marca:</b> <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada  <b>Endereço:</b> ,		
52.656.563/0001-36	52.656.563 JOVAINE PROTAZIO THURLER JUNIOR	R\$ 1.379,00
<b>Marca:</b> <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada  <b>Endereço:</b> ,		
61.865.018/0001-40	ALN IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA UF endereço: SP	R\$ 1.379,00
<b>Marca:</b> <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada  <b>Endereço:</b> ,		
34.747.664/0001-30	CARELI COMERCIO DE MOVEIS EIRELI	R\$ 1.379,00
<b>Marca:</b> plaxmetal <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> escritório <b>Descrição:</b> Cadeira Escritório - Cadeira Escritório Material Estrutura: Tubo Aço, Material Revestimento Assento E Encosto: Tecido 100% Poliéster, Material Encosto: Espuma Poliuretano Injetado, Tipo Base: Giratória/Regulagem Altura Pistão Gás, Tipo Encosto: Alto, Apoio Braço: Com Braços, Cor: Preta  <b>Estado:</b> <b>Cidade:</b> <b>Endereço:</b> <b>Telefone:</b> <b>Email:</b> SP Mogi Mirim RUA PROFESSOR ARISTIDES GURJAO, 74 (19) 3862-3810 carelimoveis@gmail.com		



CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Inicial
49.649.839/0001-44	49.649.839 MARIANE WINKERT VEIGA	R\$ 1.379,00
<b>Marca:</b> <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada		
<b>Endereço:</b> CEU AZUL,, 792	<b>Telefone:</b> (41) 8404-8568	<b>Email:</b> mariwink@hotmail.com
48.049.309/0001-00	SERAPIAO COMERCIO DE UTILIDADES LTDA	R\$ 1.379,00
<b>Marca:</b> <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada		
<b>Endereço:</b> MINAS GERAIS, 411	<b>Nome de Contato:</b> Maria José	<b>Telefone:</b> (14) 9906-8688
<b>Email:</b> zeze_serapiao@hotmail.com		
11.149.215/0001-95	CS MOBI TECH LTDA	R\$ 1.379,01
*VENCEDOR*		
<b>Marca:</b> flex <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> flex <b>Descrição:</b> Cadeira Escritório - Cadeira Escritório Material Estrutura: Tubo Aço, Material Revestimento Assento E Encosto: Tecido 100% Poliéster, Material Encosto: Espuma Poliuretano Injetado, Tipo Base: Giratória/Regulagem Altura Pistão Gás, Tipo Encosto: Alto, Apoio Braço: Com Braços, Cor: Preta		
<b>Endereço:</b> RUA HARRISON JOSE BORGES, 1066	<b>Telefone:</b> (44) 3525-5880	<b>Email:</b> sergio.dominguess02@gmail.com
48.355.003/0001-74	MORAC CORPORATION LTDA	R\$ 1.379,02
<b>Marca:</b> Fox <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> Giratória Fox Office Preta Z411 <b>Descrição:</b> Cadeira Escritório - Cadeira Escritório Material Estrutura: Tubo Aço, Material Revestimento Assento E Encosto: Tecido 100% Poliéster, Material Encosto: Espuma Poliuretano Injetado, Tipo Base: Giratória/Regulagem Altura Pistão Gás, Tipo Encosto: Alto, Apoio Braço: Com Braços, Cor: Preta		
<b>Estado:</b> SP	<b>Cidade:</b> São Paulo	<b>Endereço:</b> AV PAULISTA, 1636
<b>Telefone:</b> (21) 6983-4030/ (0000) 0000-0000		<b>Email:</b> matheusandbreno@gmail.com
53.323.975/0001-17	53.323.975 BRUNNO CAVALCANTE RIBEIRO	R\$ 1.380,00
<b>Marca:</b> <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada		
<b>Endereço:</b> QNO 12, 103	<b>Telefone:</b> (61) 8197-0571	<b>Email:</b> federal.licitacoesdf@gmail.com
55.012.019/0001-40	55.012.019 MATHEUS NATAL GARCIA	R\$ 1.400,00
<b>Marca:</b> <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada		
<b>Endereço:</b> ,		
60.473.880/0001-45	60.473.880 GLAUCE APARECIDA FERREIRA LIMA UF endereço: MS	R\$ 1.400,00
<b>Marca:</b> <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada		
<b>Endereço:</b> ,		





CNPJ	Razão Social do Fornecedor				Valor da Proposta Inicial	
27.840.547/0001-51	AJR COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA				R\$ 1.400,00	
Marca: CADEIRA						
Fabricante: Fabricante não informado						
Modelo: CADEIRA						
Descrição: Descrição não informada						
Estado:	Cidade:	Endereço:		Nome de Contato:	Telefone:	Email:
SP	Itapevi	RUA WALDEMAR PETENA DE OLIVEIRA, 324		DAVID	(11) 4142-3789	vendedores@ajrcompany.com.br
37.032.250/0001-13	CAROLINE WERLANG				R\$ 1.400,00	
Marca: plaz						
Fabricante: Fabricante não informado						
Modelo: conf						
Descrição: Descrição não informada						
Estado:	Cidade:	Endereço:		Telefone:	Email:	
RS	Erechim	R RAUL ANTONIO BEVILACQUA, 120		(45) 9969-1329	cwcomercio@hotmail.com	
48.385.849/0001-57	CELESTIAL ADMINISTRADORA E CONSERVADORA LTDA				R\$ 1.400,00	
Marca: poltrona						
Fabricante: Fabricante não informado						
Modelo: giratória						
Descrição: Descrição não informada						
Endereço:		Telefone:		Email:		
PONTE TERRA, 475		(34) 9713-5124		celestial.ei777@gmail.com		
59.348.026/0001-78	MERCURY REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: SP				R\$ 2.000,00	
Marca:						
Fabricante: Fabricante não informado						
Modelo:						
Descrição: Descrição não informada						
Endereço:						
,						
46.599.200/0001-03	VANIA CRISTINA DA SILVA CAETANO 62704656720				R\$ 2.000,00	
Marca: nacional						
Fabricante: Fabricante não informado						
Modelo: nacional						
Descrição: Descrição não informada						
Estado:	Cidade:	Endereço:		Telefone:	Email:	
RJ	Rio de Janeiro	R JORGE DE SIQUEIRA, 233		(21) 3026-1827	daniellecr1985@gmail.com	
36.895.360/0001-46	ICARO RODRIGUES MEIRINO 00269943218				R\$ 3.000,00	
Marca:						
Fabricante: Fabricante não informado						
Modelo:						
Descrição: Descrição não informada						
Estado:	Cidade:	Endereço:		Nome de Contato:	Telefone:	Email:
RJ	Rio de Janeiro	RUA MARIA TEIXEIRA, 17		ICARO RODRIGUES MEIRIÑO	(21) 9665-01558	contato@valencytradeservice.com
47.863.106/0001-82	WOOD STEEL COMERCIO DE MOVEIS LTDA				R\$ 3.000,00	
Marca: plaxmetal						
Fabricante: Fabricante não informado						
Modelo: operativa						
Descrição: Cadeira Escritório - Cadeira Escritório Material Estrutura: Tubo Aço, Material Revestimento Assento E Encosto: Tecido 100% Poliéster, Material Encosto: Espuma Poliuretano Injetado, Tipo Base: Giratória/Regulagem Altura Pistão Gás, Tipo Encosto: Alto, Apoio Braço: Com Braços, Cor: Preta						
Estado:	Cidade:	Endereço:		Telefone:	Email:	
SP	Mogi Mirim	R PROFESSOR ARISTIDES GURJAO, 74		(35) 9913-1406	woodsteel@gmail.com	



CNPJ		Razão Social do Fornecedor		Valor da Proposta Inicial	
42.468.977/0001-88		AEF BID COMERCIO LTDA		R\$ 10.000,00	
<b>Marca:</b>					
<b>Fabricante:</b> Fabricante não informado					
<b>Modelo:</b>					
<b>Descrição:</b> Descrição não informada					
<b>Estado:</b>		<b>Cidade:</b>		<b>Endereço:</b>	
SP		Jaú		RUA ANGELO MARTINS, 528	
				<b>Telefone:</b>	
				(14) 9704-5410	
				<b>Email:</b>	
				otavio.h.amorim@hotmail.com	

#### Item 4: Cadeira Escritório Fixa

Preço Estimado: R\$ 305,76 (un)      Percentual: -      Preço Estimado Calculado: R\$ 305,76      Média dos Preços Obtidos: R\$ 305,76

Quantidade	Descrição	Observação
1 Unidade	base fixa fechada. Assento e encosto com curvaturas ergonômicas. Assento e encosto em polipropileno. Dimensões mínimas: 825cm A x 440cm L x 525cm P. Cor vermelha ou preta.	

#### Preço (Compras Governamentais) 1: Média das 10 Melhores Propostas Iniciais

R\$ 305,76

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

**Órgão:** Prefeitura Municipal de Honório Serpa

**Data:** 02/09/2025 08:00

**Objeto:** Registro de preços para aquisição de mobiliário (mesas, cadeiras, armários e demais itens), conforme especificações técnicas constantes no Termo de Referência, destinado a atender às necessidades dos departamentos municipais, utilizando-se de recursos vinculados provenientes de emendas parlamentares e recursos livres do Município de Honório Serpa-PR

**Modalidade:** Pregão Eletrônico

**SRP:** SIM

**Identificação:** NºPregão:900172025 / UASG:989981

**Lote/Item:** /9

**Ata:** [Link Ata](#)

**Homologação:** 25/09/2025 11:53

**Fonte:** www.gov.br/compras/pt-br

**Quantidade:** 90

**Unidade:** Unidade

**UF:** PR

CNPJ		Razão Social do Fornecedor			Valor da Proposta Inicial
34.832.381/0001-97		ESCOLARES INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA			R\$ 230,00
Marca: REIFLEX					
Fabricante: Fabricante não informado					
Modelo: DIALOGO					
Descrição: Descrição não informada					
Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
RS	Três de Maio	R FREDERICO WILLIG, 255	Paulineia	(55) 99715-2300	escolarestresdemaio@gmail.com

61.924.335/0001-90 BICKI MOVEIS LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF  
\*VENCEDOR\* endereço: PR

R\$ 232,00

**Marca:** BICKI MÓVEIS  
**Fabricante:** Fabricante não informado  
**Modelo:** CD  
**Descrição:** Descrição não informada

**Endereço:**

,

22.371.010/0001-76		FLC SUPRIMENTOS LTDA			R\$ 232,00
<b>Marca:</b> medin					
<b>Fabricante:</b> Fabricante não informado					
<b>Modelo:</b> cadeira palitpo					
<b>Descrição:</b> Descrição não informada					
<b>Estado:</b>	<b>Cidade:</b>	<b>Endereço:</b>	<b>Nome de Contato:</b>	<b>Telefone:</b>	<b>Email:</b>
PR	Coronel Vivida	RUA DR CLAUDINO DOS SANTOS, 09	CARLOS	(46) 3232-2367	conecta2007@gmail.com



CNPJ	Razão Social do Fornecedor				Valor da Proposta Inicial
24.377.532/0001-00	M V SANTOS GRAFICA E EDITORA LTDA				R\$ 232,70
<b>Marca:</b> CRIARE <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> CRIARE <b>Descrição:</b> Descrição não informada					
<b>Endereço:</b> AV MANOEL RIBAS, 1945		<b>Nome de Contato:</b> MARCUS		<b>Telefone:</b> (46) 99126-1514	<b>Email:</b> diretor.comercial@graficatussi.com.br
48.667.482/0001-64	M&M LICITACOES LTDA				R\$ 232,70
<b>Marca:</b> Criare <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> Criare <b>Descrição:</b> Descrição não informada					
<b>Endereço:</b> ,					
01.410.057/0001-21	MC INDUSTRIA METALURGICA LTDA.				R\$ 232,73
<b>Marca:</b> Trabalharte <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> ESS-SAP-111-POL-PR <b>Descrição:</b> Descrição não informada					
<b>Endereço:</b> RUA EVARISTO DE ANTONI, 1026			<b>Telefone:</b> (54) 3224-2595		<b>Email:</b> adm@mc.ind.br
07.481.107/0001-48	REDEPEL DISTRIBUIDORA LTDA				R\$ 232,73
<b>Marca:</b> PERFLEX <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> PERFLEX <b>Descrição:</b> Descrição não informada					
<b>Estado:</b> PR	<b>Cidade:</b> Campina do Simão	<b>Endereço:</b> AVENIDA JOAO FERREIRA NEVES, 3033	<b>Nome de Contato:</b> Geferson Júnior Wognei	<b>Telefone:</b> (42) 3634-1267	<b>Email:</b> comprasgeferson@hotmail.com
28.096.836/0001-50	JANAINA SCARPARI DAMIELSKI DE AZEVEDO				R\$ 232,73
<b>Marca:</b> Própria <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> Cadeira fixa <b>Descrição:</b> Descrição não informada					
<b>Estado:</b> PR	<b>Cidade:</b> Curitiba	<b>Endereço:</b> R MENINO JESUS, 686	<b>Telefone:</b> (41) 3779-4347		<b>Email:</b> contato@renovacadeiras.com.br
13.579.783/0001-51	MARCELO MOHALLEM				R\$ 300,00
<b>Marca:</b> m <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> m <b>Descrição:</b> Descrição não informada					
<b>Estado:</b> MG	<b>Cidade:</b> Itajubá	<b>Endereço:</b> AVENIDA UMBELINA CHIARADIA, 159	<b>Telefone:</b> (35) 99771-0403		<b>Email:</b> vendas.casamarcelo@gmail.com
72.426.141/0001-81	FLORIANRIUS COMERCIO & INSTALACOES DE MOVEIS LTDA				R\$ 900,00
<b>Marca:</b> PLAX/FK/RHODES/MARTIFLEX <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> CADEIRA FIXA <b>Descrição:</b> Descrição não informada					
<b>Estado:</b> RJ		<b>Cidade:</b> Rio de Janeiro		<b>Endereço:</b> RUA ACRE, 90	<b>Telefone:</b> (21) 2234-7481



## Item 5: Sofá 3 lugares

Preço Estimado: R\$ 2.166,67 (un)

Percentual: -

Preço Estimado Calculado: R\$ 2.166,67

Média dos Preços Obtidos: R\$ 2.166,67

Quantidade	Descrição	Observação
1 Unidade	Estofado para 3 lugares. Dimensões mínimas: 1,80m L x 80cm P. Revestido em vinil (courino) na cor preta	

## Preço (Compras Governamentais) 1: Média das 10 Melhores Propostas Iniciais

R\$ 2.166,67

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

CNPJ: 17.217.985/0058-40

Data: 13/05/2025 08:00

Órgão: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Universidade Federal de Minas Gerais  
Administração Geral

Modalidade: Pregão Eletrônico

SRP: SIM

Objeto: Registro de preços para contratação de serviços e aquisição de materiais relacionados aos eventos realizados no âmbito da UFMG

Identificação: N°Pregão:900032025 / UASG:153254

Lote/Item: /54

Ata: [Link Ata](#)

Descrição: **Locação de mesa / cadeira / mobiliário decoração interior** - Locação de sofá com 3 lugares, com estrutura em aço, material do estofamento espuma Poliuretano, revestimento couro sintético- Dimensões: - Altura: 85 cm; - Largura: 180 a 220 cm; - Profundidade: 75 cm

Homologação: 25/07/2025 11:32

Fonte: [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br)

CatSer: 20460 - Locação de Mesa / Cadeira / Mobiliário decoração interior

Quantidade: 25

Unidade: UNIDADE

UF: MG

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Inicial
55.063.068/0001-01	55.063.068 AMANDA APARECIDA DE OLIVEIRA	R\$ 1.500,00
<p>Marca:</p> <p>Fabricante: Fabricante não informado</p> <p>Modelo:</p> <p>Descrição: Descrição não informada</p> <p>Endereço:</p> <p>,</p>		
08.087.654/0001-06	SAMBART DO BRASIL PRODUCAO DE EVENTOS CULTURAIS LTDA	R\$ 2.000,00
<p>*VENCEDOR*</p> <p>Marca:</p> <p>Fabricante: Fabricante não informado</p> <p>Modelo:</p> <p>Descrição: Descrição não informada</p> <p>Estado: MG      Cidade: Guanhães      Endereço: R TREZE DE MAIO, 451      Telefone: (33) 3421-2719</p>		
29.340.740/0001-59	PRODUTOR RODRIGO LOCACOES E SERVICOS LTDA	R\$ 3.000,00
<p>Marca:</p> <p>Fabricante: Fabricante não informado</p> <p>Modelo:</p> <p>Descrição: Descrição não informada</p> <p>Estado: MG      Cidade: Belo Horizonte      Endereço: RUA TULIPA, 739      Nome de Contato: Rodrigo      Telefone: (71) 97143-2004      Email: produtorrodrigo@yahoo.com.br</p>		

## Item 6: Poltrona Recepção/Escritório

Preço Estimado: R\$ 1.790,00 (un)

Percentual: -

Preço Estimado Calculado: R\$ 1.790,00

Média dos Preços Obtidos: R\$ 1.790,00

Quantidade	Descrição	Observação
1 Unidade	Dimensões mínimas: 87cm L x 67cm P x 42cm A. Lugares: 1. Revestida vinil (courino), na cor preta	



Relatório gerado no dia 03/10/2025 12:02:44 (IP: 2801:80:1200::b01a:71)  
Código Validação: 7zsa4poySPjtQm1WavOvmCW47xSjbUHYLI3ZdtBpl6kqHU8nPtm6WA%3d%3d  
<http://www.bancodeprecos.com.br/CertificadoAutenticidade?token=7zsa4poySPjtQm1WavOvmCW47xSjbUHYLI3ZdtBpl6kqHU8nPtm6WA%253d%253d>

21 / 30

Órgão:	MUNICIPIO DE LAGARTO / 13124052000111 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGARTO	Data:	20/08/2025 12:00
Objeto:	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS DIVERSOS DESTINADOS À ESTRUTURAÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGARTO/SE	Modalidade:	Dispensa
Descrição:	Poltronas para recepção em tecido linho com pés em madeira medindo 80x85x90.	SRP:	NÃO
Especificação:	Poltronas para recepção em tecido linho com pés em madeira medindo 80x85x90. Especificação: Poltronas para recepção em tecido linho com pés em madeira medindo 80x85x90	Identificação:	13124052000111-1-000106/2025
		Lote/Item:	1/1
		Ata:	N/A
		Homologação:	28/08/2025 00:00
		Fonte:	https://www.gov.br/pncp/pt-br
		Quantidade:	2
		Unidade:	UND
		UF:	SE

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Inicial
11.158.785/0001-41 *VENCEDOR*	SORELLE COMERCIO DE MOVEIS E DECORACOES LTDA	R\$ 1.790,00
Marca:		
Fabricante:	Fabricante não informado	
Modelo:		
Descrição:	Descrição não informada	
Endereço:		Telefone:
RUA DR LUPICINIO BARROS, 87		(79) 3631-1849

Item 7: Armário para escritório com 2 portas

Preço Estimado: R\$ 1.114,83 (un)      Percentual: -      Preço Estimado Calculado: R\$ 1.114,83      Média dos Preços Obtidos: R\$ 1.114,83

Quantidade	Descrição	Observação
1 Unidade	Estilo clássico. Ambiente: escritório. Dimensões mínimas: 1600mm A x 800mm L x 400mm P. Material: MDP. Cor preto/imbuia terra	

Órgão:	GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ CAMARA MUNICIPAL DE ARAUCARIA	Data:	08/05/2025 08:00
Objeto:	A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços, visando a aquisição de móveis e kit de divisórias, perfis em alumínio e porta (incluso as persianas e instalação), para atender as condições adequadas de trabalho dos agentes públicos (incluso os novos cargos) e usuários do serviço da Câmara Municipal de Araucária, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.	Modalidade:	Pregão Eletrônico
Descrição:	Armário escritório - ARMÁRIO ESCRITÓRIO, MATERIAL: MADEIRA MDP , QUANTIDADE PORTAS: 2 UN, QUANTIDADE PRATELEIRAS: 3 UN, REVESTIMENTO: LAMINADO MELAMÍNICO BAIXA PRESSÃO , LARGURA: 80 CM, ALTURA: 160 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PUXADORES METÁLICOS/SAPATAS NIVELADORAS , PROFUNDIDADE: 48 CM, TIPO: ALTO , ESPESSURA: 25 MM	SRP:	SIM
CatMat:	388273 - Armário Escritório - Material: Madeira Mdp   Quantidade Portas: 2 UN   Quantidade Prateleiras: 3 UN   Revestimento: Laminado Melamínico Baixa Pressão   Largura: 80 CM   Altura: 160 CM   Características Adicionais: Puxadores Metálicos/Sapatas Niveladoras   Profundidade: 48 CM   Tipo: Alto   Espessura: 25 MM	Identificação:	NºPregão:900042025 / UASG:926434
		Lote/Item:	/1
		Ata:	<a href="#">Link Ata</a>
		Homologação:	27/08/2025 15:04
		Fonte:	www.gov.br/compras/pt-br
		Quantidade:	20
		Unidade:	Unidade
		UF:	PR



CNPJ	Razão Social do Fornecedor				Valor da Proposta Inicial
49.704.499/0002-98	CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS LTDA UF endereço: PR				R\$ 1.110,00
<b>Marca:</b> PROPRIO <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> PROPRIIO <b>Descrição:</b> Descrição não informada  <b>Endereço:</b> ,					
49.721.898/0001-86	DI MOVEIS LTDA				R\$ 1.115,00
<b>Marca:</b> NILMAR/NILMAR <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> AM1NM <b>Descrição:</b> Descrição não informada  <b>Endereço:</b> R MAESTRO CARLOS FRANK, 195					
		<b>Nome de Contato:</b> DIRCE	<b>Telefone:</b> (41) 9604-13640	<b>Email:</b> financeirowscadeiras@hotmail.com	
57.350.955/0001-96	57.350.955 DIEGO HENRIQUE APARECIDO ANDRE				R\$ 1.115,00
<b>Marca:</b> propria <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> armario <b>Descrição:</b> Descrição não informada  <b>Endereço:</b> ,					
47.622.380/0001-60	A. GRACIOLI MOVEIS PARA ESCRITORIO				R\$ 1.115,00
<b>Marca:</b> Armário escritório <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> Armário escritório <b>Descrição:</b> Descrição não informada  <b>Endereço:</b> R LENIRA MELANIA GASPERIM GALLI, 100					
		<b>Telefone:</b> (54) 9167-4256/ (0000) 0000-0000		<b>Email:</b> arcelinogracioli@outlook.com	
53.251.412/0001-60	H S DE MORAIS - COMERCIO				R\$ 1.115,00
<b>Marca:</b> PANDIN <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> PANDIN <b>Descrição:</b> Descrição não informada  <b>Endereço:</b> CORONEL VIVIDA, 198					
		<b>Telefone:</b> (92) 9278-8880		<b>Email:</b> vendas@combraz.com	
35.901.437/0001-80	MONARCA COMERCIAL LTDA				R\$ 1.115,66
<b>Marca:</b> MICANTO <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> AR <b>Descrição:</b> Descrição não informada  <b>Estado:</b> SC <b>Cidade:</b> Jaraguá do Sul <b>Endereço:</b> RUA EDMUNDO KOCH, 1527					
		<b>Telefone:</b> (47) 3273-7229		<b>Email:</b> monarca.fatura@gmail.com	
11.943.540/0001-25	FARIAS E FARIAS MOVEIS LTDA				R\$ 1.115,66
<b>Marca:</b> Martinucci <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> Armário Baixo <b>Descrição:</b> Descrição não informada  <b>Estado:</b> SC <b>Cidade:</b> Balneário Camboriú <b>Endereço:</b> RUA 600, 500					
		<b>Nome de Contato:</b> Ramon	<b>Telefone:</b> (47) 3264-0674	<b>Email:</b> fariasefariasmoveis@gmail.com	





CNPJ	Razão Social do Fornecedor			Valor da Proposta Inicial	
03.149.113/0001-41	BELNIAKI & BELNIAKI LTDA			R\$ 1.115,66	
*VENCEDOR*					
Marca: Própria					
Fabricante: Fabricante não informado					
Modelo: AA					
Descrição: Descrição não informada					
Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:	
PR	Araucária	AVENIDA PEDRO EUZEBIO LEMOS, 109	(41) 3642-2247	belniakimoveis@yahoo.com.br	
06.983.736/0001-03	LABOR INDUSTRIA DE MOVEIS PARA ESCRITORIO LTDA			R\$ 1.115,66	
Marca: Miranti / Miranti					
Fabricante: Fabricante não informado					
Modelo: SIAM					
Descrição: Descrição não informada					
Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:	
RS	Caxias do Sul	ESTRADA VALENTIN VENTURIN, 325A	(54) 3203-2000	nildo@planejar.etc.br	
59.210.832/0001-85	CE & F TRANSPORTES LTDA			R\$ 1.115,66	
Marca: Tws produtos e serviços					
Fabricante: Fabricante não informado					
Modelo: Armário					
Descrição: Descrição não informada					
Endereço:					
,					
04.927.672/0001-06	S C & M COMERCIAL DE MATERIAS DE ESCRITORIO E INFORMATICA LTDA			R\$ 1.115,66	
Marca: MARTINUCCI					
Fabricante: Fabricante não informado					
Modelo: MARTINUCCI					
Descrição: Descrição não informada					
Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:		
DF	Brasília	SHC/SW CCSW 06 BLOCO B / C SALA, 45	(61) 3341-1234		
15.655.026/0001-45	RNL TRADE AND FACILITIES LTDA			R\$ 1.133,40	
Marca: Armário Escritório Material: Madeira Mdp, Quantida					
Fabricante: Fabricante não informado					
Modelo: Armário Escritório Material: Madeira Mdp, Quantida					
Descrição: Descrição não informada					
Endereço:		Telefone:		Email:	
DAS PITANGUEIRAS, 5		(61) 9570-4155		contato@federaltrading.org	
55.796.470/0001-03	GRATUS EMPREENDIMENTOS LTDA			R\$ 30.000,00	
Marca: Similar					
Fabricante: Fabricante não informado					
Modelo: Similar					
Descrição: Descrição não informada					
Endereço:		Telefone:		Email:	
SHS QUADRA 6 CONJUNTO A BLOCO A, S/N		(61) 9347-9150		gratuslicitacoes@gmail.com	

#### Item 8: Mesa redonda para reunião com 6 lugares

Preço Estimado: R\$ 660,43 (un)      Percentual: -      Preço Estimado Calculado: R\$ 660,43      Média dos Preços Obtidos: R\$ 660,43

Quantidade	Descrição	Observação
1 Unidade	Em MDF ou MDP. Dimensões mínimas: 1,20m D x 74cm A. Tampo 25mm. Base metálica. Lugares: 6. Acabamento laminado. Cor marsala/preta	

**Preço (Outros Entes Públicos) 1: Média das 10 Melhores Propostas Iniciais**

**R\$ 660,43**

**Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)**



Relatório gerado no dia 03/10/2025 12:02:44 (IP: 2801:80:1200::b01a:71)  
 Código Validação: 7zsa4poySPjtQm1WavOvmCW47xSjbUHYLI3ZdtBpl6kqHU8nPtm6WA%3d%3d  
<http://www.bancodeprecos.com.br/CertificadoAutenticidade?token=7zsa4poySPjtQm1WavOvmCW47xSjbUHYLI3ZdtBpl6kqHU8nPtm6WA%253d%253d>

24 / 30

CNPJ: 87.691.507/0001-17

Órgão: Prefeitura Municipal de Capão do Leão

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada para AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PERMANENTES DE ESCRITÓRIO, cujas descrições e condições estão detalhadas no Termo de Referência (Anexo I) deste edital.

**Descrição:** MESA DE REUNIÃO REDONDA PARA ESCRITÓRIO - 6 lugares, em mdp de 18mm, revestimento laminado melamínico BP texturizado, acabamento em perfil de PVC, pés metálicos com tratamento antiferruginoso pintura epóxi a pó, sapatas niveladoras nos pés, ponteiros prot - MESA DE REUNIÃO REDONDA PARA ESCRITÓRIO - 6 lugares, em mdp de 18mm, revestimento laminado melamínico BP texturizado, acabamento em perfil de PVC, pés metálicos com tratamento antiferruginoso pintura epóxi a pó, sapatas niveladoras nos pés, ponteiros protetoras em polipropileno, medindo 120x075cm (diâmetro x altura, obs.: cor a ser definida pelo órgão requisitante). - cor azul ou cinza

Data: 28/04/2025 11:10

Modalidade: Pregão para Registro de Preço

SRP: SIM

Identificação: 384101

Lote/Item: 1/25

Ata: [Link Ata](#)

Fonte: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

Quantidade: 50

Unidade: UN

UF: RS

CNPJ	Razão Social do Fornecedor					Valor da Proposta Inicial
10.936.352/0001-07	LOTTERMAN E REIS COMERCIO DE MOVEIS LTDA					R\$ 613,00
*VENCEDOR*						
Marca: REIFLEX						
Fabricante: Fabricante não informado						
Modelo: RX250						
Descrição: Descrição não informada						
Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:	
RS	São José do Inhacorá	RUA GUILHERME LUDWIG, 242	TIAGO	(55) 3535-2555	reiflexvendas@terra.com.br	
43.750.420/0001-06	SANE INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA					R\$ 613,00
Marca:						
Fabricante: Fabricante não informado						
Modelo:						
Descrição: Descrição não informada						
Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:	
RS	Bento Gonçalves	R PEDRO MARAGNO, 610	Sarah	(54) 99179-6957	vv.scheuer@gmail.com	
27.075.106/0001-00	MARILICE KEIL					R\$ 613,00
Marca:						
Fabricante: Fabricante não informado						
Modelo:						
Descrição: Descrição não informada						
Estado:	Cidade:	Endereço:		Telefone:	Email:	
RS	Encantado	AVENIDA Antonio Deconto, 266		(51) 3751-2095	mkltditais@gmail.com	
33.492.887/0001-31	PLAYRIO PARQUES INFANTIL LTDA					R\$ 613,00
Marca:						
Fabricante: Fabricante não informado						
Modelo:						
Descrição: Descrição não informada						
Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:	
PR	Rio Azul	R VICTOR TYSKI, 40	Ademir	(42) 9956-0579	playrio2019@outlook.com	
23.218.942/0001-46	SW VETTORAZZI LTDA					R\$ 613,00
Marca:						
Fabricante: Fabricante não informado						
Modelo:						
Descrição: Descrição não informada						
Endereço:						
,						



CNPJ		Razão Social do Fornecedor		Valor da Proposta Inicial	
51.308.718/0001-80		EXCLUSIVE SOLUCOES INTEGRADAS LTDA		R\$ 613,00	
<b>Marca:</b> <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada					
<b>Endereço:</b> RS-239, 4944		<b>Telefone:</b> (51) 3558-7557		<b>Email:</b> exclusive.mplanejados@gmail.com	
18.136.904/0001-04		GUILHERME XAVIER PIVA LTDA		R\$ 945,00	
<b>Marca:</b> <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada					
<b>Estado:</b> RS	<b>Cidade:</b> Carazinho	<b>Endereço:</b> RUA HILARIO RIBEIRO, 288	<b>Nome de Contato:</b> Guilherme	<b>Telefone:</b> (54) 3331-1146	<b>Email:</b> guilhermepiva@gmail.com

#### Item 9: Balcão de Recepção/Escritório

Preço Estimado: R\$ 2.249,00 (un)      Percentual: -      Preço Estimado Calculado: R\$ 2.249,00      Média dos Preços Obtidos: R\$ 2.249,00

Quantidade	Descrição	Observação
1 Unidade	Balcão de atendimento angular - Recepção. Dimensões mínimas: 1,50m L x 1,50m L x 1,10m A x 60cm P. Tampo de 25mm. Sem gavetas. Aca bamento laminado. Cor ameixa/preta	

#### Preço (Outros Entes Públicos) 1: Média das 10 Melhores Propostas Iniciais

R\$ 2.249,00

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

<b>CNPJ:</b> 18.409.219/0001-04	<b>Data:</b> 10/06/2025 08:30
<b>Órgão:</b> Prefeitura Municipal de Santa Maria do Suaçuí	<b>Modalidade:</b> Pregão
<b>Objeto:</b> REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS E ITENS DE COZINHA PARA TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO	<b>SRP:</b> SIM
<b>Descrição:</b> BALCÃO DE ATENDIMENTO PARA RECEPÇÃO EM L MATERIAL MDP/MDF,TAMPO 25 MM, RESTANTE PODENDO SER DE 15 MM, MEDIDAS1,40/1,40 X 1,10 X 0,60 M, PARTE INTERNA CONTENDO BANCADA EMTODA SUA EXTENSÃO NA ALTURA DE 75 CM - BALCÃO DE ATENDIMENTO PARA RECEPÇÃO EM L MATERIAL MDP/MDF,TAMPO 25 MM, RESTANTE PODENDO SER DE 15 MM, MEDIDAS1,40/1,40 X 1,10 X 0,60 M, PARTE INTERNA CONTENDO BANCADA EMTODA SUA EXTENSÃO NA ALTURA DE 75 CM	<b>Identificação:</b> 64658-Prefeitura Municipal de Santa Maria do Suaçuí-392025-282025
	<b>Lote/Item:</b> 20/1
	<b>Ata:</b> <a href="#">Link Ata</a>
	<b>Homologação:</b> 17/06/2025 09:07
	<b>Fonte:</b> app2.licitardigital.com.br/pesquisa
	<b>Quantidade:</b> 10
	<b>Unidade:</b> UNIDADE
	<b>UF:</b> MG

CNPJ		Razão Social do Fornecedor			Valor da Proposta Inicial
39.903.198/0001-59		ISA COMERCIO VAREJISTA EIRELI			R\$ 2.249,00
*VENCEDOR*					
Marca: VIP					
Fabricante: VIP					
Modelo: L					
Descrição: Descrição não informada					
Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:	
MG	Santa Maria do Suaçuí	PC LUIZ TEMPONI, 17	(33) 8885-6668	viniciusisasm@gmail.com	



Item 10: Frigobar

Preço Estimado: R\$ 1.518,60 (un)

Percentual: -

Preço Estimado Calculado: R\$ 1.518,60

Média dos Preços Obtidos: R\$ 1.518,60

Quantidade	Descrição	Observação
1 Unidade	Frigobar com capacidade de 117 a 122 litros, com selo de eficiência energética PROCEL padrão "A", 127 Volts, na cor branca	

**Preço (Outros Entes Públicos) 1: Média das 10 Melhores Propostas Iniciais**

**R\$ 1.518,60**

**Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)**

<b>Órgão:</b> ASSESSORIA ESPECIAL DA VICE-GOVERNADORIA	<b>Data:</b> 01/09/2025 12:00
<b>Objeto:</b> Aquisição do material permanente (aparelho e utensílios domésticos), Forno de Microondas e Frigobar.	<b>Modalidade:</b> DISPENSA - COTAÇÃO ELETRÔNICA
<b>Descrição:</b> FRIGOBAR, CAPACIDADE 122 LITROS, VERTICAL, PUXADOR FIXO, CAIXA 1.0 UNIDADE - FRIGOBAR, CAPACIDADE 122 LITROS, VERTICAL, PUXADOR FIXO, CAIXA 1.0 UNIDADE	<b>SRP:</b> NÃO
	<b>Identificação:</b> 2025/22139
	<b>Lote/Item:</b> /2
	<b>Ata:</b> N/A
	<b>Fonte:</b> s2gpr.sefaz.ce.gov.br/licita-web/paginas/licita/PublicacaoList.seam
	<b>Quantidade:</b> 2
	<b>Unidade:</b> CAIXA 1.0 UNIDADE
	<b>UF:</b>

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Inicial
59.443.092/0001-27 *VENCEDOR*	CÂNDIDO E FELIX COMERCIO E SERVICOS LTDA	R\$ 1.400,00
<b>Marca:</b> midea <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada  <b>Endereço:</b> ,		
53.029.926/0001-76	CSV COMERCIO E SERVICOS LTDA	R\$ 1.400,00
<b>Marca:</b> EOS <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada  <b>Endereço:</b> ,		
55.308.122/0001-31	55.308.122 JOAO PEDRO PAULINO NASCIMENTO	R\$ 1.450,00
<b>Marca:</b> ELECTROLUX <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada  <b>Endereço:</b> ,		
31.113.002/0001-10	NOOBI COMERCIO ELETRONICO LTDA	R\$ 1.488,00
<b>Marca:</b> A <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada		
<b>Estado:</b> CE	<b>Cidade:</b> Fortaleza	<b>Endereço:</b> R PADRE LUIS FIGUEIRA, 230
		<b>Telefone:</b> (85) 8161-0934
		<b>Email:</b> rafael.ppaiva@hotmail.com



CNPJ	Razão Social do Fornecedor		Valor da Proposta Inicial
37.971.481/0001-92	S.G.E COMERCIO LTDA		R\$ 1.500,00
<b>Marca:</b> S <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada  <b>Endereço:</b> ,			
61.280.391/0001-30	61.280.391 KAWANNY DA SILVA		R\$ 1.500,00
<b>Marca:</b> ka <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada  <b>Endereço:</b> ,			
47.869.266/0001-39	47.869.266 MARCOS LEANDRO PEREIRA DE LIMA		R\$ 1.575,00
<b>Marca:</b> Electrolux <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada  <b>Endereço:</b> ,			
51.044.835/0001-84	51.044.835 FABIO DOS SANTOS SILVA		R\$ 1.600,00
<b>Marca:</b> electrolux <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada  <b>Endereço:</b> 20, 80			
		<b>Telefone:</b> (85) 9768-6149	<b>Email:</b> distrimixsolucoes@gmail.com
32.163.711/0001-73	MR COMERCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA LTDA		R\$ 1.623,00
<b>Marca:</b> eletrox <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada  <b>Estado:</b> CE <b>Cidade:</b> Fortaleza <b>Endereço:</b> RUA 26 (CONJ. RESID. PREF. JOSE WALTER), 180 <b>Telefone:</b> (85) 8658-2536			
25.193.345/0001-30	HALTECH COMERCIO DE PECAS PARA MOTOCICLETAS LTDA		R\$ 1.650,00
<b>Marca:</b> esmaltec <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada  <b>Estado:</b> CE <b>Cidade:</b> Ocara <b>Endereço:</b> RUA PLACA JOSE PEREIRA, SN <b>Telefone:</b> (85) 9131-2096 / (85) 9724-7390 / (85) 9119-4250 <b>Email:</b> haltech.empreendimentos@gmail.com			
43.022.229/0001-30	COMERCIAL LIMA DE EQUIPAMENTOS SUPRIMENTOS E SERVISSE LTDA		R\$ 1.675,00
<b>Marca:</b> MIDEA <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada  <b>Endereço:</b> ,			
58.623.476/0001-69	58.623.476 ZELIA OLIVEIRA DE CASTRO		R\$ 1.689,81
<b>Marca:</b> MIDEA <b>Fabricante:</b> Fabricante não informado <b>Modelo:</b> <b>Descrição:</b> Descrição não informada  <b>Endereço:</b> ,			



CNPJ		Razão Social do Fornecedor		Valor da Proposta Inicial	
36.901.695/0001-20		C G C DE ARAUJO		R\$ 1.695,00	
Marca: eos					
Fabricante: Fabricante não informado					
Modelo:					
Descrição: Descrição não informada					
Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:	
CE	Eusébio	RUA NOSSA SENHORA APARECIDA, 730	(85) 8762-3202	cgccomercioelogistica@gmail.com	
57.095.893/0001-13		57.095.893 JOAO VICTOR MOREIRA MAIA		R\$ 1.700,00	
Marca: Electrolux					
Fabricante: Fabricante não informado					
Modelo:					
Descrição: Descrição não informada					
Endereço:					
,					
10.279.329/0001-97		VELOX EMPREENDIMENTO LTDA		R\$ 1.709,00	
Marca: diversos					
Fabricante: Fabricante não informado					
Modelo:					
Descrição: Descrição não informada					
Endereço:					
,					
23.144.480/0001-60		WILLIAN DE MENEZES JUNIOR		R\$ 1.790,00	
Marca: electrolux					
Fabricante: Fabricante não informado					
Modelo:					
Descrição: Descrição não informada					
Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:	
CE	Pacajus	TRAVESSA VILA DA MATA, 34	(85) 9242-9267	comercialmenezess@hotmail.com	







## Extrato de fontes utilizadas neste relatório

**ATENÇÃO** - O Banco de Preços é uma solução tecnológica que atende aos parâmetros de pesquisa dispostos em Leis vigentes, Instruções Normativas, Acórdãos, Regulamentos, Decretos e Portarias. Sendo assim, por reunir diversas fontes governamentais, complementares e sites de domínio amplo, o sistema não é considerado uma fonte e, sim, um meio para que as pesquisas sejam realizadas de forma segura, ágil e eficaz.

### Fontes utilizadas nesta cotação:

1 - Compras CE s2gpr.sefaz.ce.gov.br/licita-web/paginas/licita/PublicacaoList.seam	Data: 03/10/2025 12:01:54 Acessar a fonte <a href="#">aqui</a>
2 - Compras.gov.br www.gov.br/compras/pt-br	Data: 03/10/2025 11:19:03 Acessar a fonte <a href="#">aqui</a>
3 - Licitar Digital app2.licitardigital.com.br/pesquisa	Data: 03/10/2025 12:00:14 Acessar a fonte <a href="#">aqui</a>
4 - Portal de Compras Publicas www.portaldecompraspublicas.com.br	Data: 03/10/2025 11:55:12 Acessar a fonte <a href="#">aqui</a>
5 - Portal Nacional de Contratações Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br	Data: 03/10/2025 11:46:44 Acessar a fonte <a href="#">aqui</a>





MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DE RORAIMA

**DESPACHO - Nº 1050475 - NAVEF, 22 DE OUTUBRO DE 2025**

Considerando a despesa no valor de R\$ 37.489,00 (trinta e sete mil, quatrocentos e oitenta e nove reais) para aquisição de mobiliários diversos e frigobar, incluindo a instalação e montagem, para estruturação do Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais e Familiares - NAVEF no âmbito do MPRR, encaminho os autos ao Departamento Orçamentário e Financeiro para informação de disponibilidade orçamentária.

Na oportunidade, destaco que por determinação do art. 75 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33/2023, os recursos dos instrumentos de Convênio serão depositados, geridos e mantidos em conta bancária específica aberta em instituição financeira oficial, e somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas constantes do plano de trabalho ou para aplicação financeira.

Após, os autos deverão seguir à Diretoria-Geral para aprovação do TR - Termo de Referência NAVEF 1040598.



Documento assinado eletronicamente por **RARISON DE OLIVEIRA FREITAS**, Técnico(a) Administrativo, em 22/10/2025, às 14:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.mpr.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.mpr.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1050475** e o código CRC **00BD8DFC**.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA**

Av. Santos Dumont, nº 710 - Bairro São Pedro - CEP 69306-680 - Boa Vista - RR -  
www.mprr.mp.br

À Diretoria Geral,

Informo que há disponibilidade orçamentária conforme detalhamento no quadro abaixo:

<b>Classificação Funcional Programática</b>	<b>Categoria Econômica e Elemento de Despesa</b>	<b>Saldo em R\$</b>
03.091.004.2182	449052	530.750,54

Havendo autorização para emissão da(s) Nota(s) de Empenho(s), a(s) mesma(s) deverá(ão) ser(em) emitida(s) com as seguintes Informações:

<b>Elemento de Despesa</b>	<b>Subelemento</b>	<b>Fonte</b>
449052	8/27	1700.0000

Sendo a aquisição feita por dispensa de licitação, baseada no Inciso II do Artigo 75 da Lei 14.133/21, informo que os saldos dos subelementos **8** e **27** são de **R\$ 62.725,59**, respectivamente.

\* Informo que, foi solicitado junto à SEPLAN/RR a regularização via Crédito Suplementar, estamos aguardando a efetivação.



Documento assinado eletronicamente por **ALESSANDRA MACEDO DE LIMA**,  
**Diretor(a) de Departamento - Em exercício**, em 29/10/2025, às 15:49,  
conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site  
[https://sei.mprr.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.mprr.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.mprr.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código  
verificador **1052337** e o código CRC **A54C4B03**.





MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DE RORAIMA

**DESPACHO - Nº 1052994 - DG, 30 DE OUTUBRO DE 2025**

Ciente.

Aprovo o termo de referência 1040598, nos termos da justificativa apresentada.

Encaminhe-se à CPL para prosseguimento do feito.



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO CLESIO MOTTA DE ROSSO, Diretor Geral**, em 30/10/2025, às 14:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.mpr.ror.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.mpr.ror.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1052994** e o código CRC **72F0AF96**.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DE RORAIMA

**DESPACHO - Nº 1053244 - CPL, 30 DE OUTUBRO DE 2025**

Encaminho os autos ao Exmo. Procurador-Geral de Justiça para autorização de abertura do processo. Após, os autos deverão retornar a esta Comissão para prosseguimento.



Documento assinado eletronicamente por **ANA PAULA VERAS DE PAULA, Chefe de Divisão**, em 30/10/2025, às 15:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.mprp.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.mprp.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1053244** e o código CRC **44117512**.





MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DE RORAIMA

**DESPACHO - Nº 1053934 - GABPGJ, 31 DE OUTUBRO DE 2025**

0.0.0.

0.0.0. **Processo Sei n.º 19.26.110001194.0000003/2025-26**

0.0.0. **Origem:** Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais e Familiares - NAVEF

0.0.0. **Assunto:** Aquisição de mobiliários diversos e frigobar

0.0.0.

0.0.0.

0.0.0. Considerando o valor da despesa de R\$ 37.489,00;

0.0.0. Considerando o TR - Termo de Referência Sei n.º 1040598;

0.0.0. Considerando a Disponibilidade Orçamentária DVOF Sei n.º 1052337.

0.0.0.

0.0.0. Presentes os requisitos, AUTORIZO a abertura do processo.

0.0.0. Encaminhe-se à Comissão de Contratação, para conhecimento e demais providências.



Documento assinado eletronicamente por **FABIO BASTOS STICA**,  
**Procurador(a)-Geral de Justiça**, em 31/10/2025, às 17:24, conforme art. 1º, III,  
"b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site  
[https://sei.mprp.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.mprp.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.mprp.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código  
verificador **1053934** e o código CRC **CD39351A**.

**Data de Envio:**

03/11/2025 11:51:07

**De:**

MPRR/Comissão Permanente de Licitação <cpl@mprr.mp.br>

**Para:**

ivelto.americamoveis@hotmail.com

**Assunto:**

DE ACORDO TR, Declaração de Regularidade e CND Municipal

**Mensagem:**

Prezados bom dia,

Ao cumprimentá-los, para fins de instrução do Processo SEI nº 3/2025-26, na aquisição dos itens 3, 5, 6, 8 e 9, conforme proposta enviada no dia 26/9/2025, solicitamos:

- DE ACORDO ao Termo de Referência, anexo;
- Preenchimento e assinatura da Declaração de Regularidade, anexo; e,
- CND Municipal atualizada.

At.te

Luiz Marden Matos Conde  
CPL/MPRR

**Anexos:**

AMÉRICA - Declaração de Regularidade.pdf  
TR\_\_\_Termo\_de\_Referencia\_1040598.pdf

**Data de Envio:**

03/11/2025 14:18:35

**De:**

MPRR/Comissão Permanente de Licitação <cpl@mprr.mp.br>

**Para:**

ivelto.americamoveis@hotmail.com

**Assunto:**

Complemento

**Mensagem:**

Prezados,

Complementando o e-mail anterior, encaminho sua proposta encaminhada para o MPRR no dia 26/9/2025.

At.te.

Luiz Marden Matos Conde  
CPL/MPRR

**Anexos:**

Cotacao\_1041144\_Cotacao\_America\_Moveis.pdf

**Data de Envio:**

03/11/2025 14:28:28

**De:**

MPRR/Comissão Permanente de Licitação <cpl@mprr.mp.br>

**Para:**

contabilperin@grupoperin.com.br

**Assunto:**

DE ACORDO TR, Declaração de Regularidade e CND Municipal

**Mensagem:**

Prezados boa tarde,

Ao cumprimentá-los, para fins de instrução do Processo SEI nº 3/2025-26, na aquisição dos itens 1, 2, 4 e 7, conforme proposta enviada no dia 24/9/2025 (anexo), solicitamos:

- DE ACORDO ao Termo de Referência, anexo;
- Preenchimento e assinatura da Declaração de Regularidade, anexo; e,
- CND Municipal atualizada.

At.te

Luiz Marden Matos Conde  
CPL/MPRR

**Anexos:**

PERIN - Declaração de Regularidade.pdf  
TR\_\_\_Termo\_de\_Referencia\_1040598.pdf  
Cotacao\_1041147\_Cotacao\_Perin.pdf

**Data de Envio:**

03/11/2025 14:33:56

**De:**

MPRR/Comissão Permanente de Licitação <cpl@mprr.mp.br>

**Para:**

vendas@waninformatica.com.br

**Assunto:**

DE ACORDO TR e Declaração de Regularidade

**Mensagem:**

Prezados boa tarde,

Ao cumprimentá-los, para fins de instrução do Processo SEI nº 3/2025-26, na aquisição do item 10, conforme proposta enviada no dia 1º/10/2025 (anexo), solicitamos:

- DE ACORDO ao Termo de Referência, anexo; e,
- Preenchimento e assinatura da Declaração de Regularidade.

At.te

Luiz Marden Matos Conde  
CPL/MPRR

**Anexos:**

WAN - DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE.pdf

WAN - PROPOSTA.pdf

TR\_\_\_\_Termo\_de\_Referencia\_1040598.pdf



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DE RORAIMA

**PARECER - CPL**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO (ART. 75, II, DA LEI Nº 14.133/2021)**

Cuidam os autos de **aquisição de mobiliários diversos e frigobar** para estruturação do Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais e Familiares - NAVEF no âmbito do Ministério Público do Estado de Roraima, **com recursos do Termo de Convênio nº 974873/2025 - SENAPPEN/MJSP** 1038069, conforme DFD-NAVEF nº 1039272.

No TR - Termo de Referência NAVEF 1040598 é apresentada a justificativa para contratação, obrigações da Contratante e Contratada, formas de execução do serviço, condições de entrega e recebimento do objeto, dentre outros aspectos essenciais à demanda, fundamentado pela Proposta de Convênio nº 220/2025 1038025, pelo Projeto Básico - Convênio 1045417, pelo Projeto Básico - Mobiliário e Frigobar 1048436, pelo Termo de Convênio nº 974876 1038069 e pela Portaria nº 0979678 - PGJ 1039141. Devidamente aprovado pela Diretoria-Geral (Despacho DG 1052994).

Os custos com a presente contratação perfazem o valor total de **R\$ 37.489,00 (trinta e sete mil, quatrocentos e oitenta e nove reais)**, e foram aferidos com base na Pesquisa de Preços NAVEF 1038108, sob um conjunto de 5 (cinco) preços junto aos fornecedores locais, conforme parâmetros da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.

Informação de Disponibilidade Orçamentária no documento 1052337, a qual correrá por conta da Classificação Funcional Programática 03091004.2182, Elemento 449052, Subelementos 8/27, Fonte 1700.0000.

Autorização para abertura de processo consta na Despacho GABPGJ 1053934.

É o Relatório. Passo à manifestação e Parecer.

Em abril de 2025, o Ministério Público do Estado de Roraima apresentou a Proposta de Convênio nº 220/2025 (doc. 1038025) para fins de financiamento do Programa Recomeçar - Rede de Cuidado, Orientação e Apoio às Vítimas de Crime do Ministério da Justiça e Segurança Pública, com o objetivo de implementar e estruturar o Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes e Ato Infracionais e Familiares no MPRR.

A implementação do Programa Recomeçar engendra por compreender que a efetivação da Justiça também perpassa pela atenção às vítimas diretas e dos seus familiares, pela ressignificação da dor e dos traumas, através do atendimento humanizado ofertado por servidores qualificados que articularão ao longo do percurso o acolhimento necessário para que as vítimas tenham acesso aos atendimentos básicos e encaminhamentos junto a rede de saúde e socioassistencial.

Nesse aspecto, no âmbito do Ministério Público do Estado de Roraima, é necessário reconhecer a importância de instituir uma política institucional, com a adoção de medidas destinadas a assegurar a atuação ministerial voltada ao acolhimento das vítimas de violência e à supressão da revitimização no âmbito institucional.

Ato contínuo, com a aprovação da Proposta, foi celebrado Termo de Convênio nº 974873/2025 (doc. 1038069) com a Secretaria Nacional de Políticas Penais - SENAPPEN/MJSP, com repasse de valores destinados exclusivamente à estruturação física e de pessoal do NAVEF.

Os recursos financeiros para a execução do objeto do Convênio perfazem o valor total de R\$ 1.776.406,76 (um milhão, setecentos e setenta e seis mil, quatrocentos e seis reais e setenta e seis centavos), sendo:

- a) R\$ 1.774.630,35 (um milhão, setecentos e setenta e quatro mil seiscentos e trinta reais e trinta e cinco centavos) para contratação de pessoal (Recursos Humanos) e aquisição de bens e equipamentos;
- b) R\$ 1.776,41 (um mil, setecentos e setenta e seis mil e quarenta e um reais) relativos à contrapartida do Conveniente.

Busca-se com a estruturação do NAVEF garantir o encaminhamento eficaz das vítimas aos órgãos da rede, de acordo com as suas competências, com o propósito de oferecer informações, orientações, proteção, assistência social, psicológica, jurídica e de saúde, bem como o ressarcimento, a participação, o acesso à justiça, a investigação da situação e a responsabilização dos autores do crime.

Nesse sentido, justifica-se a aquisição de material necessário à estruturação das salas de atendimento, com equipamentos próprios que propiciem o melhor acolhimento às pessoas vítimas de crimes/atos infracionais e seus familiares.

Outrossim, o Termo de Convênio nº 974873 NAVEF 1038069 na **Cláusula Terceira, alínea I, item k**, estabelece a obrigação do Concedente (Secretaria Nacional de Políticas Penais - SENAPPEN) de efetivar o repasse dos recursos para o Conveniente (Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Roraima), conforme o cronograma financeiro previamente aprovado no Plano de Trabalho. A etapa de "instrução do processo" (análise dos requisitos, do Plano de Trabalho e emissão do empenho) é uma condição anterior que o Concedente deve cumprir antes de realizar a transferência.

k) **transferir os recursos financeiros** para o CONVENIENTE, de acordo com o cronograma de desembolso; (grifei)

Neste diapasão, a despesa a que se refere o presente procedimento poderá ser efetivada mediante **Dispensa de Licitação**, com fundamento no **art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021 c/c Decreto nº 12.343/24**:

II - para contratação que envolva valores inferiores a **R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil, setecentos e vinte e cinco reais, e cinquenta e nove centavos)**, no caso de outros serviços e compras; (grifei)

Destarte, conforme Pesquisa de Preços NAVEF 1038108, o fornecimento em questão poder ser efetivado pelas empresas:

- o **AMÉRICA MÓVEIS E ELETRO LTDA - EPP (CNPJ 10.175.675/0001-25) pelo valor de R\$ 16.795,00 (dezesesseis mil, setecentos e noventa e cinco reais)**, para os itens 3, 5, 6, 8 e 9 (Proposta Atualizada 1055466);
- o **LOJAS PERIN LTDA (CNPJ 10.138.105/0001-65) pelo valor de R\$ 18.995,00 (dezoito mil, novecentos e noventa e cinco reais)**, para os itens 1, 2, 4 e 7 (Proposta 1055466); e,
- o **ALEX SANTOS MACEIO LTDA / WAN INFORMÁTICA E TECNOLOGIA (CNPJ 05.664.312/0001-13) pelo valor de R\$ 1.699,00 (um mil seiscentos e noventa e nove reais)**, para o **item 10** (Proposta 1056012).

O valor total para aquisição, portanto, perfaz o montante de **R\$ 37.489,00 (trinta e sete mil, quatrocentos e oitenta e nove reais)**.



Por ocasião das peculiaridades do processo, o critério de julgamento que mais se adequa é o menor preço por item, sendo que a seleção do fornecedor ocorrerá conforme o seguinte detalhamento:

POR ITEM					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	FORNECEDOR
1	Longarina 3 lugares	2	R\$ 3.032,00	R\$ 6.064,00	LOJAS PERIN
2	Mesa Estação de Trabalho em L	6	R\$ 1.150,00	R\$ 6.900,00	LOJAS PERIN
3	Cadeira Escritório Giratória	6	R\$ 1.159,00	R\$ 6.954,00	AMÉRICA MÓVEIS
4	Cadeira Escritório Fixa	12	R\$ 419,00	R\$ 5.028,00	LOJAS PERIN
5	Sofá 3 lugares	1	R\$ 2.197,00	R\$ 2.197,00	AMÉRICA MÓVEIS
6	Poltrona Recepção/Escritório	2	R\$ 1.435,00	R\$ 2.870,00	AMÉRICA MÓVEIS
7	Armário para escritório com 2 portas	1	R\$ 1.003,00	R\$ 1.003,00	LOJAS PERIN
8	Mesa redonda para reunião com 6 lugares	1	R\$ 1.216,00	R\$ 1.216,00	AMÉRICA MÓVEIS
9	Balcão de Recepção/Escritório	1	R\$ 3.558,00	R\$ 3.558,00	AMÉRICA MÓVEIS
10	Frigobar	1	R\$ 1.699,00	R\$ 1.699,00	WAN
VALOR GERAL				R\$ 37.489,00	

POR FORNECEDOR						
FORNECEDOR	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR

<b>LOJAS PERIN</b>	1	Longarina 3 lugares	2	R\$ 3.032,00	R\$ 6.064,00	<b>R\$ 18.995,00</b>
	2	Mesa Estação de Trabalho em L	6	R\$ 1.150,00	R\$ 6.900,00	
	4	Cadeira Escritório Fixa	12	R\$ 419,00	R\$ 5.028,00	
	7	Armário para escritório com 2 portas	1	R\$ 1.003,00	R\$ 1.003,00	
<b>AMÉRICA MÓVEIS</b>	3	Cadeira Escritório Giratória	6	R\$ 1.159,00	R\$ 6.954,00	<b>R\$ 16.795,00</b>
	5	Sofá 3 lugares	1	R\$ 2.197,00	R\$ 2.197,00	
	6	Poltrona Recepção/Escritório	2	R\$ 1.435,00	R\$ 2.870,00	
	8	Mesa redonda para reunião com 6 lugares	1	R\$ 1.216,00	R\$ 1.216,00	
	9	Balcão de Recepção/Escritório	1	R\$ 3.558,00	R\$ 3.558,00	
<b>WAN</b>	10	Frigobar	1	R\$ 1.699,00	R\$ 1.699,00	<b>R\$ 1.699,00</b>
<b>VALOR GERAL</b>						<b>R\$ 37.489,00</b>

O referido custo, inclusive, cumpre o disposto no art. 75, §1º, I e II, da Lei nº 14.133/2021 que veda a aquisição de bens ou serviços com valores superiores ao somatório das despesas com objeto da mesma natureza assim entendidos aqueles relativos à contratações no mesmo ramo de atividade, conforme parte final do documento 1052337.

Desta feita, as Propostas apresentadas demonstram que os preços praticados para os objetos **são compatíveis com os atuais preços de mercado**, e, ainda, representam os **menores valores** dentre os preços pesquisados na Pesquisa de Preços NAVEF 1038108, refletindo importante vantagem econômica para o futuro Contrato, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.

No tocante à **qualificação fiscal, social e trabalhista** e consulta consolidada do Tribunal de Contas da União da futura Contratada, verifica-se a regularidade dos aludidos documentos, conforme Certidões/Declarações 1054820, XXXXXX e 1054826.

Destaco, ainda, que as empresas em tela concordaram em fornecer o objeto do TR - Termo de Referência NAVEF 1040598 e consentiram todas as responsabilidades, prazos e eventuais aplicações de penalidades e, portanto, manifestaram ciência nas obrigações, conforme correios eletrônicos, documentos 1054821, 1056053 e 1054827. E, em cumprimento à Resolução CNMP nº 37/2009, as futuras contratadas apresentaram também as Declarações de Regularidade 1054829, 1056048 e 1054839.

Ante ao exposto, em observância aos princípios da legalidade e eficiência, esta Comissão manifesta-se pela contratação direta das empresas **AMÉRICA MÓVEIS E ELETRO LTDA - EPP (CNPJ 10.175.675/0001-25), LOJAS PERIN LTDA (CNPJ 10.138.105/0001-65) e ALEX SANTOS MACEIO LTDA / WAN INFORMÁTICA E TECNOLOGIA (CNPJ 05.664.312/0001-13)** para aquisição do objeto pretendido, pelo valor total de **R\$ 37.489,00 (trinta e sete mil, quatrocentos e oitenta e nove reais)**, mediante Dispensa de Licitação, nos termos do art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021.

Impende destacar, ainda, que por se tratar de Dispensa de Licitação em razão do valor, com entrega imediata e integral do objeto, da qual não resultará obrigação futura, o instrumento contratual será dispensado, com fundamento no art. 95, I e II, da Lei nº 14.133/2021.

Remetam-se os autos para análise do Controle Interno (art. 169, II, da Lei nº 14.133/2021) e, posteriormente à Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral para análise e emissão de Parecer, para fins do art. 53, § 1º da Lei nº 14.133/21.

Após, pugno por nova vista para publicação de Extrato de Dispensa de Licitação e inclusão no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, nos termos do art. 174 da Lei nº 14.133/2021.



Documento assinado eletronicamente por **ANA PAULA VERAS DE PAULA, Chefe de Divisão**, em 11/11/2025, às 17:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.mpr.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.mpr.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1054291** e o código CRC **1AB5E52F**.

**PORTARIA - Nº 0647971 - PGJ, 23 DE MARÇO DE 2023**

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições legais,

**R E S O L V E:**

**ALTERAR** a Portaria **0613356** – PGJ, 29 DEZ2022, publicada no DEMPRR nº 165, de 30DEZ2022, tornando pública a escala de plantão dos **Promotores de Justiça da Região Norte** (Alto Alegre, Bonfim e Pacaraima), referente ao mês de **ABRIL/2023**, em cumprimento a Resolução PGJ Nº 006, de 27SET2021, publicada no DJE nº 7007, em 29SET2021.

DIAS	PROMOTOR(A)	TELEFONE
31/03 a 03/04	DR. FELIPE HELLU MACEDO	(95) 99173-9178
04 a 10	DR. PAULO ANDRÉ DE CAMPOS TRINDADE	(95) 98402-3424
14 a 17	DR. FELIPE HELLU MACEDO	(95) 99173-9178
20 a 24	DR. FELIPE HELLU MACEDO	(95) 99173-9178

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

**Fábio Bastos Stica**  
Procurador-Geral de Justiça



Documento assinado eletronicamente por **FABIO BASTOS STICA, Procurador(a)-Geral de Justiça**, em 23/03/2023, às 12:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.mprp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.mprp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0647971** e o código CRC **3C9FF9FA**.

**PORTARIA - Nº 0647999 - PGJ, 23 DE MARÇO DE 2023**

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições legais

**R E S O L V E:**

Art. 1º - Designar, com fundamento nos arts. 6º, LX e 8º, caput da Lei nº 14.133/2021 e art. 3º do Decreto nº 11.246/2021, os servidores efetivos para atuarem como Agentes de Contratação:

I - **ANA PAULA VERAS DE PAULA** - Chefe de Divisão

II - **KATIÚSCIA CARVALHO ALBUQUERQUE TELES** - Assistente Administrativo

III - **LUIZ MARDEN MATOS CONDE** - Assistente Administrativo

Parágrafo primeiro. Na licitação modalidade Pregão, o Agente responsável pela condução do certame será designado Pregoeiro.

Parágrafo segundo. O Agente de Contratação será auxiliado pela Equipe de Apoio e responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da equipe.

Art. 2º - A licitação será conduzida por Agente de Contratação, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório, negociar e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação, incluindo a solicitação de emissão de Pareceres Técnicos e Jurídicos, para subsidiar as suas decisões.

Art. 3º - Instituir, com fundamento nos arts. 6º, L e 8º, §2º da Lei nº 14.133/2021 e art. 5º do Decreto nº 11.246/2022 a Comissão Permanente de Contratação composta pelos servidores efetivos:

**I - ANA PAULA VERAS DE PAULA** - Chefe de Divisão/Presidente da Comissão

**II - KATIÚSCIA CARVALHO ALBUQUERQUE TELES** - Assistente Administrativo/Membro

**III - LUIZ MARDEN MATOS CONDE** - Assistente Administrativo/Membro

**IV- FERNANDO MENDES FERREIRA LEITE** - Chefe de Secretaria/Substituto

**V - MARCOS MILTON RODRIGUES** - Motorista/Substituto

Parágrafo primeiro. Os membros da Comissão responderão solidariamente por todos os atos praticados, ressalvado o membro que expressar posição individual divergente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que houver sido tomada a decisão.

Art. 4º - A Comissão Permanente de Contratação será composta por, no mínimo, 3 (três) membros e tem a função de receber, examinar e julgar documentos relativos às licitações e aos procedimentos auxiliares, inclusive a modalidade Diálogo Competitivo e licitações que envolvam bens ou serviços especiais.

Art. 5º - Instituir, com fundamento no art. 8º, §1º da Lei nº 14.133/2021 e art. 16 do Decreto nº 11.246/2022, os servidores para integrarem a Equipe de Apoio com a função de auxiliar os Agentes de Contratação ou a Comissão Permanente de Contratação no exercício de suas atribuições.

**I - ALEXSANDRO CARVALHO DOS SANTOS**

**II - CEDRIC CAROL PATRICIAN WILLIAMS FILHO**

**III - FABIANA SILVA E SILVA**

**IV - FERNANDO MENDES FERREIRA LEITE**

**V - FRANCIELE COLONIESE BERTOLI**

**VI - FRANCISCO RAFAEL RAMOS RABELO**

**VII - JANIO LIRA JUCÁ**

**VIII - JARBAS ERNANI NOGUEIRA BOHN**

**IX - JOSE CEZA ARAUJO**

**X - LEONARDO SOLIGO GOMES**

**XI - LETÍCIA DE OLIVEIRA BARBOSA**

**XII - LIDIANE TEIXEIRA DA SILVA**

**XIII - MARCELO SEIXAS**

**XIV - MARCOS MILTON RODRIGUES**

**XV - RICARDO DE SOUSA RODRIGUES****XVI - TAMIRES MORAES E SILVA**

Art. 6º - Cabe à servidora Ana Paula Veras de Paula - Chefe de Divisão a distribuição dos processos de licitação a cada um dos Agentes de Contratação/Pregoeiros designados no art. 1º, bem como designar seus substitutos, nas hipóteses de afastamento, impedimento legal ou regulamentar.

Parágrafo único. Em suas ausências ou impedimentos, a servidora Ana Paula Veras de Paula - Chefe de Divisão será substituída pela servidora Katiúscia Carvalho Albuquerque Teles - Assistente Administrativo.

Art. 7º - O Agente de Contratação, a Comissão Permanente de Contratação e a Equipe de Apoio contarão, no desempenho de suas funções essenciais, com o auxílio da Assessoria Jurídica e das unidades que exercem controle interno.

Art. 8 - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 1º de abril de 2023.

Art. 9º - Revogam-se a Portaria - nº 0622225 - PGJ de 25 de janeiro de 2023, Resolução nº 11, de 17 de dezembro de 2007 e Resolução nº 12, de 17 de dezembro de 2007.

Publique-se e cumpra-se.

**Fábio Bastos Stica**  
Procurador-Geral de Justiça



Documento assinado eletronicamente por **FABIO BASTOS STICA, Procurador(a)-Geral de Justiça**, em 23/03/2023, às 12:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.mpr.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.mpr.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0647999** e o código CRC **FAB1A95A**.

**LOJAS PERIN LTDA**

Cnpj: 10.138.105/0001-65

Telefone:

Endereço: AVENIDA MAJOR WILLIAMS, 1147, , Centro, Boa Vista - RR, 69301-110

Data de Emissão: 24/09/2025

Cliente: CLIENTES DIVERSOS

Telefone: (95) 3621-4800

E-mail:

Validade: 03/12/2025

Nº Orçamento: 752

Para mais informações entrar em contato com consultor(a): 91735 - AISLAN TEIXEIRA DA SILVA - MATRIZ

**PRODUTOS**

Seq.	Descrição	Qtde	VI. Unitário	% Desc.	VI. Desc.	Total
1	56521 – CONJ.POLT.AUDIT.3LUG. 4005 CZ-PTO BCO AMER.INJ.EP	2	3.369,00	10,00%	674,00	6.064,00
						/ Opção: 1
2	122377 – ESTACAO DE TRABALHO 1500X1500 CINZA CRISTAL	5	1.278,00	10,02%	640,00	5.750,00
						/ Opção: 1
3	117208 – POLT. DIRETOR GIRAT. 4002 START RELAX 50NY-SL-EP VINIL PRETO	5	1.315,00	10,04%	660,00	5.915,00
						/ Opção: 1
4	129049 – CADEIRA FIXA APROX. 4008 START P-L2048-INJ-EP TEC. PRETO	12	465,00	9,89%	552,00	5.028,00
						/ Opção: 1
5	128741 – ESTOFADO 3 LUG. 3109-C-2738-079 PRETO LISO	1	2.859,00	10,00%	286,00	2.573,00
						/ Opção: 1
6	122771 – POLT. FIXA VELO-SI-TL CB-C-BR-CR PRETO EST. CROM.	2	2.115,00	10,02%	424,00	3.806,00
						/ Opção: 1
7	83200 – REFRIG. 117 LTS 1P. BRANCO.	1	2.275,00	9,98%	227,00	2.048,00
						/ Opção: 1
8	122378 – ARM. ESC. 2P. ALTO PRETO-EMBUIA TERRA	1	1.115,00	10,04%	112,00	1.003,00
						/ Opção: 1
9	3510 – TELEVISOR 50 AIWA ANDROID BORDA INF. 4K 5026-02	1	3.218,00	10,01%	322,00	2.896,00
						/ Opção: 1

**FORMAS DE PAGAMENTO**

Total Bruto: R\$ 38.980,00

Pix chave: 1x de R\$ 35.083,00  
R\$

Total com Desconto: R\$ 3.897,00

Total: R\$ 35.083,00

**OBSERVAÇÕES**

PRODUTOS A PRONTA ENTREGA.

CONTATO: AISLAN-95 99147 7883

**10.138.105/0001-65****LOJAS PERIN LTDA.**

Av. Major Williams, 1147 - Centro

**#CEP: 69.301-110**  
**Boa Vista - RR****Roney Roberto**Gerente de Vendas  
LOJAS PERIN LTDA





## Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

### Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

#### Dados do Fornecedor

CNPJ: 10.138.105/0001-65 DUNS®: 899735997  
Razão Social: LOJAS PERIN LTDA  
Nome Fantasia:  
Situação do Fornecedor: **Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: **01/10/2026**  
Natureza Jurídica: **SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**  
MEI: **Não**  
Porte da Empresa: **Demais**

#### Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: **Consta**  
Impedimento de Licitar: **Nada Consta**  
Ocorrências Impeditivas indiretas: **Nada Consta**  
Vínculo com "Serviço Público": **Nada Consta**

#### Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "\*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).

Fornecedor possui pendências em um ou mais níveis de cadastramento. Para mais informações, utilize as funcionalidades de consulta disponíveis.

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

##### I - Credenciamento

##### II - Habilitação Jurídica

##### III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	14/04/2026	Automática
FGTS	Validade:	06/11/2025	Automática
Trabalhista ( <a href="http://www.tst.jus.br/certidao">http://www.tst.jus.br/certidao</a> )	Validade:	15/04/2026	Automática

##### IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal (Possui Pendência)

Receita Estadual/Distrital	Validade:	27/11/2025
Receita Municipal	Validade:	28/10/2025 (*)

##### V - Qualificação Técnica

##### VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 30/06/2026

Emitido em: 03/11/2025 11:29

CPF: 393.XXX.XXX-15 Nome: LUIZ MARDEN MATOS CONDE

Ass: \_\_\_\_\_

1 de 1

[Voltar](#)[Imprimir](#)**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 10.138.105/0001-65  
**Razão Social:** LOJAS PERIN LTDA  
**Endereço:** AV MAJOR WILLIAMS 1147 / CENTRO / BOA VISTA / RR / 69301-110

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 27/10/2025 a 25/11/2025

**Certificação Número:** 2025102701470145128740

Informação obtida em 03/11/2025 11:38:43

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



**Estado de Roraima  
Secretaria de Estado da Fazenda  
Departamento da Receita  
"Amazônia, patrimônio dos brasileiros"**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE OBRIGAÇÕES E DÉBITOS TRIBUTÁRIOS - CND**

<b>CGF/CPF/CNPJ</b>	<b>Nome / Razão Social</b>
10.138.105/0001-65	LOJAS PERIN LTDA

É certificado que não foram identificadas pendências em seu nome relativos a tributos/obrigações administradas pela Secretaria de Estado da Fazenda, apurados conforme Portaria SEFAZ/GAB nº 367/2011 publicada no D.O.E nº 1562 do dia 08/06/2011.

Esta certidão não abrange débitos ainda não processados, ressalva-se pois, o direito de a Fazenda Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas.

**Data de emissão:** 03/11/2025

**Validade:** 01/02/2026

A informação do NOME e CNPJ/CPF acima são de responsabilidades do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;

A pessoa ou entidade requisitante da certidão é quem está apta a responder se esta é ou não adequada à finalidade a que se destina;

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade, conforme código de Autenticação, podendo a mesma ser verificada no website da Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ RR, no endereço: <https://www.sefaz.rr.gov.br/empresa/cnd-validacao>

**Código de Autenticação: 01195B**

As pessoas ou entidades receptoras da certidão on-line, deverão como princípio de cautela, não admitir outra página de validação que não seja a da Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ RR, e, ainda verificar se os documentos pessoais do portador da certidão condizem com os dados nesta informados;

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



**Prefeitura Municipal de Boa Vista**

**Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças**

Rua Coronel Pinto, 188

Centro - BOA VISTA - RR CEP: 69301-150

CNPJ: 05.943.030/0001-55

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS**

**Número: 008456/2025.E**

Nome/Razão Social: **LOJAS PERIN LTDA**

Nome Fantasia:

Inscrição Municipal: **025146.1**

CPF/CNPJ: **10.138.105/0001-65**

Endereço: **AV. MAJOR WILLIAMS, 1147**

**CENTRO BOA VISTA - RR CEP: 69301-110**

RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR QUAISQUER DÉBITOS QUE VIEREM A SER APURADOS POSTERIORMENTE, É CERTIFICADO QUE, ATÉ A PRESENTE DATA, NÃO CONSTAM DÉBITOS TRIBUTÁRIOS DO CONTRIBUINTE ACIMA CITADO PARA COM ESTE MUNICÍPIO.

RESSALTAMOS QUE A CERTIDÃO ABRANGE OS DÉBITOS AMBIENTAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE.

Observação:

\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*

Esta certidão foi emitida em 03/11/2025 com base no Código Tributário Municipal.

Certidão válida até: **02/01/2026**

Esta certidão abrange somente a Inscrição Municipal acima identificada.

Código de controle desta certidão: **2600011647180000016117060008456202511038**



Certidão emitida eletronicamente via internet. A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço eletrônico:

<https://boavista.saatri.com.br>, Econômico - Certidão Negativa - Verificar Autenticidade

Atenção: Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Impresso em 03/11/2025 às 15:19:01



## TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

### Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

**Consulta realizada em:** 03/11/2025 17:13:35

#### Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **LOJAS PERIN LTDA**  
CNPJ: **10.138.105/0001-65**

#### Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**  
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**  
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**  
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**  
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

**RES: DE ACORDO TR, Declaração de Regularidade e CND Municipal**

1 mensagem

**Contabil Perin** <contabilperin@grupoperin.com.br>  
Para: MPRR/Comissão Permanente de Licitação <cpl@mprr.mp.br>

3 de novembro de 2025 às 15:21

Prezado Sr. Luiz Marden Matos Conde, boa tarde.

Em atenção ao e-mail abaixo, referente à instrução do Processo SEI nº 3/2025-26, informamos que seguem em anexo os documentos solicitados, quais sejam: a manifestação de DE ACORDO ao Termo de Referência, a Declaração de Regularidade devidamente preenchida e assinada, bem como a CND Municipal atualizada. Registramos, ainda, que estamos de pleno acordo com o Termo de Referência encaminhado.

Atenciosamente,

Marthus Fonseca

-----Mensagem original-----

De: MPRR/Comissão Permanente de Licitação [mailto:[sei@mprr.mp.br](mailto:sei@mprr.mp.br)]  
Enviada em: segunda-feira, 3 de novembro de 2025 14:28  
Para: [contabilperin@grupoperin.com.br](mailto:contabilperin@grupoperin.com.br)  
Assunto: DE ACORDO TR, Declaração de Regularidade e CND Municipal

Prezados boa tarde,

Ao cumprimentá-los, para fins de instrução do Processo SEI nº 3/2025-26, na aquisição dos itens 1, 2, 4 e 7, conforme proposta enviada no dia 24/9/2025 (anexo), solicitamos:

- DE ACORDO ao Termo de Referência, anexo;
- Preenchimento e assinatura da Declaração de Regularidade, anexo; e,
- CND Municipal atualizada.


At.te

Luiz Marden Matos Conde  
CPL/MPRR

---

**2 anexos**

 **Declaração.pdf**  
88K

 **Certidão Municipal.pdf**  
67K



AO  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA  
A/C LUIZ MARDEN MATOS CONDE  
CPL/MPRR

**DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE  
RESOLUÇÃO CNMP Nº 37/2009**

A empresa **LOJAS PERIN LTDA**, CNPJ: 10.138.105/0001-65, com endereço na Avenida Major Williams, 1147 – Centro, neste ato representada por VITORINO PERIN, inscrito sob CPF Nº 242.763.599-53, sob as penas da lei, DECLARO, nos termos do art. 3º da Resolução nº 37/2009, do Conselho Nacional do Ministério Público, para fins da Dispensa de Licitação(Proc. SEI nº 19.26.110001194.0000003/2025-26) realizado pelo Ministério Público do Estado de Roraima que:

( **X** ) os sócios desta empresa **NÃO** são cônjuges, companheiros(as) ou parentes, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membro ou de servidor investido em cargo de direção e de assessoramento do Ministério Público do Estado de Roraima;

( ) os sócios desta empresa são cônjuges, companheiros(as) ou parentes, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membro ou de servidor investido em cargo de direção e de assessoramento do Ministério Público do Estado de Roraima.

Nome do membro ou servidor: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Orgao de Lotacao: \_\_\_\_\_

Grau de Parentesco: \_\_\_\_\_

Por ser verdade,  
firmo a presente, sob as penas da lei.

Boa Vista, 03 de Novembro de 2025.

**LOJAS PERIN LTDA**  
CNPJ: 10.138.105/0001-65  
**VITORINO PERIN**  
CPF: 242.763.599-53






**AMÉRICA MÓVEIS E ELETRO LTDA-EPP**

CNPJ.10.175.675/0001-25 INSCRIÇÃO ESTADUAL: CGF-240.154.981

Rua: Antônio Pinheiro Galvão, 937 – Buritis Boa Vista-RR CEP. 69.309-181

LOJA FÍSICA: AV. MÁRIO HOMEM DE MELO, 1865 - MECEJANA

**PROPOSTA DE VENDA Nº 004 - A 03 / 11 / 2025**
**CLIENTE : MINISTERIO PUBLICO DE RORAIMA – PROCURADORIA GERRAL DE JUSTIÇA.**

ITEM	PRODUTO	UND.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
03	 <p>Cadeira secretária ergonômica, com sistema <b>SRE</b>, base em aço tipo aranha, pistão a gás, assento e encosto em espuma injetada, apoio de braço "SL", revestida em vinil na cor vermelha. (Marca Cavaletti – Ref. 4064 - Linha Stilo )</p> <p>OBS: ( SRE = Sistema de Regulagem de Encosto)</p>	UN	06	1.159,00	6.954,00
05	 <p>Estofado de 3 lugares, com duas almofadas; Medindo: - Largura 1.80m. - Profundidade 80cm. - Altura do assento ao piso: 45cm. - Revestimento: vinil (courino) na cor preto. (Marca: LOUREÇO)</p>	UN	01	2.197,00	2.197,00

**Perfeito para seu ambiente.  
Perfeito para seu negócio.  
Whatsaap – (95) 99171-8720**





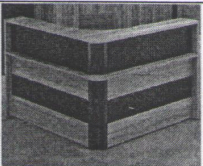


# AMÉRICA MÓVEIS E ELETRO LTDA-EPP

CNPJ.10.175.675/0001-25 INSCRIÇÃO ESTADUAL: CGF-240.154.981

Rua: Antônio Pinheiro Galvão, 937 – Buritis Boa Vista-RR CEP. 69.309-181

LOJA FÍSICA: AV. MÁRIO HOMEM DE MELO, 1865 - MECEJANA

06	 <p>Poltrona para recepção.</p> <p>Medindo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Largura 87cm</li> <li>- Profundidade 67cm</li> <li>- Altura do assento ao piso: 42cm.</li> <li>- Revestimento: vinil (courino) na cor preto. (Marca: Matrix)</li> </ul>	UN	02	1.435,00	2.870,00
08	 <p>Mesa de reunião redonda em MDP, de 1.20m de diâmetro, 74cm de altura, tampo 25mm, revestida em melaminio na Marsala/preto. (Marca: Gebb Work)</p>	UN	01	1.216,00	1.216,00
09	 <p>Balcão em "L", em aglomerado, medindo:</p> <p>Largura: 1.50x1,50m; Altura 1.10m; Profundidade: 60cm; Tampo de 25mm.</p> <p>Sem gavetas; revestido em melaminio na cor Ameixa/preto. Marca: Gebb Work).</p>	UN	01	3.558,00	3.558,00

VALOR TOTAL A PAGAR: 16.795,00

Data da Proposta: 03 / 11 / 2025  
Validade da Proposta: 30 dias  
Forma de Pagamento: À vista.  
Prazo de Entrega: 60 dias, após a compra.

## DADOS BANCÁRIOS

BANCO DO BRASIL

AGENCIA: 2617-4

CONTA: 113-313-6

CHAVE PIX: 10 175 675 0001 25

Perfeito para seu ambiente.  
Perfeito para seu negócio.

Whatsaap – (95) 99171-8720

AMÉRICA MÓVEIS E ELETRO LTDA-EPP  
Rua Antônio Pinheiro Galvão, 937 Buritis  
Boa Vista – Roraima – CEP. 69.309-181  
CNPJ: 10.175.675/0001-25 – I.E: 240154981

Ivelto M de Souza  
95/99171-8720



## Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

### Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

#### Dados do Fornecedor

CNPJ: 10.175.675/0001-25 DUNS®: 899526588  
Razão Social: AMERICA MOVEIS E ELETRO LTDA  
Nome Fantasia: AMERICA MOVEIS E ELETRO LTDA - EPP  
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 27/10/2026  
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA  
MEI: Não  
Porte da Empresa: Empresa de Pequeno

#### Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta  
Impedimento de Licitar: Nada Consta  
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta  
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

#### Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "\*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).

Fornecedor possui pendências em um ou mais níveis de cadastramento. Para mais informações, utilize as funcionalidades de consulta disponíveis.

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

##### I - Credenciamento

##### II - Habilitação Jurídica (Possui Pendência)

##### III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	16/01/2026	Automática
FGTS	Validade:	21/11/2025	Automática
Trabalhista ( <a href="http://www.tst.jus.br/certidao">http://www.tst.jus.br/certidao</a> )	Validade:	14/03/2026	Automática

##### IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal (Possui Pendência)

Receita Estadual/Distrital	Validade:	01/07/2019 (*)
Receita Municipal	Validade:	28/05/2019 (*)

##### VI - Qualificação Econômico-Financeira (Possui Pendência)

Validade:	30/04/2021 (*)
-----------	----------------

Emitido em: 03/11/2025 11:28

CPF: 393.XXX.XXX-15 Nome: LUIZ MARDEN MATOS CONDE

Ass: \_\_\_\_\_

1 de 1



**Estado de Roraima**  
**Secretaria de Estado da Fazenda**  
**Departamento da Receita**  
**"Amazônia, patrimônio dos brasileiros"**

**CERTIDÃO POSITIVA DE OBRIGAÇÕES E DÉBITOS**  
**TRIBUTÁRIOS COM EFEITOS DE NEGATIVA**

<b>CGF/CPF/CNPJ</b>	<b>Nome / Razão Social</b>
10.175.675/0001-25	AMERICA MOVEIS E ELETRO LTDA

É certificado que foram identificados débitos/obrigações administradas pela Secretaria de Estado da Fazenda estando na situação abaixo especificados, pelo que expedimos a presente certidão conforme disposto no Art. 155 § 5º da Lei 059 de 28 de dezembro de 1993 (Código Tributário Estadual), apurados conforme Portaria SEFAZ/GAB nº 367/2011 publicada no D.O.E nº 1562 do dia 08/06/2011, com os efeitos de Certidão Negativa.

Ressalva-se pois, o direito de a Fazenda Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas.

**Data de emissão:** 03/11/2025

**Validade:** 01/02/2026

A informação do NOME e CNPJ/CPF acima são de responsabilidades do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;

A pessoa ou entidade requisitante da certidão é quem está apta a responder se esta é ou não adequada à finalidade a que se destina;

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade, conforme código de Autenticação, podendo a mesma ser verificada no website da Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ RR, no endereço: <https://www.sefaz.rr.gov.br/empresa/cnd-validacao>

**Código de Autenticação: 01313B**

As pessoas ou entidades receptoras da certidão on-line, deverão como princípio de cautela, não admitir outra página de validação que não seja a da Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ RR, e, ainda verificar se os documentos pessoais do portador da certidão condizem com os dados nesta informados;

---

Internet  
**Agente Emissor**

(Internet)





**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**

Departamento de Tributos

Rua Coronel Pinto, 188 - Centro

BOA VISTA - RR - CEP: 69301-150

FONE(S): 95 3621 1653 CNPJ/MF: 05.943.030/0001-55

**CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS  
COM EFEITOS DE NEGATIVA**

**Nº 006628/2025**

Nome/Razão Social: **AMERICA MOVEIS E ELETRO LTDA - EPP**

Nome Fantasia:

Inscrição Municipal: **032825.1**

CPF/CNPJ: **10.175.675/0001-25**

Endereço: **AV. MÁRIO HOMEM DE MELO, 1865 MECEJANA**

**BOA VISTA - RR - CEP: 69304-350**

CONFORME DISPOSTO NO ART. 206 DA LEI Nº 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966, DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL, ESTE DOCUMENTO TEM OS MESMOS EFEITOS DA CERTIDÃO NEGATIVA EXPEDIDA DE ACORDO COM O ART. 205 DO REFERIDO CÓDIGO, POR EXISTIREM EM NOME DO CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFICADO DÉBITOS PARCELADOS E/OU COM EXIGIBILIDADE SUSPensa, RESSALVANDO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL DE COBRAR QUAISQUER DÉBITOS QUE VIEREM A SER APURADOS POSTERIORMENTE.

RESSALTAMOS QUE A CERTIDÃO ABRANGE OS DÉBITOS AMBIENTAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE.

Data de Emissão: **04/11/2025**

Validade: **30 ( TRINTA DIAS \*\*\*\*\* )**

Esta certidão abrange somente o contribuinte acima identificado.

Observações:

\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*

Código de controle da certidão: **0100001813280000021704030006628202511040**



Emissor: GUSTAVO

Atenção: Qualquer rasura tornará o presente documento nulo.



## TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

### Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

**Consulta realizada em:** 03/11/2025 17:22:47

#### Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **AMERICA MOVEIS E ELETRO LTDA**  
CNPJ: **10.175.675/0001-25**

#### Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**  
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**  
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**  
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**  
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

**RE: DE ACORDO TR, Declaração de Regularidade e CND Municipal**

1 mensagem

ivelto souza &lt;ivelto.americamoveis@hotmail.com&gt;

4 de novembro de 2025 às 17:25

Para: MPRR/Comissão Permanente de Licitação &lt;cpl@mprr.mp.br&gt;

**AMERICAMOVEIS E ELETRO LTDA**

Declaramos para os devidos fins que concordamos com os termos de compra e de pagamento a nós apresentados por meio do termo de referência Nº 1040598 MPRR .

Menos para o item 09 da nossa proposta, cujo o prazo de entrega é de 60 dias apos a efetivação do empenho, em razão do prazo de 30 dias, ser inviável para nós, uma vez que o movel em questão leva cerca de 50 a 55 dias para chegar, oriundo do Rio grande d Sul. de sorte que nos valemos de mais 5 dias, para que seja possível agilizar qualquer contratempo que venhamos a ter com o traslado do movel.

Boa vista, 04/11/2025

---

**De:** MPRR/Comissão Permanente de Licitação <sei@mprr.mp.br>**Enviado:** segunda-feira, 3 de novembro de 2025 13:51**Para:** ivelto.americamoveis@hotmail.com <ivelto.americamoveis@hotmail.com>**Assunto:** DE ACORDO TR, Declaração de Regularidade e CND Municipal

Prezados bom dia,

Ao cumprimentá-los, para fins de instrução do Processo SEI nº 3/2025-26, na aquisição dos itens 3, 5, 6, 8 e 9, conforme proposta enviada no dia 26/9/2025, solicitamos:

- DE ACORDO ao Termo de Referência, anexo;
- Preenchimento e assinatura da Declaração de Regularidade, anexo; e,
- CND Municipal atualizada.

At.te

Luiz Marden Matos Conde  
CPL/MPRR





**MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DE RORAIMA  
DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE  
RESOLUÇÃO CNMP Nº 37/2009**

**EMPRESA: AMERICA MOVEIS E ELETRO LTDA – CNPJ: 10.175.675/0001-25**

**DECLARANTE: MANOEL IRANILDO ALVES MOURA**

**CARGO: GERENTE ADMINISTRATIVO**

A vedação não se aplica às hipóteses nas quais a contratação seja realizada por ramo do Ministério Público diverso daquele ao qual pertence o Membro ou Servidor gerador da incompatibilidade;

A vedação se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os Membros e Servidores geradores de

incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização.

**DECLARO**, nos termos do art. 3º da Resolução nº 37/2009, do Conselho Nacional do Ministério Público, para fins da Dispensa de Licitação

(Proc. SEI nº 19.26.110001194.0000003/2025-26) realizado pelo Ministério Público do Estado de Roraima que:

☒ os sócios desta empresa **NÃO** são cônjuges, companheiros(as) ou parentes, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro

grau, inclusive, de membro ou de servidor investido em cargo de direção e de assessoramento do Ministério Público do Estado de Roraima;

( ) os sócios desta empresa são cônjuges, companheiros(as) ou parentes, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membro ou de servidor investido em cargo de direção e de assessoramento do Ministério Público do Estado de Roraima.

Nome do Membro ou Servidor:

Cargo:

Órgão de Lotação:

Grau de Parentesco:

A contratação de empresa pertencente a parente de Membro ou Servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo órgão do Ministério Público competente, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório.

Por ser verdade, firmo a presente, sob as penas da lei.

  
Manoel Iranildo Alves Moura

(Assinatura do Representante Legal da Empresa)

19.26.110001194.0000003/2025-26 1054387v2



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA**

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SETOR DE COMPRAS, CONTRATOS E CONVÊNIOS

**ORÇAMENTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA – MPRR**

Item	Descrição do Serviço	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Frigobar, com capacidade de 117 a 122 (cento e dezessete a cento e vinte dois) litros, com selo de eficiência energética PROCEL padrão "A", 127 volts, na cor branca.	Unid.	01	1.699,00	1.699,00

**Tem documentação para contratar com a Administração Pública?**

☒ SIM

☐ NÃO

Sendo esta cotação a mais vantajosa entre todas, tem interesse em contratar com o Ministério Público do Estado de Roraima, observando-se que o serviço será prestado mediante emissão de Ordem de Serviço e o pagamento será realizado por nota de empenho?

☒ SIM

☐ NÃO

Validade da Proposta:

30 Dias

Telefone: 99125-1617

E-mail: VENDAS@WANINFORMATICA.COM.BR

Servidor Responsável pela Cotação:

Fone:

CARIMBO CNPJ  
CNPJ: 05.664.312/0001-13  
ALEX SANTOS MACEIO  
RUA CASTELO BRANCO 2817  
SÃO VICENTE (95) 3224-1075  
69.303-460 BOA VISTA - RR

Boa Vista/RR 04/11/2025

  
Nome e Assinatura do Responsável



## Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

### Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

#### Dados do Fornecedor

CNPJ: 05.664.312/0001-13 DUNS®: 678405532  
Razão Social: ALEX SANTOS MACEIO LTDA  
Nome Fantasia: WAN INFORMATICA E TECNOLOGIA  
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 11/06/2026  
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA  
MEI: Não  
Porte da Empresa: Demais

#### Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta  
Impedimento de Licitar: Nada Consta  
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta  
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

#### Níveis cadastrados:

Fornecedor possui pendências em um ou mais níveis de cadastramento. Para mais informações, utilize as funcionalidades de consulta disponíveis.

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

##### I - Credenciamento

##### II - Habilitação Jurídica (Possui Pendência)

##### III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	13/04/2026	Automática
FGTS	Validade:	21/11/2025	Automática
Trabalhista ( <a href="http://www.tst.jus.br/certidao">http://www.tst.jus.br/certidao</a> )	Validade:	18/04/2026	Automática

##### IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	25/12/2025
Receita Municipal	Validade:	18/12/2025

##### VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 30/06/2026



**Estado de Roraima  
Secretaria de Estado da Fazenda  
Departamento da Receita  
"Amazônia, patrimônio dos brasileiros"**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE OBRIGAÇÕES E DÉBITOS TRIBUTÁRIOS - CND**

<b>CGF/CPF/CNPJ</b>	<b>Nome / Razão Social</b>
05.664.312/0001-13	ALEX SANTOS MACEIO LTDA

É certificado que não foram identificadas pendências em seu nome relativos a tributos/obrigações administradas pela Secretaria de Estado da Fazenda, apurados conforme Portaria SEFAZ/GAB nº 367/2011 publicada no D.O.E nº 1562 do dia 08/06/2011.

Esta certidão não abrange débitos ainda não processados, ressalva-se pois, o direito de a Fazenda Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas.

**Data de emissão:** 03/11/2025

**Validade:** 01/02/2026

A informação do NOME e CNPJ/CPF acima são de responsabilidades do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;

A pessoa ou entidade requisitante da certidão é quem está apta a responder se esta é ou não adequada à finalidade a que se destina;

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade, conforme código de Autenticação, podendo a mesma ser verificada no website da Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ RR, no endereço: <https://www.sefaz.rr.gov.br/empresa/cnd-validacao>

**Código de Autenticação: 0047B4**

As pessoas ou entidades receptoras da certidão on-line, deverão como princípio de cautela, não admitir outra página de validação que não seja a da Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ RR, e, ainda verificar se os documentos pessoais do portador da certidão condizem com os dados nesta informados;

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





## TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

### Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

**Consulta realizada em:** 03/11/2025 17:38:18

#### Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **ALEX SANTOS MACEIO LTDA**  
CNPJ: **05.664.312/0001-13**

#### Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**  
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**  
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**  
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**  
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

**Re: DE ACORDO TR e Declaração de Regularidade**

1 mensagem

**alex santos maceio** <vendas@waninformatica.com.br>  
Para: MPRR/Comissão Permanente de Licitação <cpl@mprr.mp.br>

3 de novembro de 2025 às 14:55

Prezados, boa tarde.

Agradecemos o contato e a oportunidade de darmos prosseguimento ao Processo SEI nº 3/2025-26 referente à aquisição do item 10.

Confirmamos o recebimento da solicitação e, em resposta, declaramos nossa concordância com o Termo de Referência anexo.

Adicionalmente, encaminhamos em anexo a Declaração de Regularidade devidamente preenchida e assinada, conforme solicitado.

Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,

Alex Santos

Em seg., 3 de nov. de 2025 às 14:33, MPRR/Comissão Permanente de Licitação <sei@mprr.mp.br> escreveu:

Prezados boa tarde,

Ao cumprimentá-los, para fins de instrução do Processo SEI nº 3/2025-26, na aquisição do item 10, conforme proposta enviada no dia 1º/10/2025 (anexo), solicitamos:

- DE ACORDO ao Termo de Referência, anexo; e,
- Preenchimento e assinatura da Declaração de Regularidade.

At.te

Luiz Marden Matos Conde  
CPL/MPRR

--



Atenciosamente

**Empresa:** Wan Informática e Tecnologia

**End:** Av Presidente Castelo Branco, 2817 - São Vicente, Boa Vista - RR

**Tel:** (95) 3224-1075

**Email:** vendas@waninformatica.com.br



**WAN - DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE (1).pdf**

273K



**MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DE RORAIMA**

**DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE**

**RESOLUÇÃO CNMP Nº 37/2009**

EMPRESA/CNPJ: 05.664.312/0001-13  
DECLARANTE: ALEX SANTOS MACEIO  
CARGO: SÓCIO RESPONSÁVEL

Orientações para preenchimento:

- A vedação não se aplica às hipóteses nas quais a contratação seja realizada por ramo do Ministério Público diverso daquele ao qual pertence o Membro ou Servidor gerador da incompatibilidade;
- A vedação se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os Membros e Servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização.

**DECLARO**, nos termos do art. 3º da Resolução nº 37/2009, do Conselho Nacional do Ministério Público, para fins da Dispensa de Licitação (Proc. SEI nº 19.26.110001194.0000003/2025-26) realizado pelo Ministério Público do Estado de Roraima que:

( X ) os sócios desta empresa **NÃO** são cônjuges, companheiros(as) ou parentes, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membro ou de servidor investido em cargo de direção e de assessoramento do Ministério Público do Estado de Roraima;

( ) os sócios desta empresa são cônjuges, companheiros(as) ou parentes, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membro ou de servidor investido em cargo de direção e de assessoramento do Ministério Público do Estado de Roraima.

Nome do Membro ou Servidor:

Cargo:

Órgão de Lotação:

Grau de Parentesco:

**A contratação de empresa pertencente a parente de Membro ou Servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo órgão do Ministério Público competente, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório.**

Por ser verdade, firmo a presente, sob as penas da lei.

ALEX SANTOS  
MACEIO:74804901272

Assinado de forma digital por ALEX  
SANTOS MACEIO:74804901272  
Dados: 2025.11.03 14:50:47 -04'00'

(Assinatura do Representante Legal da Empresa)



Boa vista - RR, 05 de Novembro de 2025

TECHFRIO & MOBILI COMERCIO E IMPORTAÇÃO

Ao Ministério Público do estado de Roraima





Prezados,

Conforme solicitação feita por contato telefônico e posterior envio de e-mail encaminhamos abaixo proposta de preços atualizada, bem como condições para o fornecimento:

Cotação

ITEM	MODELO		QTD	PREÇO UNITARIO	PREÇO TOTAL
01		POLTRONA 16501 ESTRUTURA PRETA	1	R\$2.999,00	R\$2.999,00
02		POLTRONA 16003 ENCOSTO TELA PRETA	1	R\$1.799,00	R\$1.799,00
03		POLTRONA GIRATORIA 4001 VINIL PRETA	1	R\$1.699,00	R\$1.699,00
04		CADEIRA GIRATORIA OPERACIONAL	1	R\$1.399,00	R\$1.399,00

05		POLTRONA TIPO LONGARINA 03 LUGARES	1	R\$4.559,00	R\$4.559,00
06		SOFA 01 LUGAR PRETO	1	R\$2.999,00	R\$2.999,00
07		SOFA 02 LUGARES PRETO	1	R\$3.499,00	R\$3.499,00
08		SOFA 03 LUGARES	1	R\$4.299,00	R\$4.299,00
09		MESA DELTA 160X060	1	R\$2.359,00	R\$2.359,00
10		MESA PE TRAVE COM GAVETAS	1	R\$1.799,00	R\$1.799,00
11		MESA RETA PE TRAVE SEM GAVETAS	1	R\$1.499,00	R\$1.499,00

12		GAVETEIRO 04 GAVETAS COM RODIZIO	1	R\$899,00	R\$899,00
13		MESA REUNIAO 205X120	1	R\$1.999,00	R\$1.999,00
14		MESA REUNIAO 200X120	1	R\$1.599,00	R\$1.599,00
15		AMARIO DUPLO 04 PORTAS	1	R\$1.799,00	R\$1.799,00
		ARMARIO ALTO EXECUTIVO	1	R\$2.599,00	R\$2.599,00

Validade da proposta: 25 dias

**14.191.074/0001-67**  
TECHRIO & MOBILIA IMPORTAÇÃO E COMERCIO LTDA  
Av. Mario Homem de Melo, Nº 3841-Bairro Buntis  
CEP: 69.309-198  
Boa Vista  
RR

*Laíssa Albuquerque*  
Gerente



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DE RORAIMA

**SOLICITAÇÃO DO CONTROLE INTERNO - CI**

À CPL,

Em breve análise do objeto deste processo, avistou-se a existência de Ata de Registro de Preços vigente com itens semelhantes para atender o Ministério Público do Estado de Roraima, originada a partir do Pregão Eletrônico nº 90011/2025 – SRP do Processo SEI nº 19.26.1000000.0001320/2024-19.

Face a isto, é essencial justificar por que a ARP nº 35/2025 não atende adequadamente a demanda formalizada pelo Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais e Familiares - NAVEF (SEI nº 1039272).

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **MARY MAURA MACEDO LOPES**, **Coordenador de Controle Interno**, em 19/11/2025, às 10:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.mpr.ror.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.mpr.ror.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1063326** e o código CRC **02F4DCAF**.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DE RORAIMA

**MANIFESTAÇÃO - CPL - Nº 1063411/2025**

Em atenção à Solicitação de Esclarecimentos CI - 1063326, esta Comissão informa que a Ata de Registro de Preços nº 35/2025 (1044042), originada a partir do Pregão Eletrônico nº 90011/2025 - SRP (Proc. SEI 19.26.1000000.0001320/2024-19), com vigência de 14/10/2025 a 14/10/2026, contempla os seguintes itens:

DISPENSA NAVEF			ARP Nº 35/2025		
ITEM NA DISPENSA	QTD	MENOR PREÇO	ITEM NA ATA	QTD	VALOR NA ATA
Longarina 3 lugares	2	R\$ 3.032,00	Longarina 3 lugares	10	R\$ 2.999,00
Estação de Trabalho em L	6	R\$ 1.150,00	Estação de Trabalho em L	45	R\$ 1.000,00
Cadeira Escritório Giratória	6	R\$ 1.150,00	Cadeira Escritório Giratória	50	R\$ 899,00
Cadeira Escritório Fixa	12	R\$ 419,00	-	-	-
Sofá 3 lugares	1	R\$ 2.197,00	Sofá 3 lugares	5	R\$ 3.599,00
Poltrona Recepção/Escritório	2	R\$ 1.435,00	Sofá 1 lugar	10	R\$ 2.299,00
Armário para escritório com 2 portas	1	R\$ 1.003,00	Armário alto 2 portas	10	R\$ 1.200,00
Mesa redonda para reunião 6 lugares	1	R\$ 1.216,00	Mesa grande de reunião média	10	R\$ 1.799,00
Balcão Recepção/Escritório	1	R\$ 3.558,00	-	-	-
VALOR TOTAL		R\$ 28.903,00	VALOR TOTAL		R\$ 28.588,00

Assim, a partir da leitura do TR - Termo de Referência 1040598 e da Ata de Registro de Preços nº 35/2025, se depreende que:

- 1) A referida ARP **não contempla a integralidade** dos itens objeto da presente Dispensa de Licitação, em razão da ausência de "Cadeira Escritório Fixa" e "Balcão Recepção/Escritório";
- 2) A justificativa pela não utilização dos itens contemplados na ARP encontra guarida no **reduzido quantitativo previsto na Ata**. Ocorre que o levantamento de demandas realizado pela Coordenação de Arquitetura e Engenharia no Estudo Técnico Preliminar em 25/6/2025 não considerou a necessidade de mobiliário para o NAVEF em virtude da inexistência à época do aludido Núcleo, que teve o convênio firmado somente em 26/8/2025;
- 3) Ainda sobre o tema, importante destacar que, possivelmente, a própria ARP e seus quantitativos não sejam suficientes para atender toda a demanda prevista para o Ministério Público do Estado de Roraima nos próximos exercícios. Assim, considerando o total de 298 (duzentos e noventa e oito) servidores, 56 (cinquenta e seis) Membros e 50 (cinquenta) estagiários, é provável que o quantitativo registrado em Ata para cadeiras, estações de trabalho e demais itens não consiga suprir a reposição de mobiliário na Capital e Promotorias do Interior, incluindo a inauguração da nova Promotoria de Justiça de São Luiz.

Nesse sentido, **não restaria razoável a utilização de itens da ARP para estruturar o NAVEF que sequer fez parte do levantamento inicial realizado na etapa de planejamento da contratação;**

- 4) Por outro lado, seguro reforçar que **não se vislumbra prejuízo financeiro ao MPRR**, porquanto o comparativo de preços realizado entre os itens disponíveis e similares presentes no Termo de Referência e Ata de Registro de Preços apresentam equivalências de valores unitários. Obviamente que as especificações técnicas não apresentam exatidão, mas o tipo de móvel e o objetivo a que se destina demonstram que os valores do mercado local (dispensa de licitação) e aqueles registrados em Ata apresentam uma diferença de apenas R\$ 315,00 (trezentos e quinze reais);
- 5) **Tampouco se verifica irregularidade ou afronta aos ditames da Lei nº 14.133/2021, especialmente fracionamento de despesa** (art. 75, §1º, I e II, da citada Lei). Ocorre que por determinação do art. 75 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33/2023, os recursos dos instrumentos de Convênio serão depositados, geridos e mantidos em conta bancária específica aberta em instituição financeira oficial, e somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas constantes do plano de trabalho ou para aplicação financeira. Portanto, os recursos disponíveis para custear a presente aquisição se originam do Termo de Convênio nº 974873/2025 - SENAPPEN/MJSP.

Sem mais para o momento, renovo protestos de estima e consideração.



Documento assinado eletronicamente por **ANA PAULA VERAS DE PAULA, Chefe de Divisão**, em 19/11/2025, às 15:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.mpr.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.mpr.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1063411** e o código CRC **1B6C39D3**.





**MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DE RORAIMA**

**ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO - CI - Nº 1063638/2025**

**SEI nº 0000003/2025-26**

**ORIGEM:** Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais e Familiares - NAVEF

**ASSUNTO:** Aquisição de mobiliários diversos e frigobar.

Tratam os autos de aquisição de mobiliários diversos e frigobar, incluindo a instalação e montagem, para estruturação do Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais e Familiares (NAVEF) do Ministério Público do Estado de Roraima (MPRR), consoante Documento de Formalização da Demanda (SEI nº 1039272).

Em relação à documentação do NAVEF, vinculado ao Programa Recomeçar - Rede de Cuidado, Orientação e Apoio às Vítimas de Crime do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), foram juntadas:

- Proposta de Convênio nº 220/2025 entre MJSP e MPRR (SEI nº 1038025);
- Projeto Básico do Convênio e Anexo (SEI nºs 1045417e 1048436);
- Termo de Convênio nº 974873 (SEI nº 1038069);
- Portaria PGJ nº 0979678 de designação da equipe de execução do convênio (SEI nº 1039141).

Para compor o valor estimado da aquisição requerida, foi realizada uma pesquisa de mercado que complementa o Termo de Referência aprovado pela Diretoria Geral (SEI nº 1038108, 1040598 e 1052994).

Após a informação da disponibilidade orçamentária e financeira pelo setor competente, a Procuradoria-Geral de Justiça autorizou a abertura do processo (SEI nºs 1052337 e 1053934).

O processo foi analisado pela Comissão de Contratação (CPL) que se manifestou pela Dispensa de Licitação e anexou a documentação para o parecer, respondeu à solicitação do Controle Interno, devolvendo para nova análise (SEI nº 1054291 e 1063411).

É o relato.

Evidenciou-se que o Documento de Formalização da Demanda (DFD) e o Termo de Referência (TR) especificaram e justificaram o objeto para implementação e estruturação do Núcleo de Atendimento no MPRR que proporcionará melhor acolhimento às pessoas vítimas de crimes/atos infracionais e seus familiares, nos termos do Convênio firmado entre o MJSP e o MPRR (SEI nºs 1039272 e 1038108).

Para elaborar o orçamento estimado, foi efetuada pesquisa de preços mediante utilização de parâmetros como banco de preços e fornecedores locais na tentativa de se obter ao menos três cotações que resultou em um valor total de R\$ 37.489,00 (trinta e sete mil,



quatrocentos e oitenta e nove reais) (SEI nº 1038108).

No tocante à disponibilidade orçamentária e financeira, o departamento responsável esclareceu que aguarda a Secretaria de Planejamento do Estado de Roraima (SEPLAN) efetuar a regularização do crédito suplementar, todavia, demonstrou haver recursos do MPRR que viabilizam a dispensa de licitação, se houver. A especificação do elemento de despesa 449052 (aquisição de material permanente) está adequada, garantindo a execução orçamentária correta e transparente (SEI nº 1052337).

Ao emitir o Parecer, a CPL atestou que o objeto da contratação se enquadra na hipótese de dispensa em razão do valor, com entrega imediata e integral do objeto, sem necessidade do instrumento contratual, de acordo com o art. 95, I e II, da Lei nº 14.133/2021 (SEI nº 1054291).

Ciente das atas vigentes no âmbito do MPRR e em análise inicial do processo, identificou-se a existência de uma Ata de Registro de Preços (ARP) válida com itens similares, proveniente do Pregão Eletrônico nº 90011/2025 – SRP e SEI nº 19.26.1000000.0001320/2024-19.

Nesse contexto, fez-se necessário solicitar a justificativa de por que a ARP nº 35/2025 não atende à demanda formalizada pelo Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais e Familiares - NAVEF, na qual a CPL esclareceu o seguinte no SEI nº 1063411:

- A Ata de Registro de Preços nº 35/2025 não contém todos os itens necessários (faltam cadeiras fixas e balcões de recepção);
- O número de itens na ARP é baixo para a demanda total do MPRR, incluindo a necessidade de mobiliário para o NAVEF, que não existia na época do levantamento inicial;
- Não seria razoável usar a ARP para mobiliar o NAVEF, pois esse núcleo não foi incluído no planejamento inicial;
- A pesquisa de mercado local deste processo apresentou valores unitários equivalentes aos da ARP para itens similares;
- A compra é feita com recursos de um convênio específico, o que impede o fracionamento de despesa, conforme a legislação.

Concluída a análise, e sem identificar risco de fracionamento de despesa, o Controle Interno opina pela continuidade do procedimento de aquisição de mobiliários diversos e frigobar, incluindo instalação e montagem para estruturação do NAVEF no MPRR no valor total é de R\$ 37.489,00, conforme o quadro por fornecedor apresentado no Parecer da CPL (SEI nº 1054291).

POR FORNECEDOR						
FORNECEDOR	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR
LOJAS PERIN	1	Longarina 3 lugares	2	R\$ 3.032,00	R\$ 6.064,00	R\$ 18.995,00
	2	Mesa Estação de Trabalho em L	6	R\$ 1.150,00	R\$ 6.900,00	
	4	Cadeira Escritório Fixa	12	R\$ 419,00	R\$ 5.028,00	

	7	Armário para escritório com 2 portas	1	R\$ 1.003,00	R\$ 1.003,00	
<b>AMÉRICA MÓVEIS</b>	3	Cadeira Escritório Giratória	6	R\$ 1.159,00	R\$ 6.954,00	<b>R\$ 16.795,00</b>
	5	Sofá 3 lugares	1	R\$ 2.197,00	R\$ 2.197,00	
	6	Poltrona Recepção/Escritório	2	R\$ 1.435,00	R\$ 2.870,00	
	8	Mesa redonda para reunião com 6 lugares	1	R\$ 1.216,00	R\$ 1.216,00	
	9	Balcão de Recepção/Escritório	1	R\$ 3.558,00	R\$ 3.558,00	
<b>WAN</b>	10	Frigobar	1	R\$ 1.699,00	R\$ 1.699,00	<b>R\$ 1.699,00</b>
<b>VALOR GERAL</b>						<b>R\$ 37.489,00</b>

Assim sendo, encaminho o processo à análise da Assessoria Jurídica.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **MARY MAURA MACEDO LOPES**,  
**Coordenador de Controle Interno**, em 24/11/2025, às 12:04, conforme art. 1º,  
III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site  
[https://sei.mpr.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.mpr.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.mpr.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código  
verificador **1063638** e o código CRC **9C9B96B0**.



**MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DE RORAIMA**

**PARECER - ASSJURDG**

**PROCESSO SEI 03/2025-26**

**ORIGEM:** Departamento Administrativo

**ASSUNTO:** Aquisição de mobiliários diversos e frigobar para estruturação do Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais e Familiares - NAVEF no âmbito do Ministério Público do Estado de Roraima, com recursos do Termo de Convênio nº 974873/2025 - SENAPPEN/MJSP.

Trata-se de procedimento administrativo instaurado a partir do DFD – Documento de Formalização de Demanda – NAVEF 1039272, o qual solicita abertura de processo para aquisição de mobiliários diversos e frigobar para estruturação do Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais e Familiares - NAVEF no âmbito do Ministério Público do Estado de Roraima, com recursos do Termo de Convênio nº 974873/2025 - SENAPPEN/MJSP.

O procedimento em epígrafe encontra-se instruído pelos seguintes documentos:

DFD – Documento de Formalização da Demanda, evento de nº 1039272;

Pesquisa de Preços, evento de nº 1038108;

Cotação, eventos de nºs 1041140, 1041144, 1041147, 1041181 e 1041159;

Termo de Referência, eventos de nº 1040598;

Termo de Convênio nº 974876, evento de nº 1038069;

Disponibilidade Orçamentária e Financeira, evento de nº 1052337;

Decisão exarada pela Procuradoria-Geral de Justiça, evento de nº 1053934;

Aprovação do Termo de Referência pela Diretoria-Geral, evento de nº 1052994;

Parecer emitido pela Comissão Permanente de Licitação, evento de nº 1054291;

Parecer do Controle Interno pela contratação, evento de nº 1063638;

Portaria de Designação dos Agentes de Contratação – CPL, evento de nº 1054396;

Certidões de Regularidade Fiscal e Trabalhista, eventos de nºs 1054820, 1056069 e 1054826.

É o que há de relevância para ser relatado. Passa-se à manifestação.

A princípio, assenta-se que a análise em comento será realizada com base no art. 53, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021, cingir-se-á estritamente aos aspectos jurídico-legais do pedido, vez que as questões técnicas, contábeis e financeiras fogem à competência desta Assessoria Jurídica.

Antes de adentrar ao objeto *meritório*, passa-se à análise da regularidade processual com fundamento no art. 72, da Lei 14.133/2021, que dispõe o seguinte:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no [art. 23 desta Lei](#);

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

No caso sob exame, vê-se a observância às exigências legais, diante da presença dos elementos enumerados na sobredita norma. Destaca-se que foram juntados aos autos Documento de Formalização da Demanda (1039272) dando continuidade ao processo de contratação direta e os documentos de formalização de demanda, bem como o termo de referência, contendo os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar o objeto requisitado, em atendimento ao inciso I, do art. 72, da Lei 14.133/2021.

O Termo de Referência constante no evento de nº 1040598 delimita o objeto, justificativa, especificações do objeto, responsabilidade das partes, estimativa de custos, condições de recebimento, controle de execução e sanções administrativas, dentre outras questões relevantes.

Deve-se ressaltar que em abril de 2025, o Ministério Público do Estado de Roraima apresentou a Proposta de Convênio nº 220/2025 (doc. 1038025) para fins de financiamento do Programa Recomeçar - Rede de Cuidado, Orientação e Apoio às Vítimas de Crime do Ministério da Justiça e Segurança Pública, com o objetivo de implementar e estruturar o Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes e Ato Infracionais e Familiares no MPRR.

Ato contínuo, com a aprovação da Proposta, foi celebrado Termo de Convênio nº 974873/2025 (doc. [1038069](#)) com a Secretaria Nacional de Políticas Penais - SENAPPEN/MJSP, com repasse de valores destinados exclusivamente à estruturação física e de pessoal do NAVEF.

Assim, a estimativa da despesa encontra-se evidenciada, pois a despesa perfaz o valor total de **R\$ 37.489,00 (trinta e sete mil, quatrocentos e oitenta e nove reais)**, aferido a com base na Pesquisa de Preços NAVEF [1038108](#), sob um conjunto de 5 (cinco) preços junto aos fornecedores locais, com fundamento no art. 6º da Instrução Normativa Seges/ME nº 65/2021, conforme cotações de preço dos documentos [1041140](#), [1041144](#), [1041147](#), [1041181](#) e [1041159](#) – em atendimento ao art. 72, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

Parecer técnico exarado pela CPL, que manifestou Dispensa de Licitação, com supedâneo no art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021, devendo as empresas **AMÉRICA MÓVEIS E ELETRO LTDA - EPP (CNPJ 10.175.675/0001-25)**, **LOJAS PERIN LTDA (CNPJ 10.138.105/0001-65)** e **ALEX SANTOS MACEIO LTDA / WAN INFORMÁTICA E TECNOLOGIA (CNPJ 05.664.312/0001-13)** serem contratadas para a aquisição do objeto pretendido, pelo valor total de **R\$ 37.489,00 (trinta e sete mil, quatrocentos e oitenta e nove reais)**, em consonância ao determinado no inciso III, do art. 72, da Lei nº 14.133/2021.

Parecer do Controle Interno pela contratação manifestando-se pela continuidade do procedimento de aquisição de mobiliários diversos e frigobar, incluindo instalação e montagem para estruturação do NAVEF no MPRR, não havendo risco de fracionamento da despesa pública, evento de nº 1063638.

Salienta-se a compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido, ante a existência de recursos financeiros para despesa pretendida, conforme informado pelo Departamento Orçamentário e Financeiro – evento nº 1052337, onde existem recursos disponíveis, em obediência ao que determina o art. 72, inciso IV, da Lei 14.133/2021.

Com relação a comprovação de que os contratados preenchem os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária, será exigida a documentação para habilitação, verificando-se a regularidade dos aludidos documentos, de acordo com as documentações [1054820](#), [1056069](#) e [1054826](#), conforme as determinações do art. 195, § 3º, da Constituição Federal, art. 2º, da Lei nº 9.012/1995 e art. 63, inciso III c/c art. 72, inciso V, ambos da Lei nº 14.133/2021.

As razões de escolha das empresas a serem contratadas, justificativa de preço e autorização da autoridade competente estão atendidos, eventos de nºs 1040598 e 1053934, nota-se perfunctoriamente o atendimento ao art. 72, incisos VI, VII e VIII, da Lei nº 14.133/2021.

Consta a designação da Comissão de Designação dos Agentes de Contratação, evento de nº 1054396, em atendimento ao art. 6º, inciso L, da Lei 14.133/2021, *ipsis litteris*:

Art. 6º Para fins desta Lei, considera-se:

L – comissão de contratação: conjunto de agentes públicos indicados pela Administração, em caráter permanente ou especial, com a função de receber, examinar e julgar documentos relativos às licitações e aos procedimentos auxiliares.

Feitas tais digressões, passa-se à análise *meritória*.

A licitação é regra, pois trata-se de procedimento administrativo por meio do qual a Administração Pública, mediante critérios preestabelecidos, isonômicos e públicos, busca escolher a melhor proposta para celebração do ato jurídico. Em síntese, é um procedimento obrigatório que antecede a celebração de contratos pela Administração Pública, conforme prevê o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, veja-se:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Todavia, a legislação prevê exceções ao dever de licitar, por exemplo, a dispensa de licitação, pois embora exista viabilidade jurídica de competição a lei autoriza a celebração direta do contrato ou mesmo determina a não realização de procedimento licitatório.

Constata-se que o procedimento em comento se enquadra na citada exceção constitucional, pois a despesa no valor de **R\$ 37.489,00 (trinta e sete mil, quatrocentos e oitenta e nove reais)** se ajusta à contratação direta mediante dispensa de licitação em razão do valor.

Com efeito, o art. 75, inciso II da Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133/2021, com alterações do Decreto nº 11.317/2022 prevê o seguinte:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a **R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil, setecentos e vinte e cinco reais, e cinquenta e nove centavos)**, no caso de outros serviços e compras; (grifei)

O citado dispositivo assegura à Administração Pública, mesmo havendo vários possíveis fornecedores e, portanto, ainda que viável a competição entre ofertantes, que seja dispensada a licitação quando o objeto for de baixo valor monetário.

Conforme a determinação constante no art. 5º, IV, da Instrução Normativa Seges/ME nº 65/2021 de realização de pesquisa de preços com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, assenta-se também a realização de consulta de outras empresas locais, conforme Pesquisa de Preços, evento de nº [1038108](#).

Assim, dentre as empresas consultadas, verifica-se que a empresa **AMÉRICA MÓVEIS E ELETRO LTDA - EPP (CNPJ 10.175.675/0001-25)** apresenta menor valor para os itens 3, 5, 6, 8 e 9 (Proposta Atualizada [1055466](#)), pelo valor de **R\$ 16.795,00 (dezesesseis mil, setecentos e noventa e cinco**



reais); **LOJAS PERIN LTDA (CNPJ 10.138.105/0001-65)** pelo valor de **R\$ 18.995,00 (dezoito mil, novecentos e noventa e cinco reais)**, para os itens 1, 2, 4 e 7 (Proposta [1055466](#)); e, **ALEX SANTOS MACEIO LTDA / WAN INFORMÁTICA E TECNOLOGIA (CNPJ 05.664.312/0001-13)** pelo valor de **R\$ 1.699,00 (um mil seiscentos e noventa e nove reais)**, para o item 10 (Proposta [1056012](#)).

Por consequência, dada a dispensabilidade da licitação por conta do valor relacionado ao objeto, não vislumbra-se óbice para contratação direta. Não restaria justificado de forma razoável movimentar a Administração para realizar licitação para obter-se um preço que fosse próximo aquele praticado no mercado. Outro aspecto a ser considerado, é a onerosidade do processo licitatório, além de muitas vezes, delongar-se no tempo.

*“O legislador considerou que até determinados limites de valor poderia o administrador não licitar, distinguindo duas faixas, uma para obras e serviços de engenharia, mais elevada em razão do trabalho, e a outra para serviços comuns e compras<sup>1</sup>”.*

Ademais, a presente aquisição deve ser autorizada pela Autoridade Superior e publicada em sítio eletrônico oficial nos termos do art. art. 72, inciso III, parágrafo único, da Lei de Licitações nº 14.133/2021, veja-se:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

VIII – autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Em face do exposto, em consonância com a manifestação exarada pela CPL, esta Assessoria Jurídica com base no princípio da legalidade, manifesta-se pela contratação direta mediante dispensa de licitação, com fulcro no **art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021**, com alterações do Decreto nº 11.317/2022, devendo as empresas **AMÉRICA MÓVEIS E ELETRO LTDA - EPP (CNPJ 10.175.675/0001-25), LOJAS PERIN LTDA (CNPJ 10.138.105/0001-65) e ALEX SANTOS MACEIO LTDA / WAN INFORMÁTICA E TECNOLOGIA (CNPJ 05.664.312/0001-13)** serem contratadas para aquisição do objeto pretendido, pelo valor total de **R\$ 37.489,00 (trinta e sete mil, quatrocentos e oitenta e nove reais).**

É o parecer, salvo melhor juízo, o qual submete-se à apreciação da Procuradoria-Geral de Justiça.

<sup>1</sup>CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de direito administrativo*. 31. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2017. pag. 260.



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO DOS SANTOS CHAVES, Assessor Jurídico**, em 27/11/2025, às 10:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site  
[https://sei.mprp.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.mprp.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.mprp.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código  
verificador **1065088** e o código CRC **04D57C2E**.

---



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DE RORAIMA

**DECISÃO/PGJ**

**PROCESSO SEI 03/2025-26**

**ORIGEM:** Departamento Administrativo

**ASSUNTO:** Aquisição de mobiliários diversos e frigobar para estruturação do Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais e Familiares - NAVEF no âmbito do Ministério Público do Estado de Roraima, com recursos do Termo de Convênio nº 974873/2025 - SENAPPEN/MJSP.

1. Acolho, como razões de decidir, o parecer jurídico acostado no evento de nº 1065088.
2. Ratifico a contratação direta mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, com alterações do Decreto nº 11.317/2022, devendo as empresas AMÉRICA MÓVEIS E ELETRO LTDA - EPP (CNPJ 10.175.675/0001-25), LOJAS PERIN LTDA (CNPJ 10.138.105/0001-65) e ALEX SANTOS MACEIO LTDA / WAN INFORMÁTICA E TECNOLOGIA (CNPJ 05.664.312/0001-13) serem contratadas para aquisição do objeto pretendido, pelo valor total de R\$ 37.489,00 (trinta e sete mil, quatrocentos e oitenta e nove reais).
3. Determino a expedição da nota de empenho no valor de R\$ 37.489,00 (trinta e sete mil, quatrocentos e oitenta e nove reais).
4. Ao DOF e a Comissão de Contratação para providências ulteriores.



Documento assinado eletronicamente por **FABIO BASTOS STICA**,  
**Procurador(a)-Geral de Justiça**, em 27/11/2025, às 16:18, conforme art. 1º, III,  
"b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site  
[https://sei.mpr.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.mpr.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.mpr.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código  
verificador **1066189** e o código CRC **A28A1D44**.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DE RORAIMA

**DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO ÀS DISPOSIÇÕES LEGAIS APLICÁVEIS AO  
PROCEDIMENTO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Em observância ao art. 37, inciso IV, da Portaria MJSP nº 327/24, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA**, inscrito no CNPJ nº 84.012.533/0001-83, sediado na Avenida Santos Dumont, 710, São Pedro, CEP 69305-105, Boa Vista/RR, por intermédio de seu Procurador-Geral de Justiça, **Dr. FÁBIO BASTOS STICA**, **DECLARA** que o Procedimento de **DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 001/2025**, cujo objeto é a **aquisição de mobiliários diversos e frigobar para estruturação do Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais e Familiares - NAVEF** no âmbito do Ministério Público do Estado de Roraima, com recursos do Termo de Convênio nº 974873/2025 - SENAPPEN/MJSP, referente ao Processo SEI nº 19.26.110001194.0000003/2025-26, cumpriu as disposições contidas na Lei nº 14.133/21 e nas demais legislações correlatas.

Boa Vista/RR, 27 de novembro de 2025

**FÁBIO BASTOS STICA**

Procurador-Geral de Justiça



Documento assinado eletronicamente por **FABIO BASTOS STICA**, **Procurador(a)-Geral de Justiça**, em 27/11/2025, às 16:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.mprp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.mprp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1066295** e o código CRC **28D6755C**.

MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DE RORAIMA

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO	
PROCESSO SEI:	19.26.110001194.0000003/2025-26
OBJETO:	Aquisição de <b>mobiliários diversos e frigobar</b> para estruturação do Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais e Familiares - NAVEF no âmbito do Ministério Público do Estado de Roraima
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:	Art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021
CONTRATADOS:	AMÉRICA MÓVEIS E ELETRO LTDA - EPP (CNPJ 10.175.675/0001-25) pelo valor de R\$ 16.795,00 (dezesseis mil, setecentos e noventa e cinco reais)
	LOJAS PERIN LTDA (CNPJ 10.138.105/0001-65) pelo valor de R\$ 18.995,00 (dezoito mil, novecentos e noventa e cinco reais)
	ALEX SANTOS MACEIO LTDA / WAN INFORMÁTICA E TECNOLOGIA (CNPJ 05.664.312/0001-13) pelo valor de R\$ 1.699,00 (um mil seiscentos e noventa e nove reais)
AUTORIZAÇÃO:	FÁBIO BASTOS STICA Procurador-Geral de Justiça
DATA DA ASSINATURA:	27 de novembro de 2025



Documento assinado eletronicamente por **ANA PAULA VERAS DE PAULA**,  
**Chefe de Divisão**, em 28/11/2025, às 11:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei  
11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site  
[https://sei.mpr.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.mpr.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.mpr.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código  
verificador **1066816** e o código CRC **DAEDCD03**.

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 40/2025**

A **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA / MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA**, em cumprimento ao contido na Lei nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 11.462/2023 e Decreto Estadual nº 37.424-E/2025, torna público o resumo da Ata de Registro de Preços firmada no Pregão Eletrônico nº 90002/2025 - SRP, Processo Administrativo nº 19.26.1000000.0000019/2025-61, cujo objeto é a formação de Registro de Preços para eventual e futura aquisição de material de expediente, gêneros alimentícios, limpeza e higiene, copa e cozinha, água mineral sem gás (2 litros, 20 litros e 350ml), para atender as demandas do Ministério Público do Estado de Roraima.

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:** 40/2025 (SEI Nº 1058694)

**ÓRGÃO GERENCIADOR:** Procuradoria-Geral de Justiça / Ministério Público de Roraima

**EMPRESA BENEFICIÁRIA:** FJ COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. (CNPJ nº 25.968.073/0001-64)

**OBJETO:** Item 72

**VALOR GLOBAL REGISTRADO:** R\$ 78.750,00 (setenta e oito mil setecentos e cinquenta reais)

**DATA DA ASSINATURA:** 28/11/2025

**VIGÊNCIA:** 2/12/2025 a 2/12/2026, prorrogáveis



Documento assinado eletronicamente por **ANA PAULA VERAS DE PAULA, Chefe de Divisão**, em 28/11/2025, às 10:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.mpr.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.mpr.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1066746** e o código CRC **AEF8D366**.

<b>EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO</b>	
<b>PROCESSO SEI:</b>	19.26.110001194.0000003/2025-26
<b>OBJETO:</b>	Aquisição de <b>mobiliários diversos e frigobar</b> para estruturação do Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais e Familiares - NAVEF no âmbito do Ministério Público do Estado de Roraima
<b>FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:</b>	Art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021
<b>CONTRATADOS:</b>	AMÉRICA MÓVEIS E ELETRO LTDA - EPP (CNPJ 10.175.675/0001-25) pelo valor de R\$ 16.795,00 (dezesesseis mil, setecentos e noventa e cinco reais)
	LOJAS PERIN LTDA (CNPJ 10.138.105/0001-65) pelo valor de R\$ 18.995,00 (dezoito mil, novecentos e noventa e cinco reais)
	ALEX SANTOS MACEIO LTDA / WAN INFORMÁTICA E TECNOLOGIA (CNPJ 05.664.312/0001-13) pelo valor de R\$ 1.699,00 (um mil seiscentos e noventa e nove reais)
<b>AUTORIZAÇÃO:</b>	FÁBIO BASTOS STICA Procurador-Geral de Justiça
<b>DATA DA ASSINATURA:</b>	27 de novembro de 2025



Documento assinado eletronicamente por **ANA PAULA VERAS DE PAULA, Chefe de Divisão**, em 28/11/2025, às 11:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.mpr.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.mpr.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1066816** e o código CRC **DAEDCD03**.



# Ato que autoriza a Contratação Direta nº 44/2025

Última atualização 01/12/2025

**Local:** Boa Vista/RR    **Órgão:** PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE RORAIMA

**Unidade compradora:** 926196 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RR

**Modalidade da contratação:** Dispensa    **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 75, II

**Tipo:** Ato que autoriza a Contratação Direta    **Modo de disputa:** Não se aplica    **Registro de preço:** Não

**Fonte orçamentária:** Não informada

**Data de divulgação no PNCP:** 01/12/2025    **Situação:** Divulgada no PNCP

**Id contratação PNCP:** 38299379000155-1-000057/2025    **Fonte:** Compras.gov.br

**Objeto:**

Aquisição de mobiliários diversos e frigobar para estruturação do Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais e Familiares - NAVEF no âmbito do Ministério Público do Estado de Roraima.

<div>VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA</div> <div>R\$ 37.489,00</div>	<div>VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA</div> <div>R\$ 37.489,00</div>
--	--

Itens

Arquivos

Histórico

Número

Descrição

Quantidade

Valor unitário estimado

1	Cadeira Sobre Longarina material assento e encosto: espuma poliuretano injetado, cor: vermelha, quantidade assentos: 3, características adicionais: com braços/espaldar baixo, material estrutura: aço tubular, acabamento superficial longarina: pintura em epoxi preto Longarina 3 lugares	2	R\$ 3.032,00
2	Módulo De Trabalho Para Escritório acessórios: sapatas niveladoras, acesso para cabeamento em pvc, altura módulo: 75, características adicionais: módulo no formato de "l" : 160 x 160 cm, comprimento tampo: 160, largura tampo: 60, material: madeira mdf, quantidade tampos: 1 Estação de Trabalho em L	6	R\$ 1.150,00
3	Cadeira Escritório material estrutura: metálica, material revestimento assento e encosto: vinil, material encosto: espuma poliuretano injetado, material assento: espuma poliuretano injetado, tratamento superficial estrutura: pintura eletrostática epóxi-pó, tipo base: giratório, apoio braço: sem braços, regulagem vertical: com regulagem, cor: preta, tipo sistema regulagem vertical: a gás, características adicionais: bordas arredondadas, 5 hastes e 5 rodízios parale Cadeira Escritório Giratória	6	R\$ 1.159,00
4	Cadeira Fixa material assento: polipropileno, material encosto: polipropileno, material estrutura: aço trefilado, material revestimento assento e encosto: polipropileno, acabamento estrutura: pintado em epóxi, tipo base: fixo, tipo encosto: fixo, características adicionais: empilhável, cor: preta, tipo pé: sapatas delizadora, dimensões assento: 460 x 580, dimensões encosto: 280 x 580, altura: 74, largura: 58, profundidade: 46 Cadeira Escritório Fixa	12	R\$ 419,00
5	Sofá material estrutura: madeira de reflorestamento, revestimento: corino, cor: preta, características adicionais: confforme modelo, quantidade assentos: 3, largura: 180, profundidade: 77, altura: 87	1	R\$ 2.197,00

diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correitude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

✉ <https://portaldeservicos.gestao.gov.br>

☎ [0800 978 9001](tel:08009789001)

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS



Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso**.

[🏠 > Editais](#)

# Ato que autoriza a Contratação Direta nº 44/2025

Última atualização 01/12/2025

**Local:** Boa Vista/RR    **Órgão:** PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE RORAIMA

**Unidade compradora:** 926196 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RR

**Modalidade da contratação:** Dispensa    **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 75, II

**Tipo:** Ato que autoriza a Contratação Direta    **Modo de disputa:** Não se aplica    **Registro de preço:** Não

**Fonte orçamentária:** Não informada

**Data de divulgação no PNCP:** 01/12/2025    **Situação:** Divulgada no PNCP

**Id contratação PNCP:** 38299379000155-1-000057/2025    **Fonte:** Compras.gov.br

**Objeto:**

Aquisição de mobiliários diversos e frigobar para estruturação do Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais e Familiares - NAVEF no âmbito do Ministério Público do Estado de Roraima.

<b>VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA</b>  R\$ 37.489,00	<b>VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA</b>  R\$ 37.489,00
--	--

Itens

Arquivos

Histórico


Número ▾

Descrição ▾

Quantidade ▾

Valor unitário estimado ▾

6	Poltrona material estrutura: madeira, material revestimento assento e encosto: couro sintético, tipo: fixa, tipo espaldar: alto, características adicionais: com braços, largura: 80, profundidade:	2	R\$ 1.435,00
7	Armário Escritório material: aglomerado mdf, quantidade portas: 2, material porta: madeira mdf, tipo portas: de giro, quantidade prateleiras: 2, material prateleiras: aglomerado mdf, tipo puxador: alça meia-lua, tratamento superficial: pintura poliuretâmica testurizada, revestimento: laminado melamínico, comprimento: 0,90, altura: 0,83, características adicionais: com sapatas niveladoras piso, profundidade: 0,40, localização porta(s): frontal, cor: preta, material estrutura: aglomerado mdf, material base: aço tubular, tipo: baixo, espessura tampo: 25 Armário para Escritório com 2 portas	1	R\$ 1.003,00
8	Mesa Reunião Redonda material: mdf, tipo madeira: fibra de madeira média densidade, diâmetro: 1.200, altura: 730, espessura tampo: 25, cor tampo: preta Mesa Redonda para reunião com 6 lugares	1	R\$ 1.216,00
9	Balcão material: madeira, tipo madeira: mdf, espessura material: 20, altura: 80, largura: 2,0, profundidade: 0,55, revestimento: laminado, características adicionais: conforme modelo do órgão . Balcão de Recepção/Escritório	1	R\$ 3.558,00
10	Frigobar capacidade: 120, tensão alimentação: 127/220, cor: branca, características adicionais: prateleiras removíveis/gavetas/etiqueta "a", consumo máximo: 19	1	R\$ 1.699,00



PORTAL  
DE  
**NACIONAL**  
**CONTRATAÇÕES**  
**PÚBLICAS**

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correitude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

 <https://portaldeservicos.gestao.gov.br>

 [0800 978 9001](tel:08009789001)

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS



Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso**.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DE RORAIMA

**DESPACHO - Nº 1066859 - CPL, 28 DE NOVEMBRO DE 2025**

Concluídos os procedimentos nesta Comissão de Contratação.

Encaminho os autos ao Departamento Orçamentário e Financeiro para providências quanto a emissão da Nota de Empenho, conforme Decisão ASSJURDG 1066189.

O Extrato da Dispensa de Licitação 1066816 será encaminhado para publicação nesta data e posteriormente efetuada a juntada.



Documento assinado eletronicamente por **ANA PAULA VERAS DE PAULA, Chefe de Divisão**, em 28/11/2025, às 11:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.mpr.ror.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.mpr.ror.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1066859** e o código CRC **BD2D4148**.